

intervenção urbanística em área de valor patrimonial

LUIZA CARDOSO LOPES DE ALBUQUERQUE

RIBEIRA DIGITAL



ARQUITETURA E URBANISMO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

RIBEIRA DIGITAL

intervenção urbanística em área de valor patrimonial



Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Albuquerque, Luiza Cardoso Lopes de.

Ribeira digital: intervenção urbanística em área de valor patrimonial /
Luiza Cardoso Lopes de Albuquerque. – Natal, 2020.
173 f.

Orientadora: Sandra Albino Ribeiro.

Coorientador: Yuri Simonini.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro
Universitário do Rio Grande do Norte.

Material possui 5 pranchas.

1. Requalificação – Monografia. 2. Mídia-digital – Monografia. 3.
Intervenção patrimonial – Monografia. 4. Reabilitação – Monografia. I.
Ribeiro, Sandra Albino. II. Simonini, Yuri III. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 72

LUIZA CARDOSO LOPES DE ALBUQUERQUE

RIBEIRA DIGITAL

intervenção urbanística em área de valor patrimonial

Monografia apresentada ao Centro Comunitário do Rio Grande do Norte - UNRN, como plano de trabalho de conclusão de curso partindo dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

SANDRA ALBINO RIBEIRO

orientadora

YURI SIMONINI

co-orientador

NATAL

2020

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROFESSOR M^sC. SANDRA ALBINO RIBEIRO
orientadora

PROFESSOR DR. YURI SIMONINI
co-orientador

Miss Lene Pereira

Haroldo Maranhão

AGRADECIMENTOS

à minha mãe - Gracita e à meu pai - Roberto,

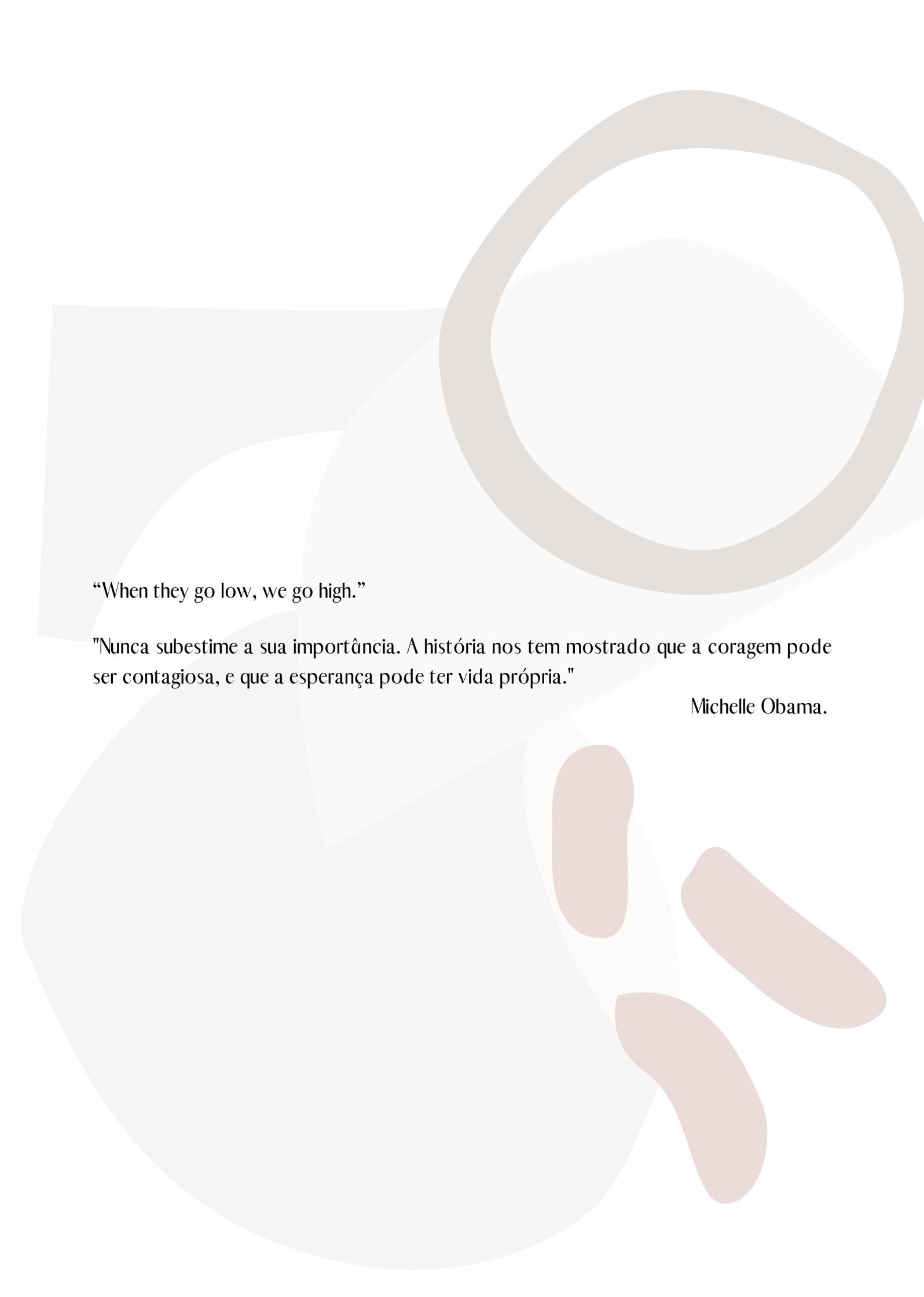
que sempre estiveram ao meu lado, em todas minhas decisões, erros e acertos. Por nunca impedirem de me deixar sonhar, e de ir atrás das loucuras que aparecem de repente na minha cabeça. Logo essa cabeça, cheia de criatividade que herdei dos dois. Minha mãe, arquiteta e meu pai, engenheiro. Havia sempre um escalímetro em cima da mesa e várias palavras técnicas que fui aprender no curso. Vocês sempre me fortaleceram e sempre vibram pelas minhas vitórias, desde a época da corrida de bibite. Sou eternamente grata, pela educação e esforço nesses anos e por me criarem pronta para o mundo. A partir de agora, vou voar em carreira solo, mas nunca vou me sentir sozinha, pois sei que estarão comigo em todas minhas aventuras.

à tia memena,

que é a minha madrinha, minha companheira e meu porto seguro. Nunca me faltou algo. Você preenche toda minha vida com sua bondade e abraço. A produção de todo esse trabalho foi com você dizendo o quão tarde está, perguntando se já comi, se já bebi água e que tudo iria dar certo. Seu carinho e atenção faz parte desta monografia.

à todos os membros do curso de arquitetura da UNI-RN,

desde o primeiro instante foram firmes, pacientes e dedicados a toda minha educação acadêmica. Em especial a minha orientadora - Sandra Ribeiro e meu co-orientador - Yuri Simonini, que além de professores, foram psicólogos nessa jornada me dando força, calma e positividade. Obrigada por estarem presente e me inspirar tanto. Vocês são fontes inesgotáveis de conhecimento.



“When they go low, we go high.”

“Nunca subestime a sua importância. A história nos tem mostrado que a coragem pode ser contagiosa, e que a esperança pode ter vida própria.”

Michelle Obama.

RESUMO

Ribeira Digital tem como foco a intervenção urbanística em uma área de valor patrimonial no bairro da Ribeira, em Natal/RN. A partir de teorias e histórias sobre o restauro e patrimônio edificado, é analisado a possibilidade de uma requalificação, restauração, reconfiguração, revitalização por meio de um MasterPlan, sobre a inserção do Polo Digital em alguns dos prédios na Rua Chile. A escolha da área de intervenção se deve a importância do bairro para a história da cidade, visando resgatar a memória da arquitetura potiguar e proporcionar um caminho que pode trazer a vitalidade. Ao mesmo tempo, propor inserção de usos no âmbito tecnológico, de modo que fomentem uma “economia digital”. Essa intervenção busca incentivar a economia criativa, mas também estimular a vida diurna e noturna na Ribeira. A proposta do MasterPlan visa uma arquitetura eclética e contemporânea, restaurando fachadas de edifícios existentes trazendo a memória da época e reformando o seu interior respeitando e requalificando sua estrutura original com o estilo da arquitetura atual que vivemos. No mesmo sentido para entender essa perspectiva e por meio de diagnósticos, é desenvolvido uma nova paisagem urbanística para área que contempla o Rio Potengi, procurando reverter o processo de degradação e abandono. Gerando um novo fluxo de pessoas e de negócios na região; atender o parâmetro de viver de maneira sustentável, com de locomoção priorizando os pedestres de forma ainda mais acessível. Em síntese, a proposta traz como filosofia uma visão que almeja incentivar a inclusão digital, o incremento da economia local, a urbanidade e impulsionar um estilo de vida mais contemporâneo e mais sustentável.

Palavras-chave: Requalificação; Mídia-Digital; Intervenção Patrimonial; Reabilitação.

ABSTRACT

Ribeira Digital focuses on urban intervention in an area of heritage value in the Ribeira's neighborhood, in Natal/RN. Based on theories and stories about the restoration and built heritage, the possibility of a requalification, restoration, reconfiguration, revitalization through a MasterPlan, about the insertion of the Digital Pole in some of the buildings at Chile Street, is analyzed. The choice of the intervention area is due to the importance of the neighborhood for the city's history, aiming to rescue the memory of Potiguar Architecture and provide a path that can bring vitality. At the same time, to propose the insertion of uses in the technological scope, so that they foster a "digital economy". This intervention seeks to encourage the creative economy, but also to stimulate day and night life at Ribeira. The MasterPlan proposal aims at an eclectic and contemporary architecture, restoring facades of existing buildings, bringing back the memory of the time and renovating its interior respecting and requalifying its original structure with the style of the current architecture we live in. In the same sense, to understand this perspective and through diagnoses, a new urban landscape is developed for an area that contemplates the Potengi River, seeking to reverse the process of degradation and abandonment. Generating a new flow of people and businesses in the region; meet the parameter of living in a sustainable way, with locomotion prioritizing pedestrians in an even more accessible way. In summary, the proposal brings as a philosophy a vision that aims to encourage digital inclusion, the increase of the local economy, urbanity and boost a more lifestyles contemporary and more sustainable.

Key-words: Requalification; Digital Media; Patrimonial Intervention; Rehabilitation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 16.
------------	--------

CAPÍTULO I: DAS TEORIAS DO RESTAURO ÀS CARTAS PATRIMONIAIS

1.1 CONCEITO E CONTEXTO	p. 20
1.1.1. Patrimônio e Restauro	p. 20
1.1.2. O valor e os teóricos do Patrimônio e Restauro	p. 22
1.2. CARTAS PATRIMONIAIS	p. 25
1.2.1. Carta De Atenas	p. 26
1.2.2. Carta De Veneza	p. 27
1.2.3. Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio	p.27

CAPÍTULO II: DIGITALIZAR. FORMAS DE INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS DE VALOR PATRIMONIAL

2.1 POLO DIGITAL	p.28
2.1.1. O que é um Polo Digital?	p. 28
2.1.2. Pilares	p. 30
2.1.3. Mídias Digitais e Economia Criativa	p. 31
2.2 FORMAS DE INTERVENÇÃO	p. 33
2.2.1. Prática do Retrofit	p. 33
2.2.2. Revitalização e Reabilitação Comercial Imobiliária	p. 34
2.2.3. Coworking & Coliving	p. 36
2.3.4. Carta Estratégica	p.40

CAPÍTULO III: REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.1. ESTUDO INDIRETO	p. 44
3.1.1 Theatro / MiMool Arquitectura & Design de Interiores	p. 44
3.1.2 Porto Maravilha - Rio de Janeiro	p. 52
3.1.3 Lx Factory – Lisboa, Portugal	p. 57
3.1.4 Conclusão Analítica	p. 61

CAPÍTULO IV: ÁREA DE INTERVENÇÃO E OS SEUS CONDICIONANTES

4.1 CONDICIONANTES PROJETUAL	p. 63
4.1.1 Condicionantes Físicos-Ambientais	p. 64
4.1.2 Condicionantes Urbanísticas e Sociais	p. 67
4.1.3 Condicionantes Legais	p. 75

CAPÍTULO V: O MASTERPLAN

5.1 APRESENTAÇÃO DO POLO DIGITAL	p. 83
5.2 PROPOSTA URBANÍSTICA	p. 83
5.2.1 A Ribeira	p. 83
5.2.2. A Referência	p. 86
5.2.3. Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento	p. 87
5.2.4. Zoneamento	p. 89
5.2.5. Fluxograma	p. 91
5.2.5. Apresentação, Passeio e Desenvolvimento do Masterplan	p. 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS

p. 132

REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

APÊNDICES

ANEXOS

FIGURAS

Figura 01: Localização do Polo Digital da Ribeira.

Figura 02: Porcentagens sobre a idade dos usuários de coworking.

Figura 03: Carta Estratégica.

Figura 04: Fachada Theatro.

Figura 05: Interior Theatro.

Figura 06: Interior Theatro.

Figura 07: Interior Theatro.

Figura 08: Fachada Theatro.

Figura 09: Interior Theatro.

Figura 10: Planta de Corte Theatro.

Figura 11: Interior Theatro.

Figura 12: Área externa Theatro.

Figura 13: Planta Baixa Theatro.

Figura 14: Planta de Cobertura Theatro.

Figura 15: Planta de Corte Theatro.

Figura 16: Fachada Theatro.

Figura 17: Vista aérea da área portuária do Rio de Janeiro.

Figura 18: Proposta de requalificação da área portuária do Rio de Janeiro.

Figura 19: Zoneamento da área do Cais do Porto do Rio de Janeiro.

Figura 20: Requalificações na Praça XV e nos Galpões da Gamboa.

Figura 21: Museu do Amanhã e requalificação da Praça Mauá.

Figura 22: Museu do Amanhã.

Figura 23: Museu do Amanhã.

Figura 24: Complexo Fabril - Fx Factory.

Figura 25: Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense - Fx Factory.

Figura 26: Entrada - Fx Factory.

Figura 27: Ruas - Fx Factory.

Figura 28: Ruas - Fx Factory.

Figura 29: Ruas - Fx Factory.

Figura 30: Planta Baixa Esquemática - Fx Factory.

Figura 31: Mapa de Localização – Ribeira: Polo Digital.

Figura 32: Oscilações da temperatura de Natal.

Figura 33: Mapa dos Ventos Predominantes da Ribeira: Polo Digital.

Figura 34: Mapa da Frequência Ocorrência da Ribeira: Polo Digital.

Figura 35: Análises de Fachadas – Carta Solar, Ribeira: Polo Digital.

Figura 36: Mapa de Uso do Solo SUMURB – Ribeira: Polo Digital.

Figura 37: Mapa de Uso do Solo – Ribeira: Polo Digital.

Figura 38: Legenda Mapa de Uso do Solo Específico, Ribeira: Polo Digital..

Figura 39: Mapa de Gabarito – Ribeira: Polo Digital.

Figura 40: Mapa Ribeira – Sistema Viário Ribeira.

Figura 41: Sistema Viário – Ribeira: Polo Digital.

Figura 42: Transporte rodoviário.

Figura 43: Transporte ferroviário.

Figura 44: Transporte hidroviário.

Figura 45: Quadro de Prescrições Urbanísticas.

Figura 46: Módulo de referência e área de manobra.

Figura 47: Dimensionamento das Rampas.

Figura 48: Bacia Sanitária, Barras de Apoio.

Figura 49: Zoneamento e Propostado Polo Digital.

Figura 50: Zoneamento e Propostado Polo Digital.

Figura 51: Fluxograma do Polo Digital.

TABELAS

Tabela 01: Análises de Fachadas.

Tabela 02: Vias Principais Ribeira.

Tabela 03: Vias Principais, Ribeira: Polo Digital.

Tabela 04: Dados sobre abastecimento de água.

Tabela 05: Dados acerca da energia

Tabela 06: Programa de Necessidades

Tabela 07: Pesquisa quantitativa para introdução do Polo Digital da Ribeira

ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BANDERN – Banco do Estado do Rio Grande do Norte

CAU/RN – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

ICCROM – Congresso Internacional para Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NBR – Norma Brasileira

ONU – Organização das Nações Unidas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequena Empresas

SEDAP – Secretaria de Administração Pública

SPHAN – Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TICS – Tecnologias da Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEIH – Zona Especial de Interesse Histórico

ZEPH – Zona Especial de Preservação Histórica



INTRODUÇÃO

A Ribeira é um bairro localizado em Natal/RN – o segundo a ser criado na cidade, situado na Região Administrativa Leste. Possuindo seus limites ao Norte com as Rocas e Santos Reis; ao Sul com a Cidade Alta; ao Leste, com as Rocas e Petrópolis e ao Oeste com o Rio Potengi. Essa parcela urbana está inserida na Zona Adensável, estabelecida no macrozoneamento do Plano Diretor de Natal, da Lei Complementar Nº. 082 de 21 de junho de 2007, em seu Capítulo I.

Segundo Gerson Nascimento (2015) a Ribeira – parte baixa da cidade – nasceu no caminho entre a Cidade Alta (eixo inicial de Natal) e a Fortaleza dos Reis Magos. Onde se ergue o Teatro Alberto Maranhão, antigo Teatro Carlos Gomes, tomava-se banho de águas salgadas em fins do século XIX, conforme relata Luís da Câmara Cascudo (1947), em seus escritos que falam sobre a ocupação do bairro. Essa região era uma área alagada pelas marés do rio Potengi e foi sendo habitada a partir do século XVIII, com fazendas e chácaras rodeadas de coqueiros.

A Segunda Guerra Mundial impulsionou a chegada repentina de muitos soldados, muitos deles estrangeiros, na cidade de Natal, a rotina do bairro da Ribeira foi completamente modificada. A capital, por sua vez, abrigou a maior base aérea norte-americana fora do seu território devido a sua localização geográfica. Com isso, novos usos foram inaugurados, especialmente, bares e bordéis, além do comércio fortemente implantados no bairro e investimentos financeiros fizeram a economia da cidade alavancar, fazendo com que a Ribeira atingisse o ápice econômico nesse período.

Porém, com o término da guerra e o retorno dos militares, iniciou-se um período de decadência no bairro. Outros fatores também contribuíram com esse processo com a proibição das importações, a transferência do terminal rodoviário para o bairro da Cidade da Esperança, o remanejamento do Carnaval, que antes acontecia na Tavares de Lima e passou a acontecer na Avenida Deodoro da Fonseca, no bairro de Cidade Alta, assim como a substituição do transporte marítimo pelo aéreo, paulatinamente.

A escolha da área de intervenção se deve a importância do bairro para a história de Natal, visando resgatar a memória da arquitetura potiguar e proporcionar um caminho que pode trazer a vitalidade desse Bairro, que atualmente está dentro da Zona Especial de Interesse Histórico (ZEIH) e Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH). Ressalta-se que embora tenham sido realizadas algumas intervenções nesse sítio com o mesmo propósito, atualmente identificam-se em diversas partes da Ribeira edifícios sem usos, muitas vezes, já até deteriorados.

A motivação em escolher a Ribeira, também é devido a laços afetivos da autora com o bairro. Consequência de ter estudado onde já foi a casa de Juvino Barreto, na rede Salesiana. “Quem foi Juvino Barreto? Por que não se tem fachadas frontais voltadas para o Rio Potengi? É o pôr do sol mais lindo de Natal. Diante da inquietação com ausência de respostas, este trabalho, procura entender e propor uma reconfiguração, revitalização, requalificação urbanística nesse bairro. Além de propor uma solução baseado em uma economia criativa, digital e contemporânea na área.

Dado limite de tempo para realizar o presente trabalho, definiu-se um recorte espacial para executar a proposta (uma intervenção urbanística de valor patrimonial) em dezesseis prédios, em um trecho da Rua chile, compreendido entre a Avenida Tavares de Lira e a Travessa Aureliano (ver figura 01)



Figura 01: Google Maps e modificada pela autora (2020)

Após a definição do recorte espacial, foi traçado o **objetivo geral** que é um MasterPlan para uma intervenção urbanística de valor patrimonial. Ao mesmo tempo, propor inserção de usos no âmbito tecnológico, de modo que fomentem uma “economia digital”. Essa intervenção busca incentivar a economia criativa, mas também estimular a vida diurna e noturna na Ribeira.

Como **objetivos específicos** foram elencados os seguintes pontos: Através do projeto, revitalizar a área de intervenção, instalando: trabalho; negócios; moradia (coliving) e comércio; Requalificar, reconfigurar, restaurar e preservar fachadas do trecho escolhido e o tecido urbano central, cultural e histórico; Modificar edifícios com a arquitetura descaracterizada presente, trazendo a contemporaneidade digital para área. Permitindo deixar as fachadas sendo as “cascas” do prédio, além de procurar preservar esquadrias e estruturas quando possíveis; Fazer uso da infraestrutura da Ribeira para transformar a área de intervenção em um polo de economia digital, incentivando o trabalho, principalmente entre os jovens, gerando emprego e atraindo empreendimento a economia criativa da população que trabalha e vive no bairro; Desenvolver uma nova paisagem urbanística para área que contempla o Rio Potengi, procurando reverter o processo de degradação e abandono. Gerando um novo fluxo de pessoas e de negócios na região; atender o parâmetro de viver de maneira sustentável, com de locomoção priorizando os pedestres de forma ainda mais acessível.

A proposta do MasterPlan visa uma arquitetura eclética e contemporânea, restaurando fachadas de edifícios existentes trazendo a memória da época e reformando o seu interior respeitando e requalificando sua estrutura original com o estilo da arquitetura atual que vivemos. A fim de gerar uma nova paisagem urbana com harmonia visual entre o novo e o velho de forma sutil. Os novos usos são imprescindíveis na preservação e conservação das edificações de valor patrimonial.

O MasterPlan será realizado para um público-alvo de profissionais em economia criativa e startups como: publicitários; arquitetos; designers; cinematográficos; empreendedores; desenvolvedores de software; administradores; parceiros SEBRAE; e de outras tecnologias, de ambos os sexos com faixa etária entre vinte e quarenta anos que estejam entrando no mercado de trabalho e pequenas empresas com esse mesmo perfil. A fim de gerar um benefício social, consiste na criação de um parque tecnológico urbano com um cluster global de inovação em TICS, economia criativa, arte, startups, design e mídias digitais com três pilares principais:

- Pessoas: Gerar políticas e incentivos para as pessoas trabalharem;
- Negócios: Áreas de apoio para pessoas trabalharem;
- Território: Reconstrução e Revitalização Urbana e moradia no Polo.

Em síntese, a proposta traz como filosofia uma visão que almeja incentivar a inclusão digital, o incremento da economia local, a urbanidade e impulsionar um estilo de vida mais contemporâneo e mais sustentável.

Para cumprir os objetivos supracitados foram escolhidos **procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos**. Em síntese, serão realizados: revisões bibliográficas que abrangem o tema; coleta de dados em instituições; Pesquisa documental; Estudos e análise de legislações pertinentes; Estudos de casos direto e indiretos; Levantamento dos condicionantes; Entrevistas e aplicação de questionários com moradores e trabalhadores do bairro; Registro fotográfico da área e de outros dados.

Foram traçados quatro capítulos que antecedem a Proposta Urbanística em Área de valor Patrimonial. São eles:

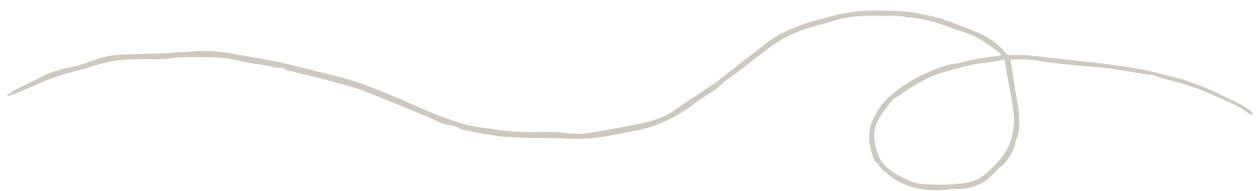
Capítulo I - explana a importância histórica do patrimônio e restauro, quanto ao conjunto de normas e estudos aplicáveis no processo de preservação e valorização. Tendo como base o sítio histórico, a Carta de Atenas e o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio;

No **Capítulo II** - comenta sobre a requalificação, a restauração, reconfiguração, a revitalização, a preservação, a definição de Polo Digital e suas estratégias. Será abordado os impactos no tecido urbano mediante adoção de certas estratégias;

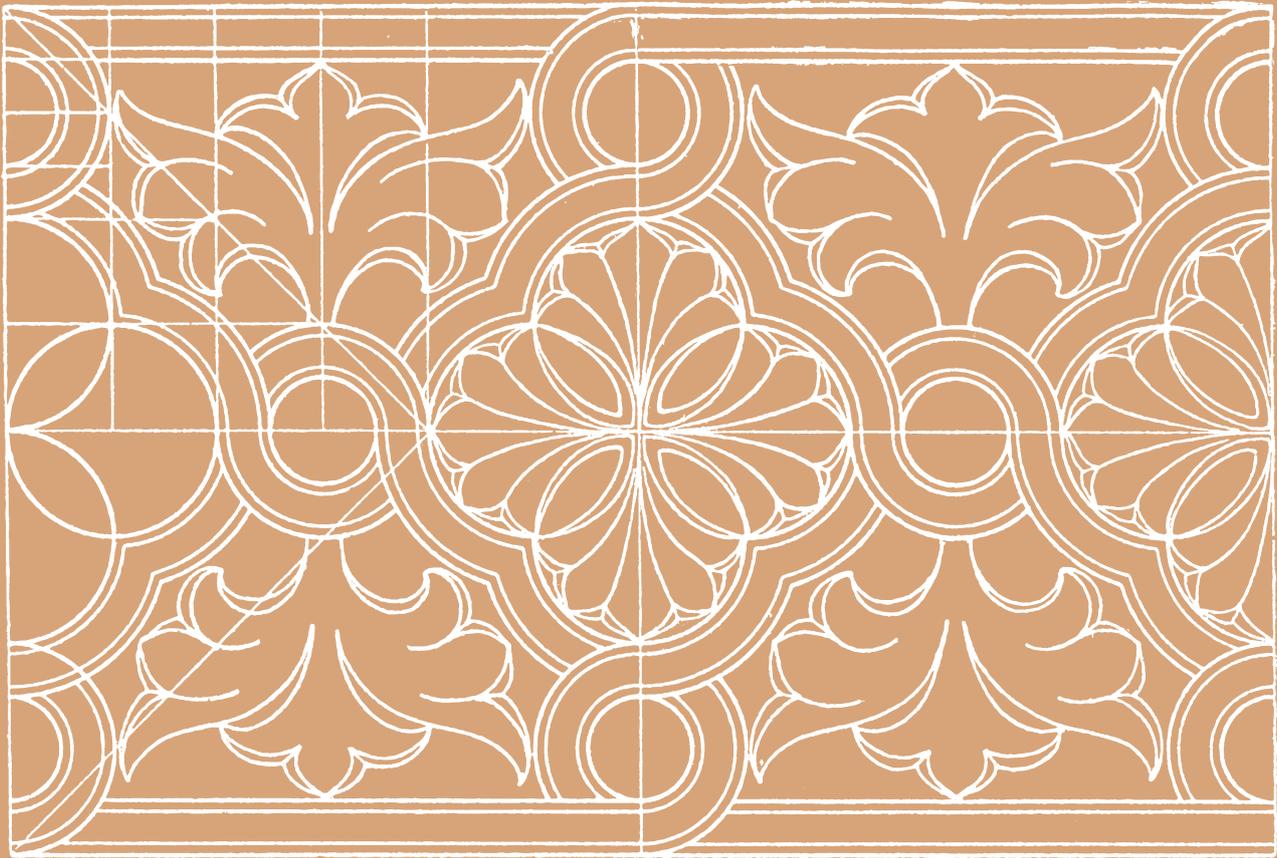
No Capítulo III - expõe os referenciais teóricos que envolvem estudos de restauro em prédios históricos no âmbito regional, nacional e internacional, de maneira direta e indireta;

No Capítulo IV - apresenta os condicionantes gerais pertinentes para a realização do projeto de forma macro, este que explana desde a análise do terreno incluindo o estudo do entorno. A física consiste em localização, dimensionamento, formato e topografia. Para a ambiental, irá englobar se existe alguma restrição construtiva ambiental para a área que o terreno está inserido, também sendo desenvolvido um estudo das condicionantes bioclimáticas do entorno, indicando a incidência solar e de ventilação, a fim de aplicar na concepção projetual com o objetivo de promover espaços mais confortáveis termicamente. Urbanístico sendo uma análise do entorno como os acessos, aproveitamento de visuais do terreno, análise do uso do solo, gabarito e sistema viário. Sociais sendo aplicações de questionários para contribuir e desenvolver a concepção projetual. Caracterização do público alvo e indicação das principais atividades desenvolvidas no equipamento. Sendo, tabulação de dados e estudos de referenciais direto e indireto;

No Capítulo V - ao chegar na proposta de intervenção urbanística e patrimonial a nível de MasterPlan, é comentado a análise de definição e organização projetual para a região escolhida que facilitará o entendimento e suas etapas. Descrições de solução adotadas para a proposta final dentre elas: sua forma, sua função, organização de planta, métodos construtivos, confortos ambientais e representação volumétrica da proposta final.



CAPÍTULO I



DAS TEORIAS DO RESTAURO ÀS
CARTAS PATRIMONIAIS.

1.1 CONCEITO E CONTEXTO

1.1.1. Patrimônio e Restauro

No Brasil, existe uma prática consolidada no órgão de preservação federal, o atual IPHAN, que ainda se baseia no suposto “retorno ao original”. Ao longo dos anos de atuação, as práticas empreendidas pelo IPHAN concordam em uma mudança nas abordagens conceituais, passando da percepção das cidades históricas como **Monumento** – onde prevalecia a noção de “artefato de notoriedade sob o ponto de vista artístico” – para a identificação da cidade como **Documento** – testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratada como acontecimento histórico.

De acordo com Natália Araújo (2014), a **cidade-documento** se apresenta, portanto, como testemunho material da(s) história(s) da sociedade – do povo – brasileiro. Mais recentemente observamos a emergência da “cidade- atração” que está inserido no contexto de exploração econômica e imagética das áreas de valor patrimonial.

O que é observado é a ampliação da noção de patrimônio que vai tornando-se mais inclusiva abrangendo todos os “objetos culturalmente significativos”. A visão da “cultura” em seu sentido antropológico, considerando-a como um “conjunto de crenças, valores, conhecimento e usos de um grupo social” que “inclui manifestações do dia-a-dia de qualquer grupo social” (ARAÚJO, 2014). Apesar do órgão federal brasileiro permanecer com a denominação de “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, representando a visão constituída acerca do patrimônio quando da sua criação na década de 30, o termo que melhor representa o entendimento atual é o de Patrimônio Cultural. Dentro desta visão ampliada estariam contempladas as manifestações culturais e todo o patrimônio material e imaterial. (ARAÚJO, 2014).

A definição comum de Patrimônio – construções antigas e pertences dos antepassados (Patrimônio Histórico e, por vezes, Artístico). O Patrimônio cultural de uma sociedade ou de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentemente alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados a preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse. De maneira geral, somente as peças valiosas ou de pessoas de alto poder aquisitivo alcançam o status de patrimônio.

Contudo, a partir do século XX, o Patrimônio Cultural passou a englobar a preservação da memória social em conjunto com políticas oficiais de preservação. Nesse sentido, é necessário ater-se a três aspectos básicos: Por que preservar; O que preservar; Como preservar.

A evolução histórica do restauro arquitetônico se deu a partir de uma tomada de consciência quanto a fragilidade da natureza, levando em consideração o poder de destruição humana. Após a tomada de consciência, o que aconteceria a seguir, segundo Silva (2003, p. 17) “seria a adoção de medidas adequadas para sua preservação, a ser empreendida pelos indivíduos atualmente vivos, seja no interesse deles próprios ou seja no interesse das futuras gerações”. Corroborando com isso, Alois Riegl complementa que:

A ruína deveria simplesmente levar à consciência do espectador o contraste, essencialmente barroco, entre a grandeza do passado e a decadência presente. Ela exprime o pesar dessa queda, e a nostalgia correlativa de uma antiguidade que desejaríamos ver conservada: trata-se, por assim dizer, de um deleite voluptuoso na dor, que, mesmo atenuado por uma certa inocência pastoral, faz o valor estético do pathos barroco. (RIEGL, 1984, p.62).

A primeira comissão dos Monumentos Históricos na França, em 1837, trouxe como base de verificação três vertentes importantes: vestígios da Antiguidade; edifícios Religiosos da Idade Média; e através de alguns castelos. A partir disso, emergiram novas denominações que se resumiam: à arquitetura privada e não monumental (arquitetura menor) geralmente não assistida pelo olhar do arquiteto; arquitetura com traços de vários territórios (arquitetura vernacular); e a arquitetura industrial, que se resumiam em fábricas, estações etc.

Françoise Choay (2006), complementa isso ao fato de que os Monumentos Históricos já não se resumiam apenas em edifícios individuais, a arquitetura desenhou um novo olhar com os conjuntos edificados com quarteirões e bairros, o que deu ao urbanismo um novo conceito. Conforme o tempo, o valor dado aos Monumentos Históricos foi tomando espaço na sociedade, expandindo-se para vários países, porém o que cita Choay sobre essa ideia é que a sociedade se divide em dois parâmetros de pensamentos distintos. Uma dessas visões defende a ideia de preservação do passado quanto a história, arquitetura e arte, já a outra parte não entende a importância desse pensamento e apoia apenas o novo.

A crítica que Alois Riegl diz sobre essa visão é que:

O caráter acabado do novo, que se exprime da maneira mais simples por uma forma que ainda conserva sua integridade e sua policromia intacta, pode ser apreciada por todo indivíduo, mesmo completamente desprovido de cultura. É por isso que o valor de novidade sempre será o valor artístico do público pouco cultivado. (RIEGL, 1984, p.96).

Com a mesma força que a sociedade busca o passado, ela renega-o, são influenciadas pela visão do momento, pois “O reconhecimento de uma obra como produto cultural é resultado dessa consciência histórica que, através dos tempos, seguiu uma trajetória [...]” (BRAGA, 2003, p. 9).

No entanto, dentro desse contexto, observou-se que havia um interesse e preocupação significativos pelos monumentos considerados de grande importância, acontecia em alguns momentos, a retirada dos acréscimos para dar lugar ao original, ou acrescia-se alguns detalhes para dar maior veracidade à edificação.

No Brasil, segundo Braga (2003, p. 14) o pensamento voltado para a preservação do patrimônio é parcialmente novo, pois durante muitos anos a conservação dos bens arquitetônicos e cultural estiveram ausentes na legislação e políticas públicas. Somente com a criação do IPHAN em 1937 deu-se início às ações de preservação e restauro do patrimônio. Foi através da elaboração de um plano considerando as distintas manifestações da cultura brasileira: arte erudita, nacional e estrangeira, arte arqueológica, arte histórica, arte ameríndia.

1.1.2. O valor e os Teóricos do Patrimônio e Restauro.

O culto aos monumentos, segundo Haroldo Maranhão (2014) trouxe consigo três valores de memória: o Valor da Antiguidade, o Valor Histórico e o Valor Volúvel de Memória ou de Comemoração. Esses valores abraçam teorias e práticas que ajudam a tecer a ideia de preservação de sítios históricos.

Segundo Riegl (2014, p. 49) “O Valor da Antiguidade de um monumento apresenta-se a um primeiro olhar, pelo seu aspecto inatual”, ou seja, “tal aspecto não é devido tanto ao estilo fora de moda [...]”, mas “[...] ao círculo restrito dos historiadores de arte qualificados, ao passo que o valor de antiguidade tem a pretensão de influenciar grandes massas. Quanto ao Valor Histórico, Riegl (2014, p. 55) cita que “O valor histórico de um monumento se resulta, para nós, o fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana.” No entanto, o Valor Volúvel de Memória ou de Comemoração, indaga que “essa terceira classe de valores de memória apresenta assim uma ligação evidente com os valores de atualidade.”

Por meio do século XIX, surgem as primeiras correntes teóricas que iriam dar o início conceitual as formas de se preservar e intervir em bens de patrimônios e culturais. Como pioneiros tem-se as ideias de John Ruskin, Viollet Le Duc, Camillo Boito e, no início do século XX, Gustavo Giovannoni e Alois Riegl (KÜHL, 2011:60).

Até o período da Segunda Grande Guerra, destacou-se o “restauro filológico” (MARANHÃO, 2014) como corrente de suporte aos procedimentos projetuais adotado em partes das intervenções de restauro em bens de valor patrimonial.

O tratamento com preenchimento das lacunas com “neutros” em obras desgastadas pela ação do tempo – partes de edifícios, estatuas, pinturas e etc. Em síntese, trata de uma alternativa insuficiente e superficial. Após a Guerra, com uma parte da Europa completamente destruída, emergiu um debate teórico quanto as práticas para preservação, especialmente, de bens que haviam sido totalmente destruído. Um contexto completamente diferente do anterior, de quando os procedimentos de restauro eram aplicados em bens parcialmente mutilados (KUHL, 2011, 152-160).

As intervenções nos bens patrimoniais passam pelo entendimento de métodos de intervenção, que são marcados pelas contribuições de Ruskin e Viollet-Le-Duc. Esses teóricos defendem correntes distintas de como preservar os artefatos, Ruskin, um ferrenho crítico às transformações geradas pela Revolução Industrial, defendia um anti-intervencionismo radical, onde não se tinha o direito de tocar nos monumentos antigos, que pertenciam, em parte, àqueles que os edificaram e, também, às gerações futuras.

Para os anti-intervencionistas, a “restauração é impossível e absurda”, pois equivaleria a “ressuscitar um morto”, além de romper com o caminho natural da obra. Todavia, essa corrente não exclui a possibilidade da manutenção, desde que imperceptível (CHOAY, 2003, 154:156; RUSKIN, 1901:353). Por outro lado, Viollet-Le-Duc, a partir da ideia de “restauro interpretativo” entendia que restaurar um edifício significa “restituí-lo a um estado completo, que pode nunca ter existido”. Sendo assim, se um edifício não continha todos os elementos necessários a compor um estilo, mas a sua lógica possibilitaria a sua interpretação e completude dos “elementos faltantes”, estes deveriam ser acrescentados no processo de restauração (CHOAY, 2003, 156:157).

Posto isso, observa-se que o início das ideias de restauro aponta uma dicotomia perante o artefato por razão da verdade que este bem pode ou não apresentar. Entre esses dois conceitos contrários, elaborou-se uma teoria intermediária, sustentada por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni, que propõe dar maior importância às obras de manutenção e de consolidação. Denominado como Restauro Filológico, os seus princípios serviram de base para teorias mais modernas que têm sido reformuladas, adaptadas e melhoradas pelos seus seguidores. Baseado nas descrições feitas por PEREIRA (2012), a prática do Restauro Filológico aplicava alguns dos princípios básicos para o reconhecimento do valor patrimonial de edificações, que relacionamos a seguir:

- Dar ênfase ao valor documental do monumento;
- Ser preferencialmente consolidados à reparados e reparados à restaurados;
- Evitar acréscimos e renovações, e se fossem necessários, deveriam ter caráter diferente do original e harmonioso com o conjunto;
- As obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário: respeitar as várias fases do monumento, removendo somente os elementos de qualidade duvidosa;
- Registrar todas as etapas das obras;
- Inscrever e apontar a data de intervenção.

Entretanto esta terceira corrente, que parecia ter resolvido a dicotomia anterior, não conseguiu responder às demandas de restauro perante bens completamente arruinados após o evento da Segunda Guerra Mundial, como explica a colocação de CUNHA (2014), sendo dessa maneira, formulada uma corrente de intervenção denominada de Restauro crítico.

Em razão da grande escala das intervenções não se podia cogitar o tratamento de lacunas como “neutros”. Assim, esses questionamentos suscitaram o pensamento de que o restauro era, para além de um ato científico de filólogo, também um ato crítico. (CUNHA, 2004:1).

Seguindo essa abordagem crítica tem-se nas ideias de Cesari Brandi em seu livro Teoria do Restauro (2004), uma evolução das práticas anteriores onde brandi delimita preceitos teóricos que serviram de embasamento à prática do restaurador. Para PEREIRA (2012), essa teoria de brandi traz princípios fundamentais à respeito da autenticidade e integridade das obras de arte e tem como princípios básicos:

- Distinguir a intervenção sem destruir a unidade da obra;
- A matéria é insubstituível unicamente enquanto aspecto, não tanto enquanto estrutura;

Os estudos em torno das ideias de Brandi apontam que ele defende a restauração como um processo histórico-crítico, fundamentada na análise pormenorizada da obra, de modo que cada caso é um caso não classificável em categorias pré-estabelecidas ou em os métodos anteriores.

Segundo Giovanni Carbonara (Apud KUHLE, 2011,65), a partir dos anos 1940 foram produzidos textos na tentativa de buscar respostas para as questões advindas com as destruições em grande escala, provocadas pela Segunda Grande Guerra. Entre esses textos, alguns se tornariam em importantes contribuições ao aprimoramento do campo teórico e conceitual da restauração, sendo ainda hoje bastante atuais, como os escritos por Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Philippot, os quais vão consubstanciar em uma posição de quase consenso internacional, vista na publicação da Carta de Veneza em 1964 (MARANHÃO, 2014).

Esses autores deram maior ênfase ao valor formal da obra, mas sem desprezar o seu valor histórico e as diversas fases do monumento no percurso da sua existência, ao contrário das proposições do período anterior, na qual aspectos documentais e históricos da obra eram preponderantes, ou, em outro extremo, remetendo ainda a uma forte tendência de refazimento nas intervenções. Segundo Giovani Carbonara (Apud KUHL, 2011,66), esses autores são filiados ao “restauro crítico”.

Desse modo, ainda Maranhão (2014), ressalta que o campo conceitual da restauração vai se difundindo, considerando simultaneamente os seus valores formais, materiais e documentais. Com a compreensão de que qualquer intervenção em um bem seja de manutenção ou de restauração, sempre irá alterar a sua aparência, mudando assim o modo de percepção da imagem resultante, isto é, qualquer situação de intervenção física estará assumindo a responsabilidade de prefigurar uma nova imagem para o objeto. Assegurava-se assim uma nova compreensão da importância de preservar não só o valor documental do objeto a ser preservado, mas também a sua dimensão existencial, que, através da recuperação do seu valor figurativo, restituía também o seu significado social e simbólico para as comunidades em seus ambientes. Vale salientar que esta restituição do valor figurativo não significa a realização de uma reconstrução mimética.

São essas definições que separam, de maneira clara, a dinâmica dos valores dados a cada peculiaridade que incorpora a importância, ou, o desdém no que compete valor histórico.

1.1 CARTAS PATRIMONIAIS

As Cartas Patrimoniais foram criadas com intuito de proteger as edificações importantes para a sociedade. O debate teve início no século XX após a Segunda Guerra Mundial, onde inúmeros monumentos históricos do Velho Mundo foram totalmente destruídos. Esses documentos compõem desde conceitos a medidas para atuações no campo administrativo, funcionando como diretrizes de documentação, fomento do resguardo de bens, além da importância dos planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. (IPHAN 2015).

Desses debates, nasceram algumas instituições internacionais, tais como: ONU (Organizações das Nações Unidas); a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); o ICOM (Conselho Internacional de Museus), o ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais); e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), entre outras que resultaram nas chamadas Cartas Patrimoniais.

1.2.1. Carta de Atenas

A legislação brasileira buscou se aproximar das prerrogativas internacionais, em especial as inseridas na Carta de Atenas (1933), que ressalta a importância pela conservação de “bens culturais imóveis, em virtude do seu caráter universal constituindo-se importante diretriz seguida pelos profissionais ligados às políticas urbanas” (SILVA, 2003, p. 52).

Sobre o patrimônio histórico, a carta defende a manutenção dos valores arquitetônicos, respeitando a personalidade e o passado de cada cidade. Se a presença for considerada prejudicial, esta deve ser destruída e uma área verde deve ser construída. Porém, de houver valor, soluções devem ser encontradas, mas a conservação não deve ser em detrimento da população.

Contudo, a ressalva que reluz um pensamento empírico na essência da Carta de Atenas, expõe a notória preocupação quanto à invasão de novas construções nos centros históricos das cidades, substituindo, por vezes, as edificações históricas em defesa de novos empreendimentos. Baseado nessa afirmação, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), diz que:

Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca um homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio [...] (CIAM, 1933, p. 27).

Vale ressaltar que compete ao IPHAN “autorizar intervenções em bens edificados, tombados e nas suas áreas de entorno” (Portaria 420 - 2010 IPHAN, p. 1).

No Art. 3º da Portaria citada anteriormente, é mencionado as definições para o processo de Intervenção, Conservação, Manutenção, Reforma Simplificada, Reforma ou reparação, Construção nova, Restauração, entre outros. Partindo do princípio dos conceitos a serem utilizados no presente trabalho, vale acentuar aqueles que irão servir como base principal de apoio para criação do projeto em questão. São eles:

Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade; **Conservação:** conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem; **Manutenção:** conjunto de operações destinadas a manter, principalmente, a edificação em bom funcionamento e uso; **Construção Nova:** construção de edifício em terreno vazio ou em lote com edificação existente, desde que separado fisicamente desta; **Restauração:** serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções (Portaria 420 - 2010 IPHAN, p. 2).

1.2.1. Carta de Veneza

No que diz respeito ao conceito que concerne a Carta de Veneza (1964), que defende as práticas de Conservação e Restauro de bens históricos, traduz, portanto, que deva existir um “padrão” internacional, porém, que cada nação deve ficar livre para criar, diante de sua cultura e tradição, seus próprios princípios que manterão viva sua história.

Quanto a Conservação, a Carta de Veneza exige que haja manutenção permanente do Bem, sem prejudicar e nem alterar a decoração do mesmo, obedecendo um padrão de escala sem que sofra modificações de volumes e cores. Removê-lo de lugar, ou mesmo parte dele, descaracterizá-lo-á, portanto, é intolerável tal ação, a não ser que essa ação seja justificada por importantes razões no âmbito nacional e internacional. E quanto a Restauração, deve ser acompanhada por um estudo que revele o valor histórico e arqueológico do monumento, onde, necessariamente deverá conter a marca do tempo atual.

Porém, quando as técnicas tradicionais forem insuficientes para aquela ação, é cabível a utilização de outras técnicas mais atuais de conservação e construção comprovadas por estudos científicos a eficácia para essa finalidade. Nesses produtos de substituição, deve haver harmonia com o conjunto todo, ou seja, não pode haver traços de falsificação no Bem.

1.2.3. Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio

O Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN de 2003, teve como objetivo estabelecer e transmitir os conceitos, as normas e os preceitos que guiaram os profissionais envolvidos no Programa Monumenta – programa responsável pela recuperação e preservação do patrimônio histórico – orientados a elaborar projetos complementares, que integraram a este Manual. Havendo neste, adaptações da parte das “Práticas da Secretaria de Administração Pública - SEDAP, estabelecidas no Decreto no 92.100, de 10/12/1985, que em síntese visa possibilitar a sua aplicação nas obras de intervenção do Patrimônio edificado”. (Programa Monumenta, IPHAN, 2003, p. 9).

As normas auxiliam no processo de reparação desses bens, respeitam seus valores estéticos e culturais, levam em consideração a autenticidade do mesmo, não podendo intervir nas questões históricas, materiais, processos construtivos, entre outros. Abraçando essas exigências, vale citar a:

Premissa 3.1.5.1. As propostas relativas ao resgate de determinados aspectos estéticos do Bem devem estar baseadas e fundamentadas em análises e argumentos inquestionáveis sobre a autenticidade do espaço envolvente. (Programa Monumenta, IPHAN, 2003, p. 15).



CAPÍTULO II



DIGITALIZAR. FORMAS DE
INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS DE
VALOR PATRIMONIAL

2.1 POLO DIGITAL

2.1.1. O que é um polo digital?

O Polo Digital é um espaço em determinado bairro, criando via incentiva privada para empreendedores e criativos se conectarem, aprenderem e criarem empresas que possam impactar de maneira positiva o Brasil e o mundo. Qualquer empreendedor que tenha um startup, ou apenas uma ideia, pode se tornar um membro, utilizar o espaço e receber orientação no Polo Digital, que desenvolverá um trabalho de mentoria. Quando uma pessoa decide que quer empreender e resolve abrir uma empresa, normalmente o faz em sua casa, pois no começo tem poucos recursos para bancar um escritório com todas as despesas. Assim, muitas pessoas criativas deixam de empreender seu próprio negócio por falta de apoio nos primeiros anos, que são os mais difíceis. Esse polo poderá abrigar o prestador de serviços, oferecendo a ele todos os recursos de que necessita para se desenvolver profissionalmente, abrir sua empresa e até contratar seus primeiros colaboradores.

Em meio à Floresta Amazônica, a cidade de **Manaus**¹ conta com o segundo maior parque industrial do Brasil. No entanto, nenhum local pode depender de um só modelo econômico. Para haver condições de crescimento, outros polos da economia precisam ser desenvolvidos, incluindo o segmento tecnológico, importantíssimo para dar o suporte necessário ao desenvolvimento de todas as áreas econômicas. Os avanços tecnológicos permitem, por exemplo, a produção eficiente de itens que podem chegar mais baratos ao consumidor, além de agilizar atendimentos médicos, desenvolver ferramentas educacionais e promover iniciativas de sustentabilidade, dentre tantas outras aplicações.

Por alavancar diferentes setores da economia, as pesquisas no setor tecnológico precisam contar com uma estrutura que possibilite avanços. Manaus, nesse sentido, tornou-se, ao longo das últimas décadas, um grande gerador de verbas para a realização de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

Há incentivos que também são fundamentais para o constante estímulo a novas iniciativas de pesquisa na cidade. Dessa forma, a capital amazonense conta com uma série de empresas, institutos e startups de tecnologia, com um amplo conjunto de fatores favoráveis ao pleno desenvolvimento de um polo digital. A estruturação desse ecossistema tecnológico oferecerá à sociedade uma visão clara sobre a oferta e demanda disponíveis.

¹ Acessado em 17 de jun 2020, disponível em: <https://www.sidia.com/manaus-estrutura-o-mais-novo-polo-digital-brasileiro/>

O Porto Digital de **Recife** (PE) é um exemplo muito bem-sucedido de como o trabalho organizado pode promover o desenvolvimento cada vez maior de nossos recursos tecnológicos. Com um trabalho semelhante ao de uma cooperativa, o Porto Digital atua, segundo o site SIDIA² (2019), nos eixos de software e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de games, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design. Fundado em 2000 com o objetivo de reter profissionais qualificados e também de revitalizar o Recife Antigo, o Porto Digital hoje abriga 300 empresas, organizações de fomento e órgãos de Governo e cerca de 9 mil trabalhadores.

De acordo com o próprio site³ (2019), o Porto Digital é fruto e referência nacional de uma ação coordenada entre governo, Institutos de Ensino Superior e empresas, conhecido como modelo "Triple Helix"⁴. Essa iniciativa propiciou o ambiente necessário para fazer com que o Porto Digital se transformasse em um dos principais ambientes de inovação do País. Desde o final de 2014, o parque também opera nas cidades de Caruaru, localizada no Agreste do estado. O Porto Digital foi considerado pela Associação Nacional de Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), em 2007, 2011 e 2015, o melhor parque tecnológico do Brasil, segundo o próprio site (2019).

Outro exemplo também é o polo tecnológico de **Santa Catarina**, composto de diversas empresas em Florianópolis, Blumenau e Joinville, e conhecido, segundo o site Canal Tech⁶ (2019), pelo pioneirismo de diferentes tecnologias desenvolvidas. Em Florianópolis existem mais de 900 empresas voltadas para a tecnologia. O faturamento total chega a ser de 5,4 bilhões de reais, quatro vezes maior do que o retorno que o turismo traz.

² Acessado em 17 de jun 2020, disponível em: <https://www.sidia.com/manaus-estrutura-o-mais-novo-polo-digital-brasileiro/>

³ Acessado em 17 jun 2020, disponível em: <https://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital> ⁴ O modelo de Triple Helix de inovação refere-se a um conjunto de interações entre a academia, a indústria e o governo, para promover o desenvolvimento econômico e social, conforme descrito em conceitos como economia do conhecimento e sociedade do conhecimento.

2.1.2. Pilares

Ao partir da necessidade de criar uma nova forma de incentivo e mudanças, empresários, membros da academia e representantes do setor público decidiram levar ao governo estadual de Pernambuco a ideia de criar uma política pública para o setor de TIC que interligasse atores, empresas e organizações que até então agiam de forma independente e isolada.

A ideia é aproveitar uma região atrativa para a inovação com a iniciativa de criar um ambiente de negócios, que por fim, é a ideia de uma revitalização em uma área histórica. Além disso, tem o objetivo de propiciar o melhor ambiente para que as empresas localizadas no território do Polo Digital possam ter mais competitividade no mercado mundo afora, gerando emprego e estimular mudanças econômicas e sociais para gerar mais riqueza e renda. Por fim, estimular e apoiar pequenas empresas.

Assim, o objetivo consiste em tornar o melhor ambiente de inovação e empreendedorismo nas áreas de TIC e de Economia Criativa. Como missão e propósito, um Polo Digital pretende afirmar-se como um dos principais pilares da economia do futuro e ser essencial em um desenvolvimento. A principal meta estratégica é ter, pessoas ocupadas em atividades de alta qualificação profissional e maior valor agregado em empreendimentos inovadores. Para obtenção destas metas, o Polo Digital desenvolve projetos articulados em oito eixos estratégicos:

- Criação, atração e desenvolvimento de empreendimentos no Polo Digital;
- Interiorização do Polo Digital e apoio às cadeias produtivas locais;
- Desenvolvimento de tecnologias para a promoção do bem-estar das cidades e das pessoas;
- Qualificação de capital humano para empreendedorismo, inovação e competitividade empresarial;
- Desenvolvimento de projetos de cooperação tecnológica com universidades e empresas;
- Estudos e pesquisas para o futuro da economia digital;
- Ampliação da oferta de infraestrutura imobiliária, tecnológica e de serviços do Polo Digital;
- Aperfeiçoamento da gestão institucional e promoção do Porto Digital.

5 **Manaus estrutura o mais novo Polo Digital Brasileiro**, acessado em 17 jun 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/tablet/mercado-tablets-brasil-durante-pandemia-166647/>

2.1.3. Mídias Digitais e Economia Criativa

A mídia digital é inteiramente composta por códigos numéricos ou dígitos – por isso o termo digital –, ao contrário da mídia analógica que depende de uma série de aparatos físicos para gravação e reprodução. Os canais de comunicação online como sites, blogs e redes sociais são o principal exemplo dessa mídia. No Brasil, essa modalidade já responde por um terço do investimento em marketing e publicidade no país — nada menos que R\$16,1 bilhões apenas em 2018 (DIGITAL, 2019) levantamento realizado pela Interactive Advertising Bureau (IAB).

Os canais digitais passaram por um rápido momento de maturação nos últimos anos, com o crescimento das empresas e profissionais que se beneficiam ou prestam serviços na área. Segundo Leandro Abreu (2020), nesse contexto, a mídia digital pode ser um computador, celular (smartphone ou não), discos compactos, televisão digital, e-books, conteúdos online e outros. Dentro da comunicação empresarial, porém, temos as mídias digitais como os canais de criação, distribuição e promoção de conteúdo de Marketing Digital— posts nas redes sociais, banners patrocinados em blogs, anúncios do Google e qualquer outro tipo de material divulgado na internet.

ABREU, 2020, ainda diz que uma certeza da era atual é a constante e vertiginosa mudança. Uma das vertentes que mais sentem os efeitos da transitoriedade é a forma como se faz e como se consome a cultura. No século XX, a produção cultural estava sujeita à Indústria Cultural. Nesta, os produtos culturais eram adaptados ao consumo das massas, produzidos e distribuídos com o propósito de obter lucro e tinha participação limitada do consumidor. A mídia tradicional era fundamental, sendo o único ambiente possível para se praticar o marketing cultural. Desta forma, a cultura era apropriada por grandes intermediários. Quem detinha o poder sobre os meios de comunicação e a produção cultural, como gravadoras, editoras ou estúdios cinematográficos, determinava o que seria acessível ao público.

O conceito e o mapeamento das Indústrias Criativas, surgiram no Reino Unido no final da década de 1990 e foram sendo aperfeiçoados. Em 2008 a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento da ONU publicou, segundo Carla Cíntia (2019)⁶, o primeiro estudo internacional sobre o tema. Além da cultura, os atores da Indústria Criativa possuem um vasto potencial de geração de empregos e riqueza, agrupando atividades econômicas cujo principal insumo produtivo é a criatividade. Ao lado das empresas criativas, são incluídas as que se relacionam com elas.

⁶ **Economia Criativa** - Internet Innovation, Digital business School. Acessado em 17 jun 2020. Disponível em: <https://www.internetinnovation.com.br/blog/marketing-digital-e-economia-criativa/>

Em seu Núcleo Criativo figuram Artes Cênicas; Artes; Música; Filme & Vídeo; TV & Rádio; Mercado Editorial; Software; Comunicação e Telecom; Pesquisa e Desenvolvimento; Biotecnologia; Arquitetura & Engenharia; Design; Moda; Expressões Culturais; Publicidade, além de Atividades Relacionadas e Apoio.

Em 2011, 243 mil empresas formavam o núcleo desse mercado produtor. Estima-se que esse setor gere um PIB equivalente a R\$ 110 bi, ou seja, 2,7% de tudo o que é produzido no Brasil. (FIRJAN, 2012). Graças às novas tecnologias, houve sérias mudanças na forma de produzir e distribuir cultura. Nesse processo, a comunicação tornou-se uma via de mão dupla. CÍNTIA (2019), diz que é vital não apenas prover conteúdo cultural, mas interagir; não apenas emitir, mas receber. Não há mais intermediários que forçam todos a assistir à mesma coisa. A produção física tem menos importância. Temos livro sem papel, música sem vinil ou CD, imagem sem película, entre outros.

“Há ainda a democratização de acesso aos meios de produção cultural, a infinita capacidade de armazenamento em bits, o fim dos gargalos de distribuição e facilidade de pesquisa para achá-los.” CÍNTIA (2019) A infraestrutura digital permite o contato direto entre consumidor e produtor dos mais diversos Bens. Entretanto, surge um complicador. Há muita coisa sendo produzida e isso gera ruído. A cultura digital exige qualidade, escolha, opção. Mais que nunca é preciso concentrar a atenção.

Na Ribeira, há uma grande área em desvalorização e sem uso onde a implantação do Polo Digital se enquadra perfeitamente para o papel criativo e incentivo a mídias digitais para Natal. O bairro conta com uma ótima infraestrutura e a melhor rede de internet da região. Consegue destaque para atingir seu objetivo nesse novo mundo cultural e oferece relevância e promoção pertinente ao público alvo.

2.2 FORMAS DE INTERVENÇÃO

2.2.1. Práticas do Retrofit

Segundo Maria Izabel Barrientos (2004), o termo retrofit provém da junção dos termos “retro” advindo do latim, que tem como significado movimentar-se para trás e “fit”, do inglês, que significa ajuste, adaptação.

No final dos anos 1990 na Europa e Estados Unidos deu-se início à prática do retrofit, proveniente da necessidade de manter a arquitetura antiga das cidades viva sem substituir o acervo arquitetônico. Com isso, deu aos profissionais envolvidos mais um campo de trabalho a ser desenvolvido.

Mauricio Soares do Vale (2006, p. 10. Grifos do autor) cita a classificação adotada pela maioria dos pesquisadores de acordo com os trabalhos a serem desenvolvidos dentro do Retrofit:

Retrofit Rápido: Engloba serviços de recuperação de instalações e revestimentos internos; Retrofit Médio: Além dos serviços de intervenção rápida, nesta categoria também entram as intervenções em fachadas e mudanças nos sistemas de instalações da edificação; Retrofit Profundo: Nesta categoria, além das atividades anteriores, estão as intervenções em que há mudanças de layout que engloba, desde a compartimentação até a própria estrutura dos telhados; Retrofit Excepcional: Esse tipo de intervenção ocorre, principalmente, em edificações históricas ou localizadas em áreas protegidas. (VALE, 2006, p. 10).

Observa-se com frequência que o termo retrofit é utilizado como parâmetro para intervenções urbanas, tanto no âmbito nacional como internacional, principalmente quando aborda questões voltadas para revitalização no que concerne construção. É como introduzir o antigo na “boa forma”, ou seja, renovar, atualizar, preservar aspectos do bem do retrofit.

Contudo, não se trata de reconstruir, pois, assim, pode abraçar a ideia de destruição; no caso, cabe apenas o conceito de renascimento daquele Bem, que tange, segundo Vale (2006, p. 127), a um “conjunto de ações realizadas para o beneficiamento e a recuperação de um bem, objetivando a melhoria do seu desempenho, com qualidade ou a um custo operacional viável da utilização da benfeitoria no espaço urbano.”

Essa prática é bastante comum na Europa e Estados Unidos e tem o intuito de prolongar a vida útil daquele bem introduzindo avançadas tecnologias de materiais e sistemas prediais, ao mesmo tempo, conciliar com as peculiaridades e restrições urbanas locais que propiciam a preservação do patrimônio histórico, sobretudo o arquitetônico. Essa aplicação vai muito além de uma simples reforma, o conceito está diretamente ligado ao passado e sua preservação, à memória do bem arquitetônico.

No Brasil, quando o assunto é o retrofit, observa-se que o mercado é bastante promissor, visto que a procura pela utilização desse método pode ser bastante sondada no ramo comercial, uma vez que as “empresas, geralmente, têm maior capital para investir nessa área, aliada a uma busca constante da minimização de gastos” (VALE, 2006, p. 135). No entanto, há duas situações relevantes no Brasil quando o assunto é o uso da técnica do retrofit, uma delas se baseia na economia, pois a recuperação de um Bem, em muitos casos, é considerada de custo reduzido se comparado com investimentos em nova construção; a outra situação abraça a ideia de tornar àquele bem em algo rentável economicamente falando, ou seja, fazer o reuso do edifício para fins de entretenimento, por exemplo. Esse processo no Brasil se deu com “a ampliação da preocupação com a defesa de áreas tombadas, aliada ao desenvolvimento das cidades, cria-se uma grande demanda para este tipo de solução.” (VALE, 2006, p. 128).

2.2.2. Revitalização e Reabilitação comercial imobiliária

Uma das áreas de crescente interesse da arquitetura e do urbanismo consiste na preservação dos patrimônios sejam eles históricos ou não. As causas que conduziram a atenção dos arquitetos para este campo, entre as quais a revalorização da história, a constatação da importância do passado.

Durante o século XVIII ou até antes, diversos monumentos foram demolidos. Igrejas, palacetes, muralhas, edificações foram destruídas sem qualquer apreensão. Não apenas no país, mas no mundo inteiro principalmente na Europa que sofreu mediante as destruições provocadas contra os monumentos. No entanto, após o Antigo Regime essas implicações resultaram em “destruição”, como sinônimo de vandalismo. Diante disso as edificações ganharam novo sentido, pois carregavam traços de cultura e história de várias nações. Diante desse processo, surgiram as primeiras políticas de preservação do patrimônio (CAMARGO, 2002).

A preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil começou no século XX. Inúmeros fatores influenciaram esse acontecimento, como a Revolução Industrial, que passou a modernizar as cidades de forma a modificar sua essência (CHAVES, 2012 p. 07).

O termo revitalização surgiu em 1960, quando a população se deslocou dos centros para outras regiões das cidades, acarretando o abandono e degradação nas áreas centrais. Para reverter a situação foram criadas as intervenções urbanas, que se tornou mais utilizado a partir das primeiras leis de preservação e contextos urbanos, no chamado terceiro movimento de preservação (TIESDEL, 1996).

Segundo, Dulce Moura (2006, pag. 16) as necessidades de renovação e revitalização das cidades colocaram-se com mais insistência no último quartel do século XX, com o envelhecimento de zonas de construção massiva no pós-guerra ou com o declínio das velhas zonas industriais e portuárias características das fases de industrialização pesada. Apesar de no contexto europeu as experiências de intervenção em zonas degradadas ou em degradação e as “políticas” que as suportaram terem sido inúmeras e diferenciadas, desenvolve-se hoje um largo consenso sobre alguns dos princípios orientadores dessas políticas.

As edificações, sejam elas patrimônio histórico ou não, necessitam ao longo de sua vida útil intervenções, que vai de encontro desde uma simples manutenção até a reabilitação, destas podendo sofrer alterações físicas ou funcionais em seu uso. O termo reabilitação teve maior destaque após a Carta de Amsterdã, em 1975, visando promover a recuperação dos valores e concepções de uma dada edificação (PAIVA; AGUIAR; PINHO, 2006).

A obsolescência das edificações ocorre pelas causas naturais de ação lenta, problemas no solo ao até mesmo agentes biológicos, no caso de João Câmara que sofre recorrentes ações de tremores de terra. Disto resulta a sua obsolescência física, que pode ser acelerada por fatores artificiais ou devido a ação humana, como o desgaste material, e vindo também a perda de suas funcionalidades.

Segundo Silvia Puccioni (1997) a intervenção na parte estrutural de edificações históricas deve ser feita de maneira a preservar, ao máximo, as características originais, sem retirar a principal essência da edificação.

Dentre as diversas formas de reabilitação de edifícios destaca-se a “mudança de uso”. Esse tipo de reabilitação promove a possibilidade de a edificação servir aos usuários de uma maneira diferente da que foi projetada inicialmente (BURRATTINO 2017).



2.2.3. Coworking & Coliving

Os Espaços de Coworking são considerados uma nova tendência como espaço de trabalho por se tratar de um conceito de espaço compartilhado por diferentes profissionais, um ambiente que é colaborativo de uma forma distinta das existentes. Os espaços de trabalho passaram por uma evolução de suas características físicas e espaciais ao longo da história. Ao traçar um breve panorama sobre a evolução dos espaços de trabalho, baseado nas descrições de Camila Novaes (2013) e do site de História e Teoria da Arquitetura, urbanismo e Paisagismo II (2013)⁷, temos: o início com o **Escritório Taylorista**, implantado no início do séc. XX se configura como um espaço com organização contínua, não celular, favorecendo o fluxo de documentos.

Os espaços gerados possuem um caráter hermético, com paredes periféricas altas e em sua extensão armários. Porém, a partir da década de 1950, vemos uma evolução dessa primeira versão, com a implantação do **Escritório Panorâmico ou Aberto**, quando passaram a considerar mais os aspectos de socialização entre os funcionários gerando um ambiente mais integrado, ao retirar mais as vedações. Dessa maneira, os grupos de trabalho deixaram de se comportar de maneira fragmentada de unidades individuais e passaram a ser grupos semiautônomos, porém ainda com uma hierarquia marcada dentro do espaço de trabalho.

O terceiro momento dos espaços de trabalho é a inserção do **Escritório Paisagem**, uma versão da situação anterior, porém enfatizando ainda mais a flexibilidade dos espaços, eliminação das vedações verticais e dessa vez do mobiliário presente neles. O escritório deste tipo passa a ser visto como um centro de processamento de dados e, portanto, preza pela conectividade entre as pessoas. Um ponto marcante deste tipo de escritório é que os espaços deixam de possuir uma hierarquia e passa a ser organizado de acordo com os fluxos de informação.

O desenvolvimento tecnológico a partir da adoção dos computadores e do desenvolvimento da informática e da comunicação remota por aparelhos celulares, máquinas de fax e, por fim, a consolidação da internet, possibilitou novas versões do que se adotava como espaços de trabalho, uma vez que, essa natureza remota permitiu mais flexibilidade para os funcionários de uma empresa ou para prestadores de serviços. Dessa maneira, houve a criação dos chamados **Escritórios Não-Territoriais** compostos por duas versões: **O Escritório Virtual** e o **Home Office**.

⁷ Acessado em: 17 jun 2020. Disponível em: arqteoria.wordpress.com

O primeiro se utiliza dos mecanismos de comunicação para efetuar as tarefas. Dentro de uma mesma empresa os escritórios virtuais utilizam a tecnologia conhecida como Telecommuting, que permite que o funcionário realize as atividades acessando todos os canais de informação da empresa de onde estiver, fazendo com que qualquer espaço se torne um ambiente de trabalho deste que tenha acesso à plataforma comum entre todos. O segundo caso de escritório não-territorial é o Home Office, este amplamente adotado na atualidade, se configura como o trabalho que é realizado em casa em um escritório que é parte dos cômodos da residência.

O Home Office representa redução nos custos de locação de espaço e demais custos relacionados, por vezes pode ser um ambiente de trabalho com algumas desvantagens pela ausência do convívio social, pelo desconforto de espaços que não foram projetados para abarcar atividades profissionais ou pelas mudanças causadas na rotina familiar.

Portanto, muitas vezes, os escritórios não territoriais, apesar de toda a flexibilização que as inovações da comunicação trouxeram, não dão bom suporte para as atividades e ao mesmo tempo diminuem bastante a troca social e intelectual entre os profissionais. Estas desvantagens atreladas a outros aspectos como o desejo de integração dos interesses, se refletiu na criação da versão mais recente dos espaços de trabalho que é o Coworking. Segundo Novaes (2014), o objetivo do coworking é conciliar o baixo custo de utilização com uma infraestrutura de escritório completa, a fim de oferecer para o cliente – o profissional – o espaço ideal de trabalho com redução de investimentos quando comparado aos modelos já conhecidos com as salas alugadas em edifícios comerciais e os escritórios virtuais.

Com quinze anos de existência, o coworking foi criado em 2005 por Brad Neuberg, segundo ele mesmo expõe em seu Blog na internet. Neuberg é um programador freelancer que trabalhava à época em uma StartUp, mas se via insatisfeito por não conseguir combinar a liberdade de trabalhar para si mesmo, e ao mesmo tempo, em uma estrutura de trabalho em comunidade.

O termo coworking já havia sido usado anteriormente Bernie De Koven, mas se tratava de realizar uma tarefa colaborativamente, enquanto que o conceito de Brad Neuberg é de ter um espaço de trabalho colaborativo, onde se compartilha as estruturas físicas que permitem realizar uma tarefa profissional e ao mesmo tempo conviver com diversas pessoas em um espaço aberto ao networking e troca de ideias, ainda que estes profissionais sejam de diferentes profissões e áreas de atuação.

O coworking ganhou uma grande força com um público de faixa etária entre 20 e 35 anos, estes que são considerados os “millenials” ou **geração Y**, em sua maioria está entre as faixas etárias de pessoas que nasceram nas décadas de 1980 - 90. A Figura 02 mostra uma estatística feita por um site americano Deskmag sobre a idade dos usuários de coworking. Esse público se compõe muitas vezes de pessoas recém-formadas, grupos que estão montando sua própria empresa, como também profissionais liberais e freelancers que possuem horários flexíveis.

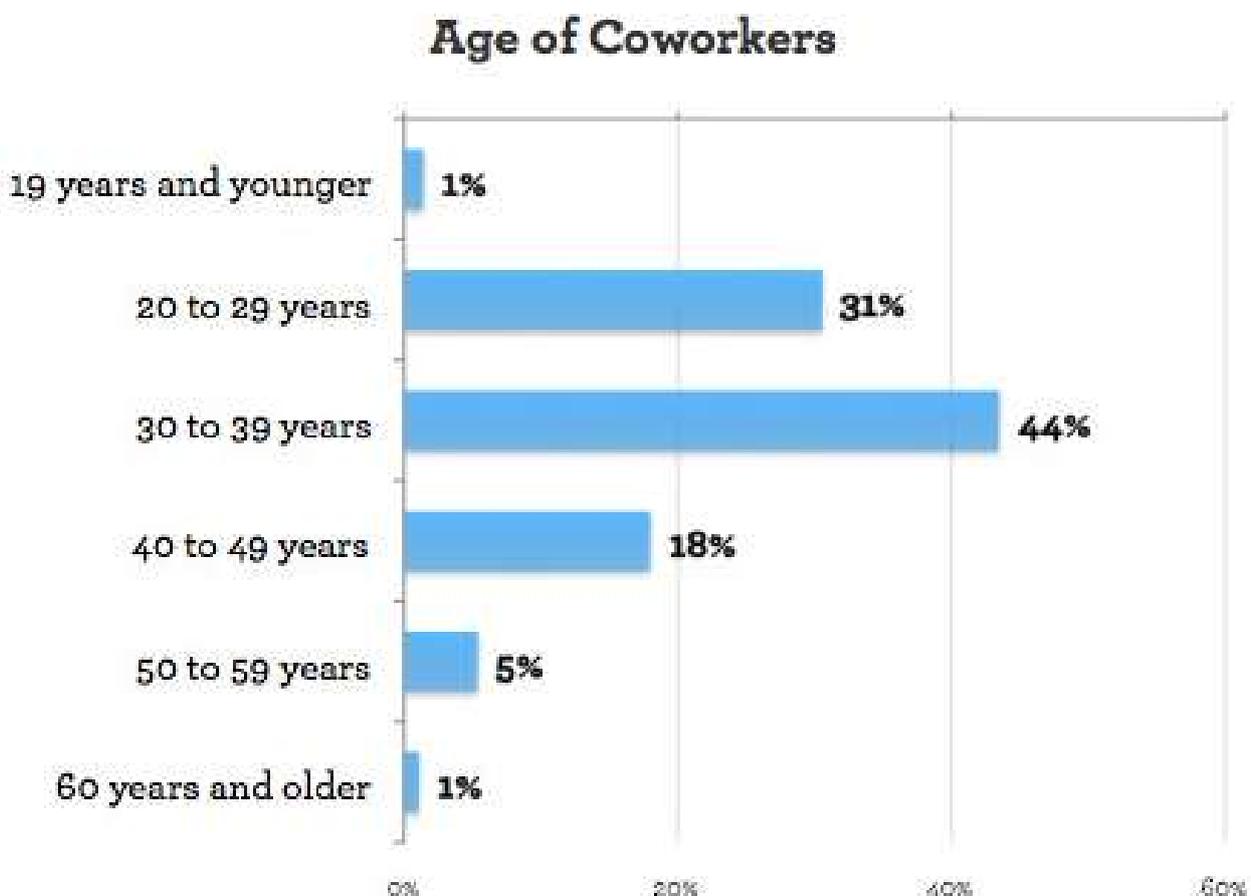


Figura 02 - Porcentagens sobre a idade dos usuários de coworking. Fonte: Disponível em: deskmag.com. Acessado: 08 jun. 2020

A revista Deskmag inspirou o jornalista Anderson Costa, criador do site Movebla, a realizar a primeira pesquisa de coworking no Brasil, em 2013. Segundo essa pesquisa, consultada em Philippe Pinheiro (2014), o perfil do coworker brasileiro tem de 26 a 35 anos (47,19%), com uma graduação (32,19%) ou pós-graduação (34,38%). Em sua maioria trabalhavam em casa (58,06%) ou num escritório tradicional (46,24%). São empreendedores (54,69%), moram e trabalham na mesma cidade (80,31%), e usam um espaço de coworking diariamente ou várias vezes na semana (67,75%).

Outra característica marcante deste grupo é a preferência por ambientes um ambiente de trabalho que possuam diferencial em relação ao modelo tradicional, que permitam a flexibilidade de ter um local de trabalho, e ao mesmo tempo, trabalhar remotamente. Muitas empresas já investem neste modelo mais dinâmico e diferente nas propriedades espaciais. Podemos citar como um grande incentivador desta inserção de espaços de trabalho colaborativo que oferece outras facilidades, a empresa Google, uma gigante do mercado tecnológico, que se torna uma referência para designers.

O coliving entra como alternativa, surge uma tendência, não tão nova, que pretende derrubar, além de paredes, a crise da falta de espaços físicos e os ideais de individualização e desperdício. Um movimento que estimula, segundo o site Wikihouse ⁸, a integração, a sustentabilidade e, claro, a colaboração. Apesar de extremamente atual, o conceito de coliving teve origem em 1972. Tudo a partir de Sættedammen, o primeiro projeto cohousing (termo similar ao coliving, que se refere ao compartilhamento de habitações) do mundo. Em uma comunidade com 35 famílias, na Dinamarca, a ideia era manter as moradias privadas e compartilhar espaços de convivência e atividades, como refeições e limpeza de ambientes, com o objetivo de estimular o relacionamento entre vizinhos.

Por acreditar nesse modelo de habitação, em 1988, o arquiteto norte-americano Charles Durrett passou a adotar a filosofia em empreendimentos nos Estados Unidos. Até hoje mantém a The Cohousing Company, uma organização que acredita no convívio compartilhado como elemento essencial para uma sociedade mais sustentável.

É quase inevitável comparar o coliving às repúblicas estudantis, casas de repouso ou mesmo iniciativas de hospedagem compartilhada (movimento de aluguel temporário de imóveis). No entanto, apesar de manter pensamentos comuns, o coliving apresenta diferenças na prática. A ideia de comunidade é bastante forte e, geralmente, surge no momento de consideração das necessidades e compartilhamento de expertises de diferentes pessoas, que projetam imóveis em cocriação.

⁸ Acessado em 17 jun 2020. Disponível em: <https://wikihaus.com.br/blog/coliving-uma-tendencia-urbana-em-compartilhamento-de-moradias/>

O manifesto coliving, criado pela Coliving.org, resume bem os principais fundamentos desse movimento:

- Comunidade em harmonia com a individualidade
- Aproximação de pessoas e troca de experiências
- Consumo pensado na colaboração
- Projeção compartilhada de residências
- Economia de recursos naturais
- Divisão de decisões e tarefas

É possível notar que todas as bases do coliving se aproximam dos ideais de reaproveitamento e consumo consciente. Isso se assemelha bastante à cultura da economia colaborativa, uma tendência principal deste trabalho.

Por fim, os usos propostos para esta monografia sobre o Polo Digital explanados acima, são adotados seguindo o pensamento de serem uma boa proposta para a revitalização, reconfiguração e restauro do trecho da Rua Chile na Ribeira. Para tanto, o programa arquitetônico e a intervenção projetual em edifício de interesse patrimonial, deve ser feito a partir do entendimento sobre intervenções em um arquitetura pré-existente, seguindo as metodologias já implantadas, amplamente discutidas. Esses métodos são m aporte inicial para qualquer intervenção em patrimônio construído.

2.3.4. Carta Estratégica

REUTILIZAR – REABITAR – REGENERAR – RESTAURAR – RECONFIGURAR – REVITALIZAR

A ideia sobre patrimônio está muitas vezes relacionada ao que se tem de herança deixada pelos antepassados ou pela História. Françoise Choay (2006,p. 11), ratifica este conceito explicando que a noção de patrimônio historicamente está associada ora à noção de sagrado, ora a noção de herança, de memória do indivíduo, de bens da família, “requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’ ” Choay (2006, p. 11).

Carlos Lemos (2006) define três categorias de patrimônio cultural sendo estas: a paisagem ambiental, os elementos referentes ao conhecimento, às técnicas ao saber, e o saber fazer por terceiro chamados bens culturais, que englobam todo tipo de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

Para o início de uma revitalização, é necessário fazer perguntas e estratégias com foco nos 5 (cinco) “Re” do Patrimônio Edificado. É primordial encontrar um equilíbrio entre a preservação e a atualização do edifício, para que haja um retorno econômico e/ou social através da requalificação: dessa forma, é justificado o investimento que possibilita retirar o edifício de um estado de abandono ou degradação, sem que haja a perda dos valores patrimoniais.

A Carta de Burra (ICOMOS, 1980), define alguns termos com relação à preservação do patrimônio, que irão auxiliar no processo projetual de intervenção no Polo Digital. O termo “conservação” se refere aos cuidados que irão preservar as características de um bem cultural, e dependendo das circunstâncias a conservação implicará ou não na preservação ou restauração, além da manutenção. A conservação também poderá compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às exigências práticas: Já a “preservação” se trata da manutenção do estado atual da obra; “restauração” é o seu estabelecimento a um estado anterior conhecido; e “manutenção” é a proteção contínua de um bem; a “reconstituição” é o restabelecimento a um estado anterior conhecido, sendo distinta da restauração pela introdução de materiais diferentes, sejam novos ou antigos; e a “adaptação” é a reconfiguração de um bem para novos usos, no entanto sem a destruir seu significado. (ICOMOS, 1980).

A **reabilitação** busca readequar o tecido urbano degradado e tem ênfase no caráter residencial com duas intervenções complementares:

- Residencial: de acordo com a situação de cada edifício;
- Paisagem Urbana: com revitalização dos espaços públicos.

A **requalificação** busca melhorias das condições devidas das populações, mediante três pontos:

- Construção e recuperação de edifícios;
- Valorização do espaço público, via dinamização social e econômica;
- Reintrodução das qualidades urbanas, acessibilidade e centralidade.

CARTA ESTRATÉGICA

Uma Carta Estratégica é instrumento de orientação que permite navegar resolutamente entre 2020 e 2030. É para este futuro demarcado em dez anos que a Carta Estratégica propõe um caminho coerente, afirmativo, de oportunidade, de descoberta. A Carta constitui um processo participativo num contexto democrático em que o protagonista é o cidadão – aquele que se exprime, aquele que discorda, aquele que comunica, aquele que propõe. É um modo aberto, mas estruturado, de encontrar uma nova narrativa para o bairro, uma leitura que acomode o ritmo da mudança com o tempo das empresas.

A Ribeira terá de ser capaz de renovar a sua base de criação da riqueza orientando-a para o mercado mundial. Deverá ser capaz de desbloquear a sua mobilidade e adaptabilidade internas e externas, caminhando para o desenvolvimento de grandes redes, para a viabilização de plataformas de conectividade nacional e internacional.

Permitir a criação de emprego e oportunidade econômica não é descuidar da equidade, solidariedade, coesão e acolhimento do outro. A monografia reside a atratividade do bairro.

Os princípios fundamentais da Carta Estratégica resultam da resposta a seis questões com que a cidade se debate e que constituem os atuais desafios estratégicos no planeamento do bairro; e é interessante observar como essas seis questões estão colocadas nos pontos críticos do processo de formação da identidade e de afirmação da confiança de uma sociedade organizada face ao seu futuro (Figura 03), são elas:



Figura 03: Carta Estratégica Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

REFE
RÊN
CIAS
PRO
JETU
AIS

CAPÍTULO III

3.1 ESTUDO INDIRETO

3.1.1 Theatro / MiMool Arquitectura & Design de Interiores

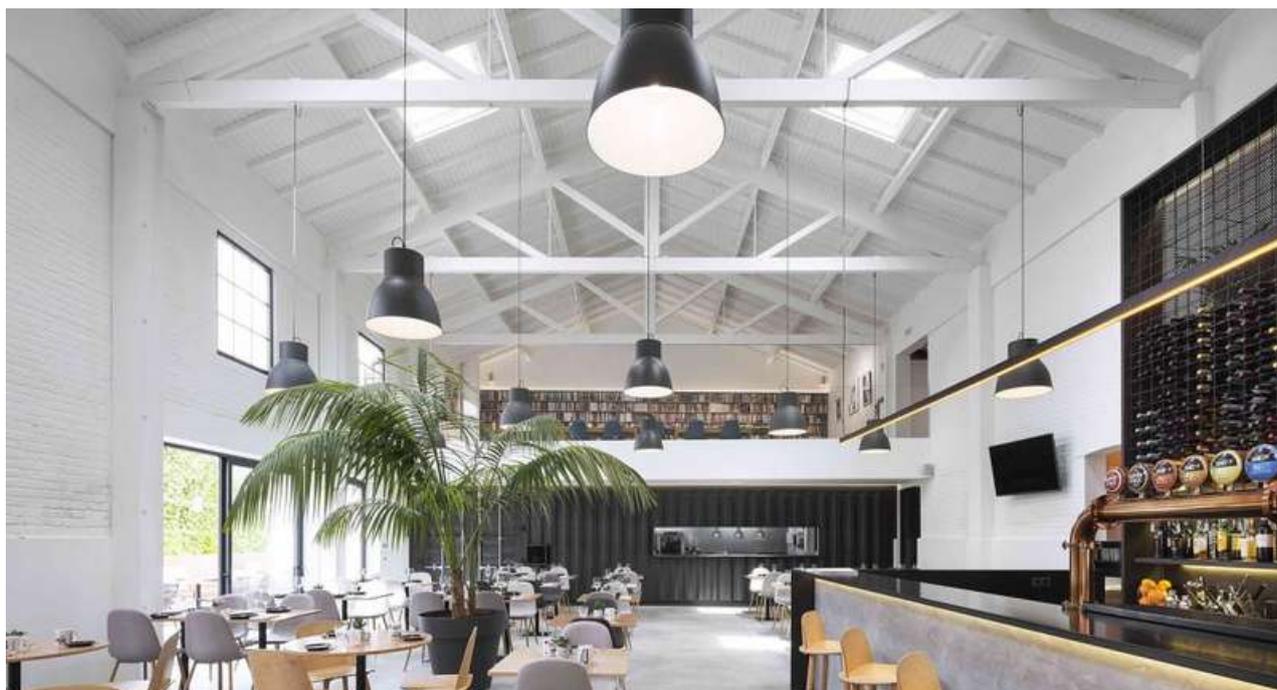
Localização: Póvoa de Varzim, Portugal pelos arquitetos Mimool Arquitectura & Design de Interiores com uma área total de 320 m² no ano de 2017.



Figura 04: Fachada Theatro. Fonte: Archdaily (2017) Acessado em: 05 jun. 2020.



O Theatro nasce da proposta do cliente, uma sociedade nova de jovens empresários, em criar um espaço multifacetado que fosse capaz de concretizar o sonho de cada um deles. Assim, de acordo com o site (2017)⁹ surge um espaço multiusos onde a livraria e a divulgação cultural aliadas a uma zona de restauração assumem o papel de usos fundamentais.



“O edifício escolhido, um antigo salão teatro de 1910, que estava ao abandono e tinha sofrido diversas alterações ao longo dos anos, mas que mantinha um elevado interesse patrimonial”, diz o próprio site. A preocupação foi, então, a de recuperar a identidade do edifício, os traços originais do antigo salão teatro, através de uma intervenção com base no restauro do existente e intervindo pontualmente com nova construção.



⁹ Acessado em 05 jun 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/878139/theatro-mimoo-arquitectura-and-design-de-interiores>

Figura 07 e 08: Interior do Theatro e Fachada
Fonte: Archdaily, 2017. Acessado em: 05 jun. 2020

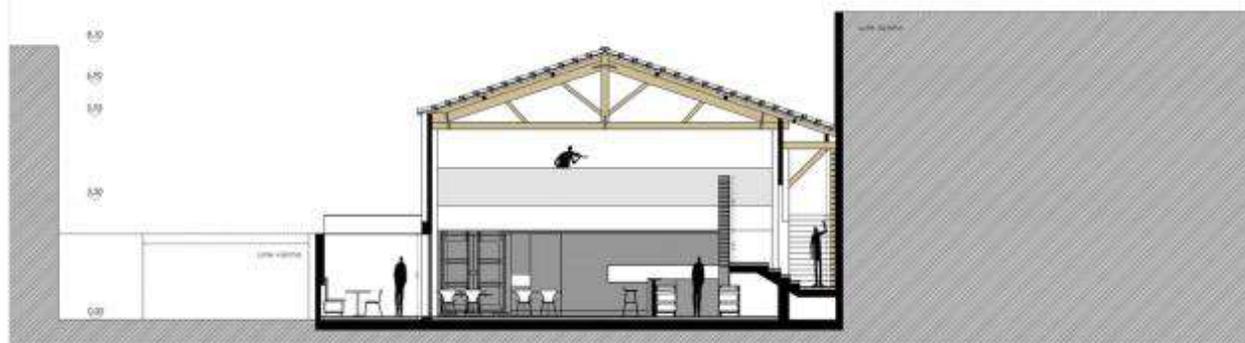


“Deste modo, relativamente à fachada principal, mantendo os alinhamentos existentes, o edifício procura separar-se do seu vizinho através de um grande plano de vidro vertical, como forma de reinterpretação da sua volumetria original”, relata. Assim, os arquitetos conseguiram recuperar os azulejos existentes e fizeram ligeiros ajustes na dimensão dos vãos, principalmente no vão da entrada, de modo a marcar o arco pré-existente original.





Conceptualmente sugeriu-se a não existência de barreiras físicas entre os diferentes espaços interiores, sendo estes definidos por mobiliário ou diferenças de materiais, cumprindo assim a premissa da proposta, intervir o mínimo possível ao nível de construção. Esta opção é claramente assumida no volume da cozinha, que sendo um volume novo no espaço, optou-se por forrar a chapa ondulada, simulando um contentor industrial, de forma a demonstrar o seu carácter de elemento externo à pré-existência. Este tipo de intervenção permitiu resolver o programa, que se desenvolve em dois pisos.



Ao nível do rés-do-chão a entrada é uma zona mista de cafetaria com zona de livraria. Na nave desenvolve-se a sala principal de refeições marcada pelo corpo do balcão do bar e garrafeira, claramente estruturas novas de carácter “industrial”, que em conjunto com o mobiliário demarcam os percursos para cada zona, conferindo o tal carácter dinâmico pedido pelo cliente.

O volume “contentor” alberga as zonas de serviço privadas, bem como as instalações sanitárias. O corredor lateral que faz o acesso aos dois espaços no segundo piso é pontuado por uma grande estante que se assume como a zona de exposição principal e que permite que ao aceder aos espaços do piso superior, um winebar e um espaço multiusos, se conecte com a imensa coleção de livros existente.



Figura II: Interior Teatro.
Fonte: Archdaily, 2017.
Acessado em: 05 jun. 2020

A seleção de materiais e dos sistemas construtivos, prendeu-se igualmente com a necessidade de relacionar os sistemas de construção existentes com os métodos atuais de construção.



Figura 12: Exterior Theatro.
Fonte: Archdaily, 2017.
Acessado em: 05 jun. 2020



Figura 13: Planta Baixa
Theatro. Fonte: Archdaily,
2017. Acessado em: 05 jun.
2020

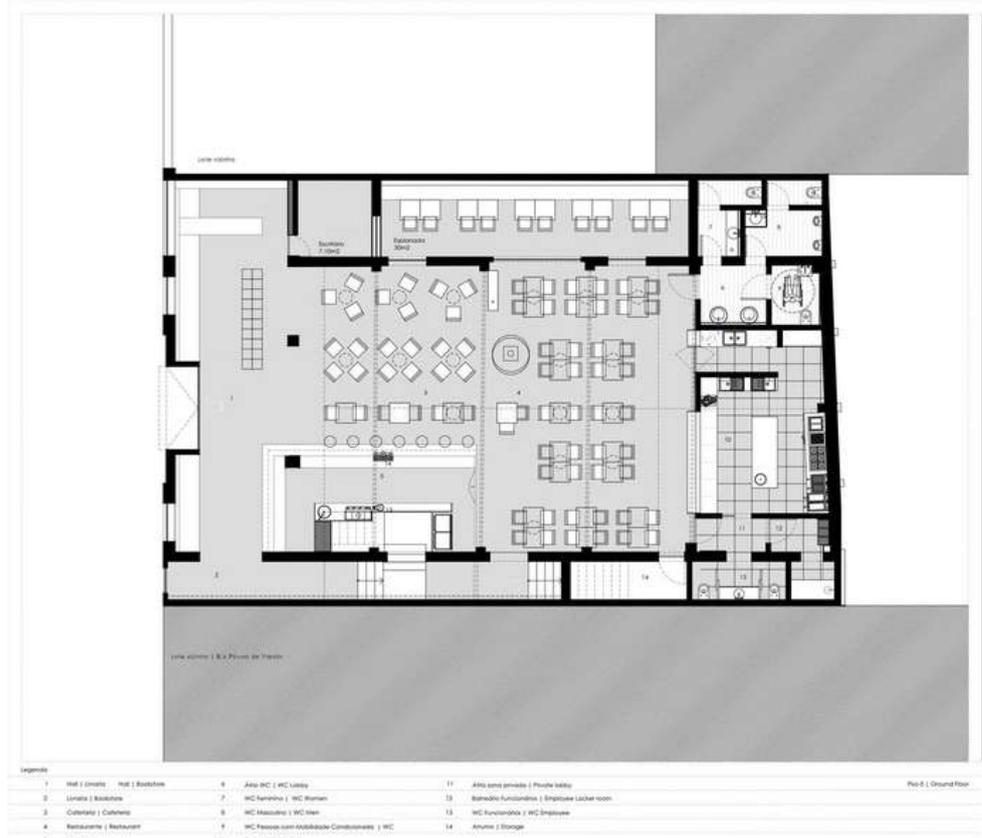
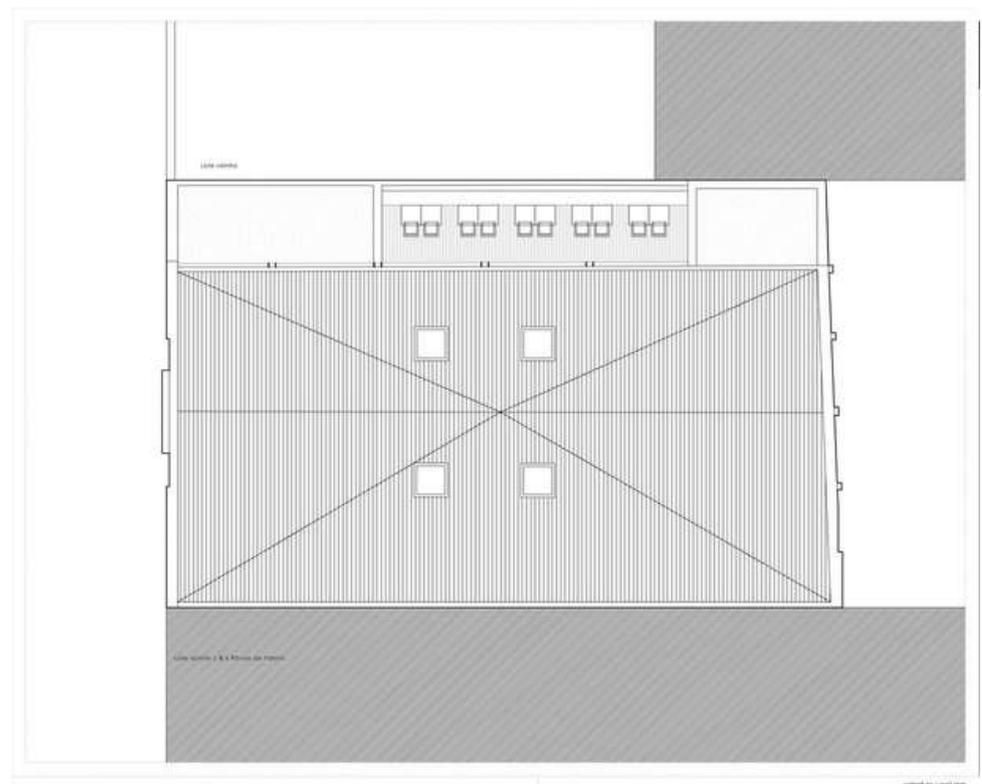


Figura 14: Planta de
Cobertura Teatro.
Fonte: Archdaily, 2017.
Acessado em: 05 jun.
2020



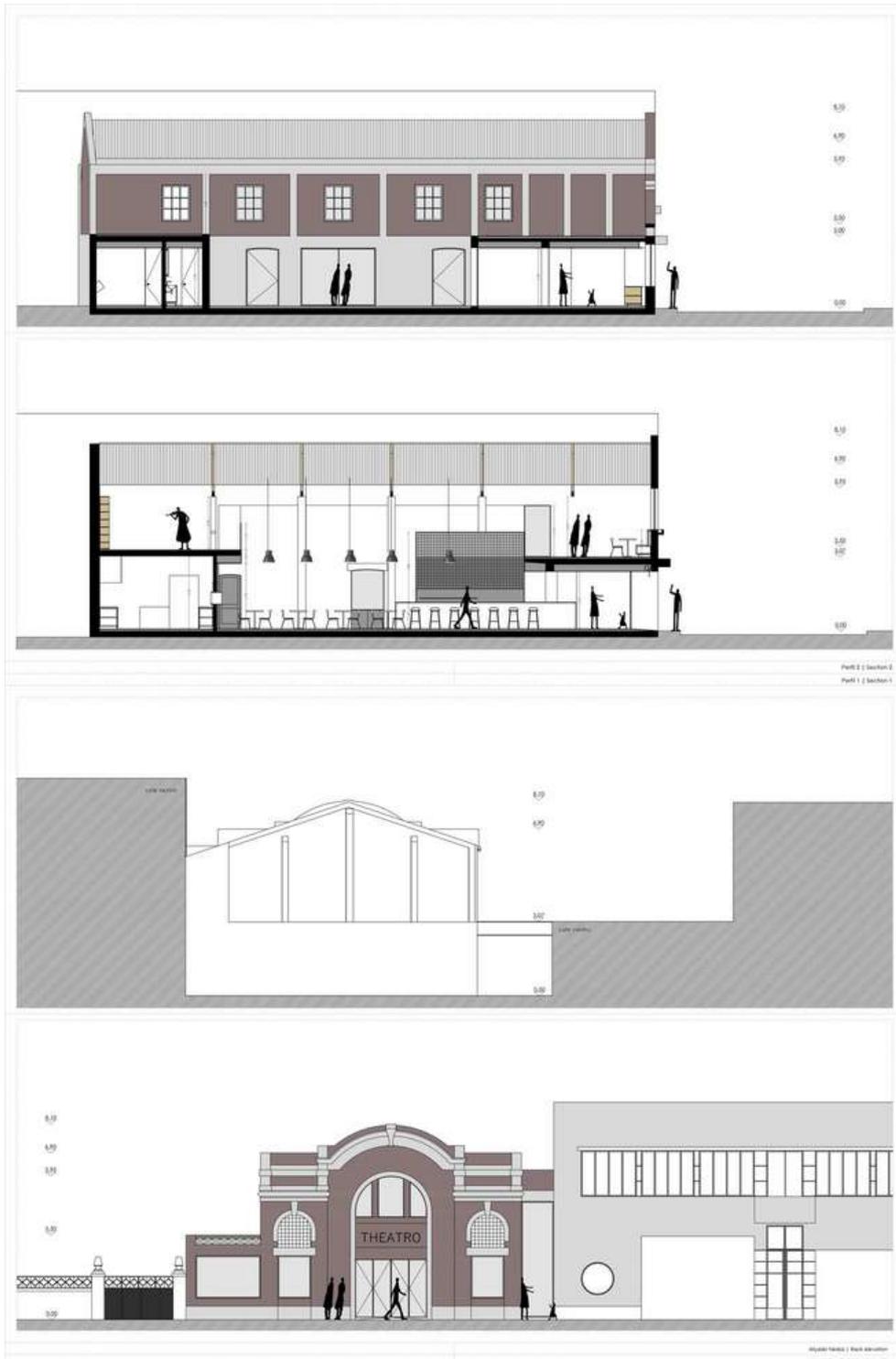


Figura 15: Planta de Corte
Theatro.
Fonte: Archdaily, 2017.
Acessado em: 05 jun. 2020

Figura 16: Fachada Teatro.
Fonte: Archdaily, 2017.
Acessado em: 05 jun. 2020

3.1.2 Porto Maravilha, Rio de Janeiro.

O Porto Maravilha é o maior projeto do Rio de Janeiro, de revitalização urbana, das última décadas. Ele é descrito como uma oportunidade de transformar a antiga região portuária da cidade em um **Polo Comercial** próspero e um ponto turístico importante. O Porto Maravilha é um projeto que objetiva requalificar a área em virtude dos Jogos Olímpicos de 2016. Segundo Caroline Zenato e André Souza Silva (2017), surge a partir de um novo regramento urbanístico e ambiental desenvolvido pelo **poder público** para esse setor de interesse especial.

A intervenção, se encontra entre Avenidas Brasil, Rodrigues Alves, Rio Branco, Presidente Vargas e Francisco Bicalho (Figura 17), pretende densificar uma área de cinco milhões de metros quadrados, divididos entre os bairros Santo Cristo, Gamboa, Saúde, Caju, Cidade Nova, São Cristóvão e partes do Centro, de modo a elevar a população de 32 mil habitantes para 100 mil em dez anos (CPN, 2017a ; Porto Maravilha, 2017b).

Figura 17: Vista aérea da área portuária do Rio de Janeiro
Fonte: Google Earth, 2017. Acessado em: 15 set. 2020



A região é desenvolvida a partir de aterros sobre a Baía de Guanabara e nela abrange o marco zero do porto carioca, assim como as primeiras ruas da cidade, em 1567. Ao longo dos séculos, a área adquiriu diferentes funções : foi ponto de desembarque e residência para escravos, juntamente com operários industriais ligados ao setor cafeeiro, assumindo também o papel de principal acesso do país, desde a chegada da Coroa Portuguesa, ZENATO E SOUZA (2017). Após algumas transformações, durante o século XX marcou o declínio da região, em vista da construção do Porto de Itaguai, em 1982, transferindo as principais atividades para lá. Por conta disso, o esvaziamento populacional da região induziu o aparecimento de vazios urbanos, refletidos na degradação das edificações e nas diversas problemáticas sociais ali presentes. Entretanto, um conjunto de 50 bens tombados e 1.500 imóveis preservados por lei, dentre eles, segundo Mariana Toledo (2012) um acervo de igrejas do século XVIII, fortaleza, casarios em estilo colonial português e demais tipologias arquitetônicas ligadas ao segmento portuário ainda podem ser encontradas na região, constituindo a identidade nacional e denotando o potencial da área.

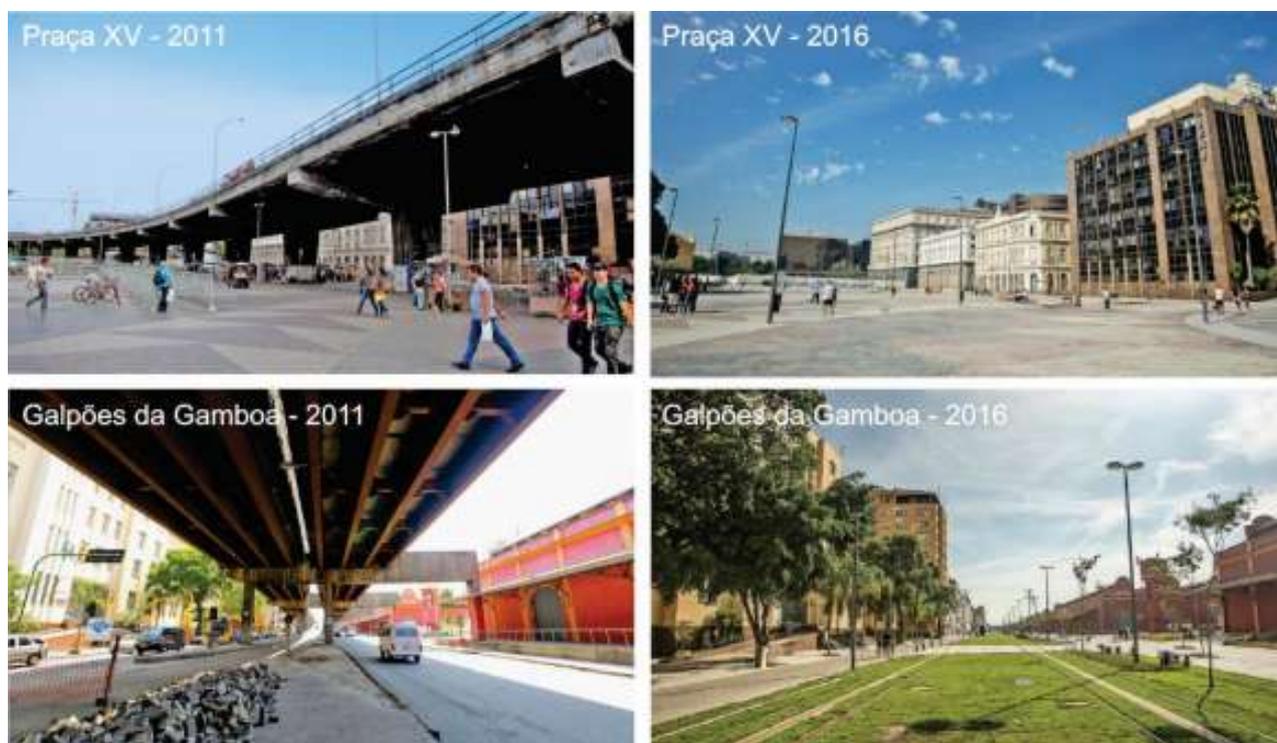


Figura 18: Proposta de requalificação da área portuária do Rio de Janeiro. Fonte: CPN (2017). Acessado em: 15 set. 2020.

Figura 19: Zoneamento da área do Cais do Porto do Rio de Janeiro. Fonte: Costa (2015a : 47). Acessado em: 15 set. 2020



Figura 20: Requalificações na Praça XV e nos Galpões da Gamboa. Fonte: Porto Maravilha (2017c : 46-49). Acessado em: 15 set. 2020



Existe uma sustentabilidade cultural, pois o Porto Novo também conta com um atendimento aos compromissos sociais, fixados pelo programa Porto Maravilha Cidadão, preparando moradores e trabalhadores do local para breves oportunidades.

Também destaca-se o apoio à habitação de interesse social, o estímulo à formação ou a requalificação profissional da população local, a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, a inclusão social e tecnológica e o fomento ao micro empreendedorismo local, pautado no artesanato e na gastronomia, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (Porto Maravilha, 2017d). É importante mencionar a importância do incentivo ao desenvolvimento de atividades de inovação na zona portuária.

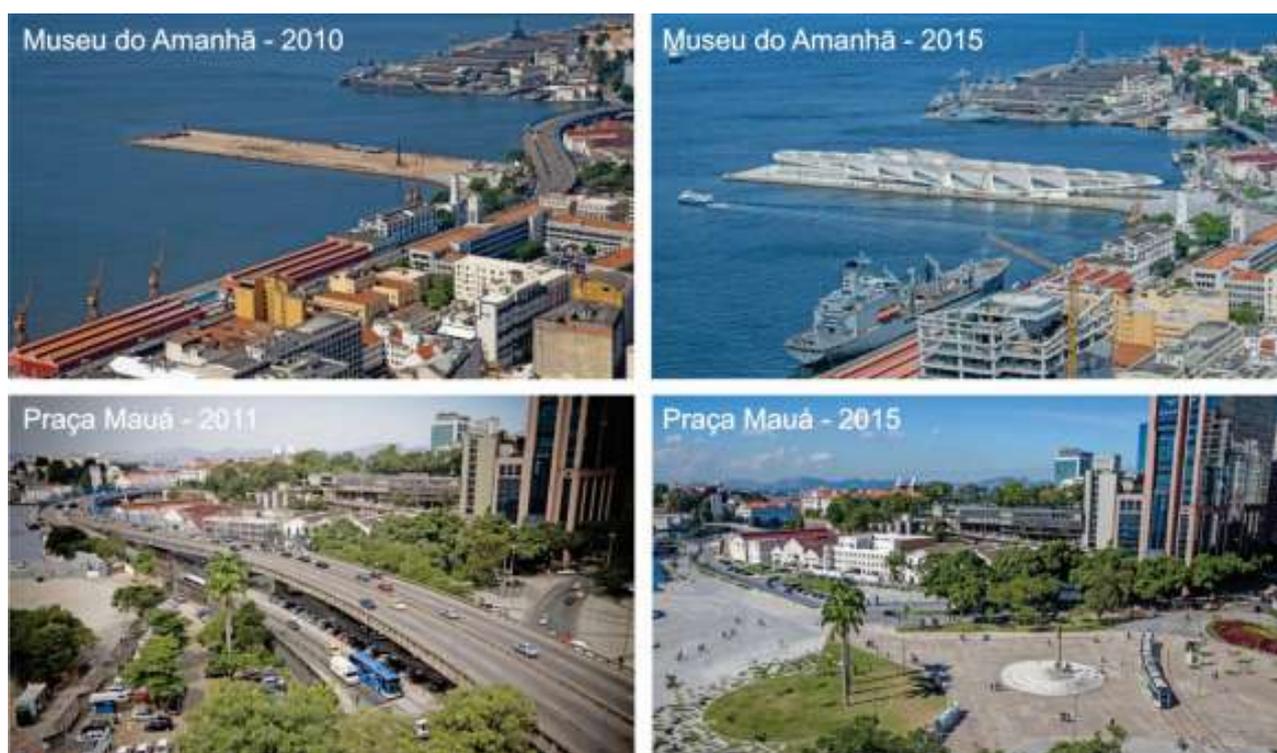


Figura 2: Museu do Amanhã e requalificação da Praça Mauá. Fonte: Porto Maravilha (2017e : 42-45). Acessado em: 15 set. 2020.

Figura 22: Museu do Amanhã. Fonte: Costa (2015a : 47).
Acessado em: 15 set. 2020



Figura 23: Museu do Amanhã Fonte: Porto Maravilha (2017c : 46-49).
Acessado em: 15 set. 2020



3.1.3 Lx Factory



Figura 24: Complexo Fabril - Fx Factory.
Fonte: Adelaide Pereira, 2018.

Lx Factory é um dos polos culturais mais vibrantes de Lisboa, ou melhor, uma “ilha criativa”, como o próprio site oficial define a ex área industrial localizada no bairro de Alcântara, entre a Praça do Comércio e o Padrão dos Descobrimentos. Uma estória com final feliz, como raramente acontece com as áreas abandonadas que recheiam as grandes cidades europeias. Lx Factory é um espaço voltado para cultura, literatura, arte, arquitetura, moda e designer. Conhecido por ser um bairro antigo e atualmente muito procurado por turistas, artistas e moradores locais devido a essa iniciativa.



Figura 25: Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense - Lx Factory.
Fonte: Adelaide Pereira, 2018.

No entanto, a Lx Factory foi anterior a intervenção, um antigo complexo fabril, conhecido como Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, construído no século XIX, foi um local por anos subsequentes ocupados pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias. Uma fração da cidade que por décadas se manteve obsoleta, sem uso, deu lugar a uma ilha criativa que interage com profissionais e empresas dispostos a levar aos frequentadores um local para arte e cultura.

A reforma foi leve e a arquitetura do antigo complexo industrial permaneceu quase intacta. Há muito da autenticidade das fachadas dos galpões e das ruas internas porque não sofreram mudanças radicais. Praticamente tudo ainda está na versão original, sem maquilagem nem decorações “embelezadoras”. Somente os espaços interiores foram retocados. “Merece destaque o edifício da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, o mais alto do complexo, por ser um dos edifícios pioneiros da Arquitetura do Ferro em Portugal.” Relata Adelaide Pereira (2018).



Figura 26: Entrada - Fx
Factory.
Fonte: Adelaide Pereira,
2018.



Figura 27: Ruas - Fx
Factory.
Fonte: Adelaide Pereira,
2018.



Figura 28: Ruas - Fx
Factory.
Fonte: Adelaide Pereira,
2018.

Desde 2008, LX Factory é em constante transformação graças à abertura de lojas, escritórios, ambientes de trabalho compartilhados e coworkings, ateliês de artes plásticas, livrarias, bares e restaurantes, etc.

O espaço abriga também exposições e eventos culturais e artísticos, além do LX Market, o brechó semanal que acontece aos domingos e que reúne vendedores de objetos usados, artesanato, arte e design, etc.



Sua transformação se deu meados de 2005, quando o complexo industrial histórico foi abraçado pela agência Mainside que aproveitou a atmosfera industrial para dar aos interessados pelos espaços, aluguéis com baixo custo e com isso incentivar a entrada de empresários, dando início ao Fx Factory. Segundo o site lisbonlux.com, mostra que:

“Manteve os espaços industriais e convidou empresas do ramo das artes, que mais tarde trouxeram lojas, cafés e restaurantes. Hoje encontra-se um pouco de tudo, desde moda a livros, móveis vintage e design contemporâneo, e para refeições há pizza, sushi e hambúrgueres, além da cozinha mais criativa. Os interiores mantêm muitas das peças antigas, enquanto grande parte dos exteriores estão cobertos de arte urbana.” (lisbonlux.com, 2018).



Figura 29: Ruas - Fx Factory.
Fonte: Adelaide Pereira, 2018.

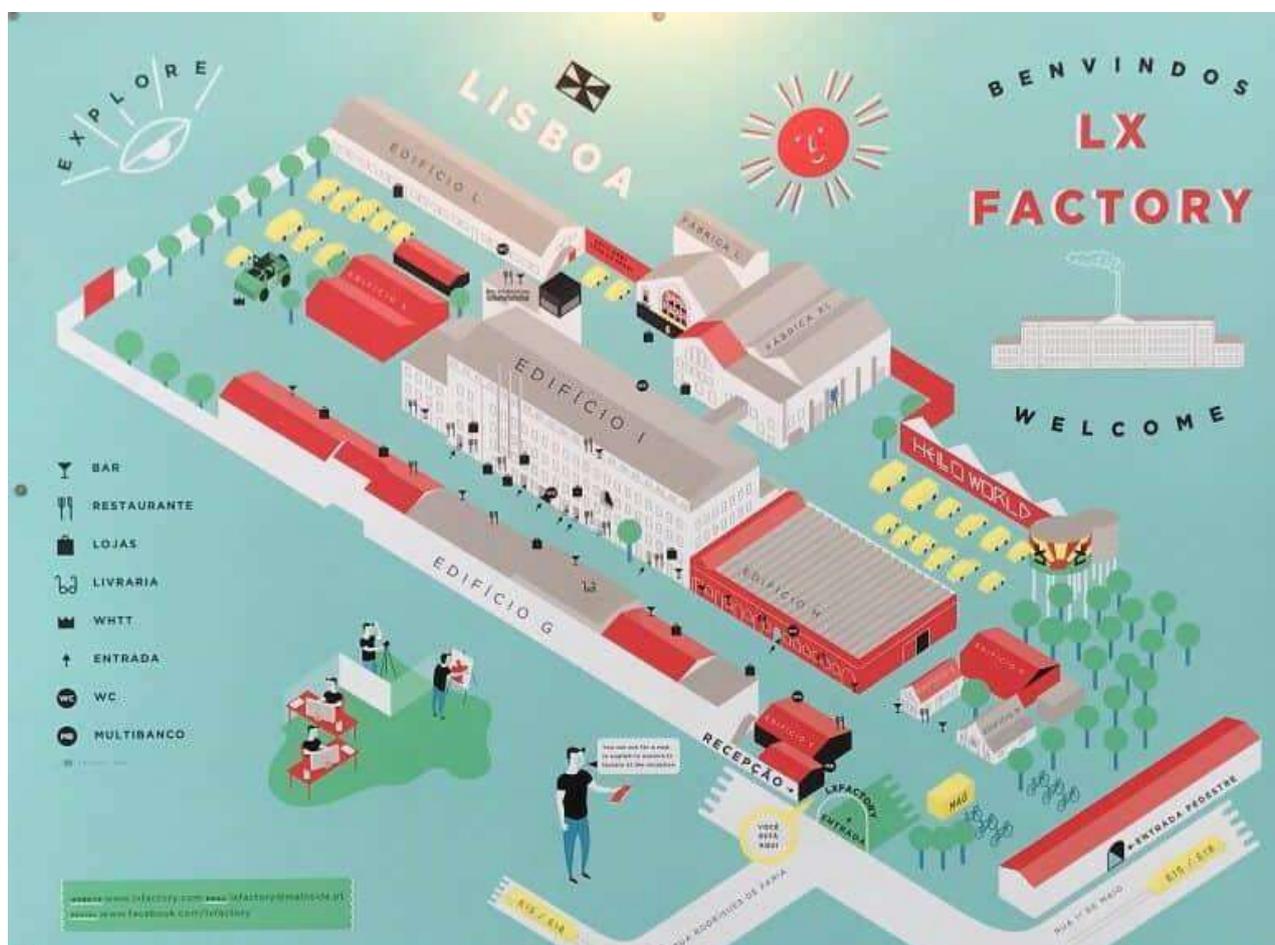
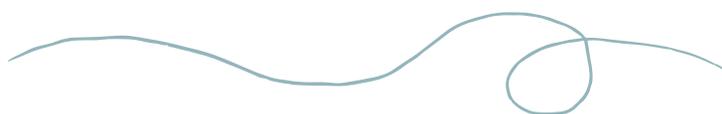


Figura 30: Planta Baixa Esquemática - Fx Factory.
Fonte: Adelaide Pereira, 2018.

3.1.4 Conclusão Analítica

O estudo referencial ostenta o uso da prática do retrofit - restauro e revitalizações em vários componentes da arquitetura e é essencial para a elaboração do projeto do Polo Digital. Seja em centros culturais, espaços comerciais, de entretenimento, lazer, entre outros. Essa prática vem ganhando destaque nos grandes centros urbanos do país e no mundo, onde geralmente não há mais espaços para novas construções, utiliza-se de técnicas que envolvem o retrofit para modernizar antigas construções e reutilizá-las para outros fins. Geralmente trata-se de edifícios históricos localizados em áreas privilegiadas dispendo de toda infraestrutura urbana necessária como apoio, o que serve de incentivo para o investidor.





CAPÍTULO IV

ÁREA DE INTERVENÇÃO E OS SEUS
CONDICIONANTES

4.1 CONDICIONANTES PROJETUAIS

A intervenção urbanística em área de valor patrimonial está localizada em um trecho da Rua Chile (Figura 31), compreendido entre a Avenida Tavares de Lira e Travessa Aureliano, no bairro de Ribeira, em Natal, chamado de Ribeira Digital, onde seu visual é o Rio Potengi.



Figura 31: Mapa de Localização – Ribeira: Polo Digital.
Fonte: Google Maps e elaborado pela autora, 2020.

Pela localização geográfica em que esse trecho se encontra, trata-se de uma área caracterizada como central que, por sua vez, serve de rota para outras regiões da cidade. Vale ressaltar que, no Bairro da Ribeira estão localizadas vias de importante acesso da cidade, então localizadas, tais como: Avenida Duque de Caxias, Avenida Rio Branco e Avenida Deodoro da Fonseca.

O estudo das condicionantes projetuais consistem no desenvolvimento de forma macro, seguindo destes subtópicos:

4.1.1 Condicionantes Físicos-Ambientais

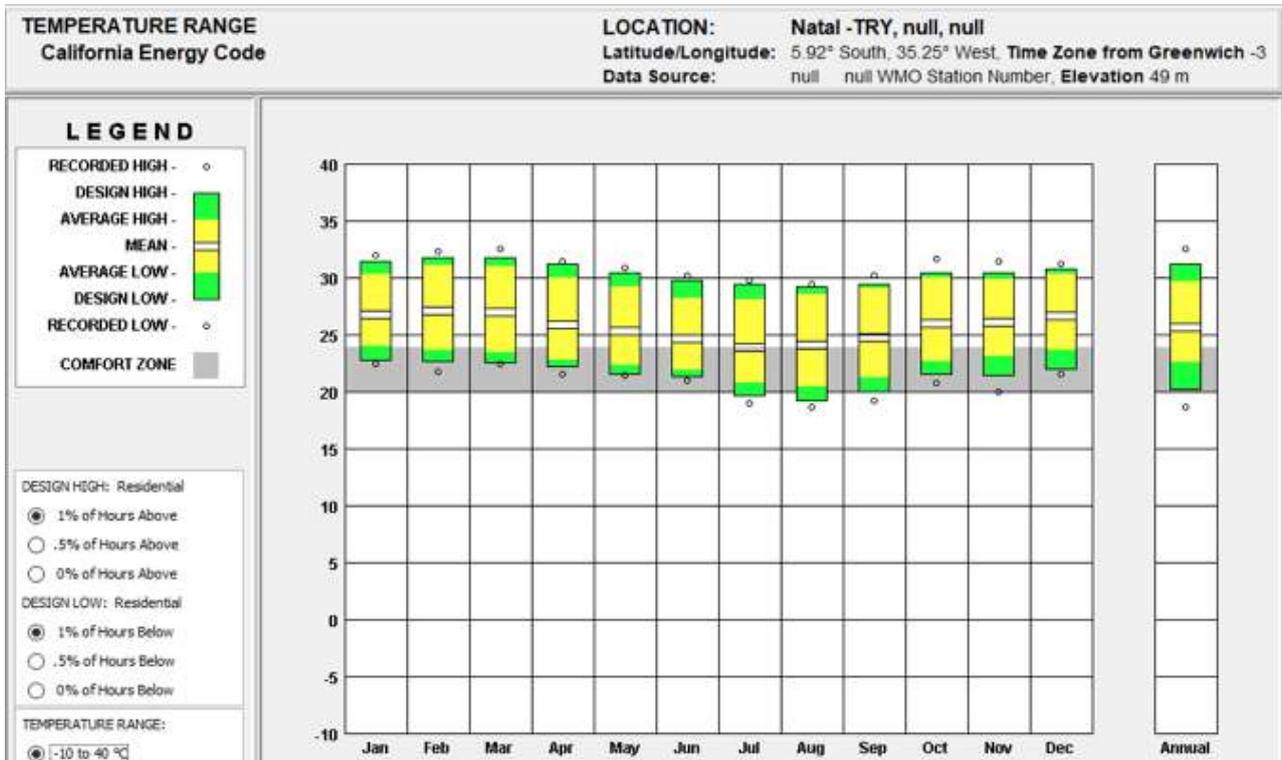
A cidade de Natal/RN possui um clima quente e úmido e destaca-se por estar inserida em uma área litorânea. Há também grande incidência de radiação solar, além de haver a atuação constante de **ventos - 86% de sudeste** com pouca intensidade numa média de 4,4m/s, porém contínuos, qualificados como os ventos Alísios de sudeste, o que proporcionam condições agradáveis na qualidade de vida da cidade. Estes deslocam massas de ar das zonas de alta pressão localizadas nos trópicos para a zona de baixa pressão no Equador, trazendo consigo uma alta umidade para a região.

Recomenda-se para o clima da cidade, ambientes arejados e que facilitem a circulação de ventos e soluções arquitetônicas, dependendo no nível de sombreamento dos prédios em determinado terreno. E as paredes apresentam **50cm de espessura**, possibilitando uma **menor condução de calor para dentro do ambiente**.

Ainda se recomenda para o Polo Digital, aberturas das edificações para que colaboram para um bom conforto térmico e lumínico, **não necessitando de iluminação artificial durante o dia** e tendo **ventilação cruzada**, possibilitando os ventos circularem bem pelos ambientes.

VENTILAÇÃO

Sua temperatura do ar é, relativamente, elevada e bem mais uniforme que em outras regiões do Brasil. Ao analisar as temperaturas máximas e mínimas da cidade, de acordo com arquivo climático de Natal (Labeee, 2018), pode-se perceber que em fevereiro e março, se tem as maiores temperaturas e em julho e agosto as mais baixas. Além disso, é possível perceber que a temperatura média anual é de aproximadamente 26,5 °C. Em média a amplitude térmica é de 8,4°C, enquanto há uma oscilação média diária de 21,8°C a 30,2°C.



Com isso, a precipitação apresenta-se com grande oscilação temporal, a qual é possível verificar variações mensais de 17,5mm a 204,5mm, com revezamento de chuvas intensas no verão-outono e estiagem no inverno-primavera com características do clima mediterrâneo.

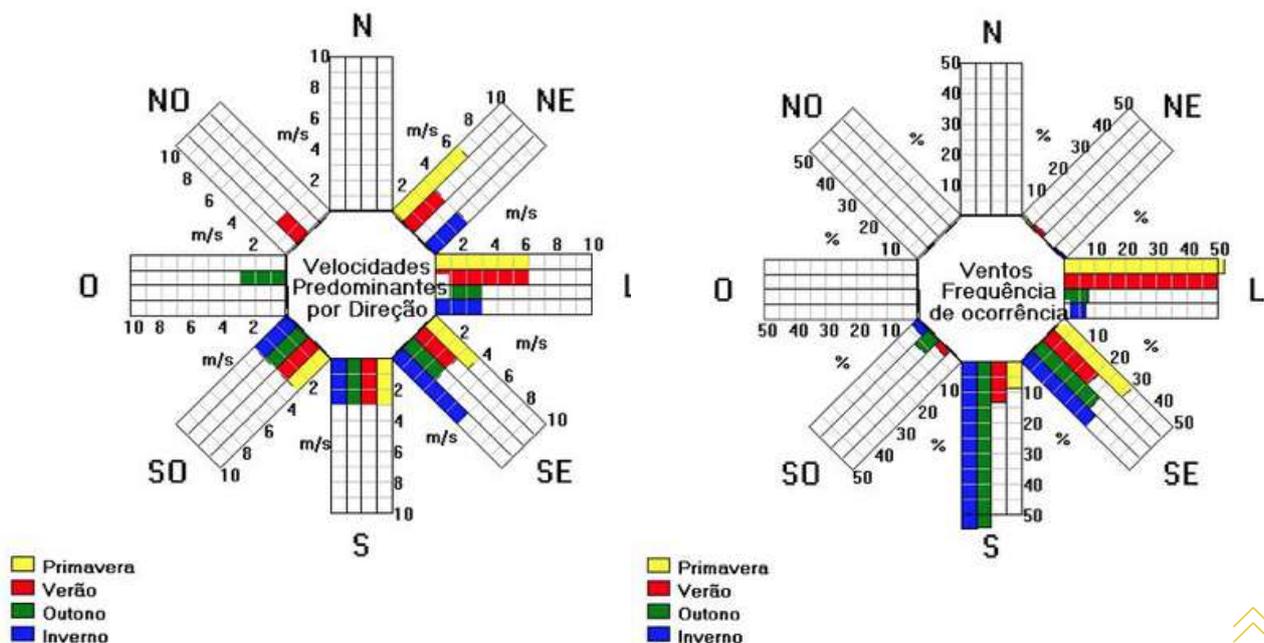


Figura 32: Oscilações da temperatura de Natal
 Figura 33: Mapa dos Ventos Predominantes da Ribeira: Polo Digital
 Figura 34: Mapa da Frequência Ocorrência da Ribeira: Polo Digital
 Fonte: Sol-AR 2020

INCIDÊNCIA SOLAR

Por meio da análise solar sobre o Polo Digital foi possível elaborar a tabela abaixo, com dados de insolação nas referidas faces. Resultando que as faces **03 e 04** recebem o Sol matinal em todos os períodos do ano, e como consequência permanecem sombreando durante todas as tardes e noites, que favorece a locação dos ambientes.

FACES	SOLSTÍCIO DE INVERNO (h)	EQUINÓCIOS (h)	SOLSTÍCIO DE VERÃO (h)
01	14:45 - 17:45	12:45 - 18:00	10:45 - 18:20
02	10:30 - 17:45	11:30 - 18:00	13:00 - 18:10
03	06:20 - 10:20	06:00 - 11:30	05:45 - 12:45
04	06:20 - 14:30	06:00 - 12:30	05:45 - 10:30

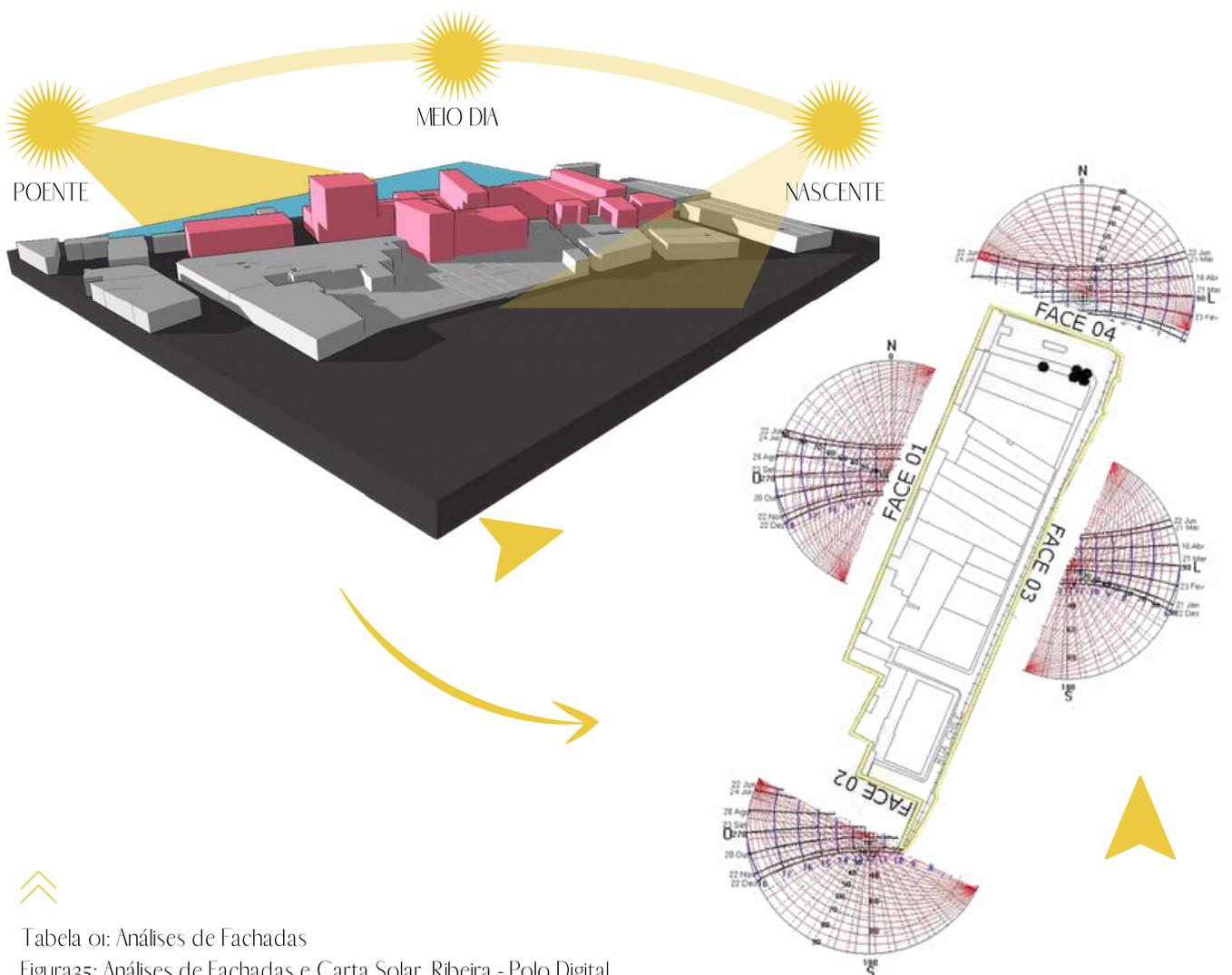


Tabela 01: Análises de Fachadas
 Figura 35: Análises de Fachadas e Carta Solar, Ribeira - Polo Digital

4.1.2. Condicionantes Urbanísticas e Sociais

A análise tipológica ganhou grande relevância, a partir da década 1960, com as contribuições de Aldo Rossi e Giulio Carlo Argan. Para o primeiro autor, o conceito de tipo pode ser definido como “um enunciado lógico que está antes da forma e que a constitui” (ROSSI, 1977, p. 42). Não se trata, portanto, de um modelo a ser replicado, mas de um conjunto de características ou aplicabilidades, estabilizadas e modificadas através do tempo, que antecedem e qualificam as funções com que se envolvem os objetos arquitetônicos.

Assim, para melhor análise da tipologia do bairro da Ribeira é necessário realizar um balanço geral do uso e ocupação do solo, levando também em conta o gabarito das edificações, acessos, fundamentos da paisagem e análises do sistema viário. Além dos aspectos urbanísticos e equipamentos como: destino das águas pluviais; acesso a água encanada; iluminação pública e energia elétrica.

USO DO SOLO

Ao fazer um diagnóstico da localidade encontrada no mapa abaixo, pode-se perceber que as principais ocupações da área são relacionadas a prestações de serviço e comércio espalhadas em maior densidade no bairro como um todo. Porém, tal mapa disponibilizado pela SEMURB encontra-se desatualizado. Atualmente, é possível observar que na parte leste/sul do bairro há uma maior concentração terrenos com uso residencial, sendo considerável parte ocupados por condomínios fechados multifamiliares verticais (apartamentos). Na parte oeste, nota-se o sítio histórico apresentando um uso e ocupação do solo mais específico de prestações de serviço. Soma-se a isso a presença de apenas três praças em todo o bairro, o que destaca como fragilidade ambiental desconsiderada na fase de planejamento das atividades da região, além de alguns prédios sem uso/abandonados.

Imerso a esse contexto, infere-se que a diversidade de usos não é muito presente no bairro em estudo. Tal fato implica em uma problemática do declínio de usos e movimentação de pessoas no bairro. Sobre esse aspecto, Jane Jacobs (2000, p. 265) fala que:

[...] precisamos de todos os tipos de diversidade, intrincadamente combinados e mutuamente sustentados. Isso é necessário para que a vida urbana funcione adequada e construtivamente, de modo que a população das cidades possa preservar (e desenvolver ainda mais) a sociedade e a civilização [...].

Dessa forma, avalia-se que a fração em estudo necessita de incentivos as diversidades de usos, a fim de trazer maior movimentação para o local, a fim de alcançar um estudo ainda mais detalhado para servir de base ao projeto da Ribeira Digital, quanto aos seus usos específicos. É possível perceber que os usos de comércio seguido de prestação de serviço dominam também nessa região, sendo considerável parte voltada ao mercado do peixe por ser uma zona perto do porto.

Figura 36: Mapa de Uso do Solo SEMURB - Ribeira.

Fonte: semurb 2018.

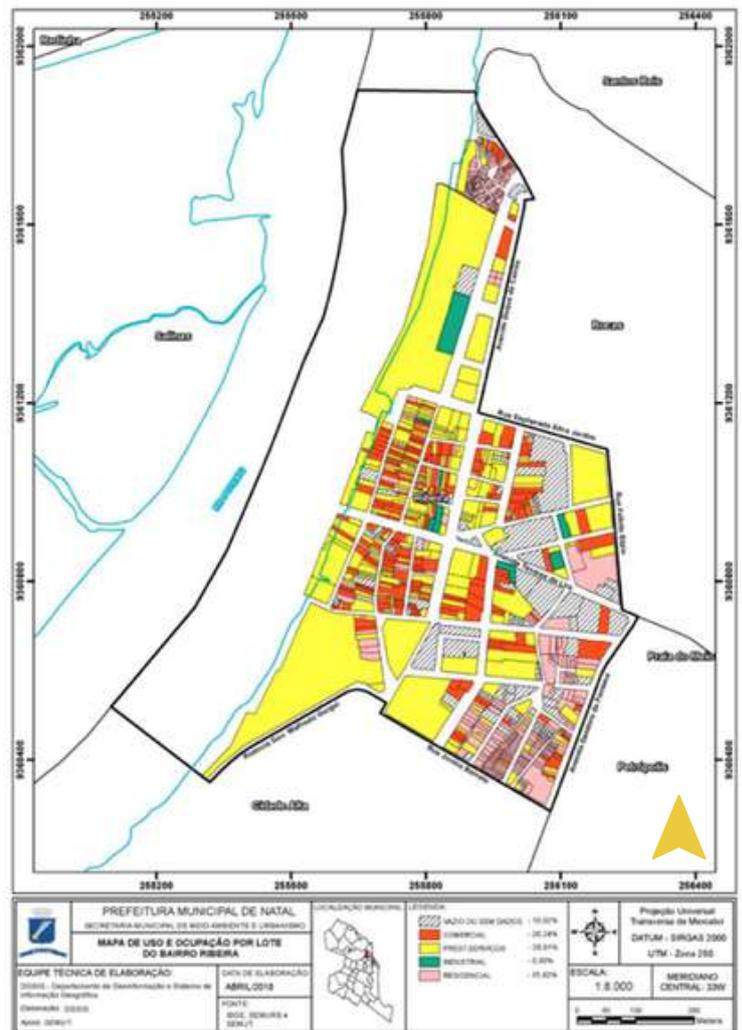





 Figura 37 e 38: Mapa de Uso do Solo e Legenda - Ribeira.
 Fonte: Elaborado pela autora 2020

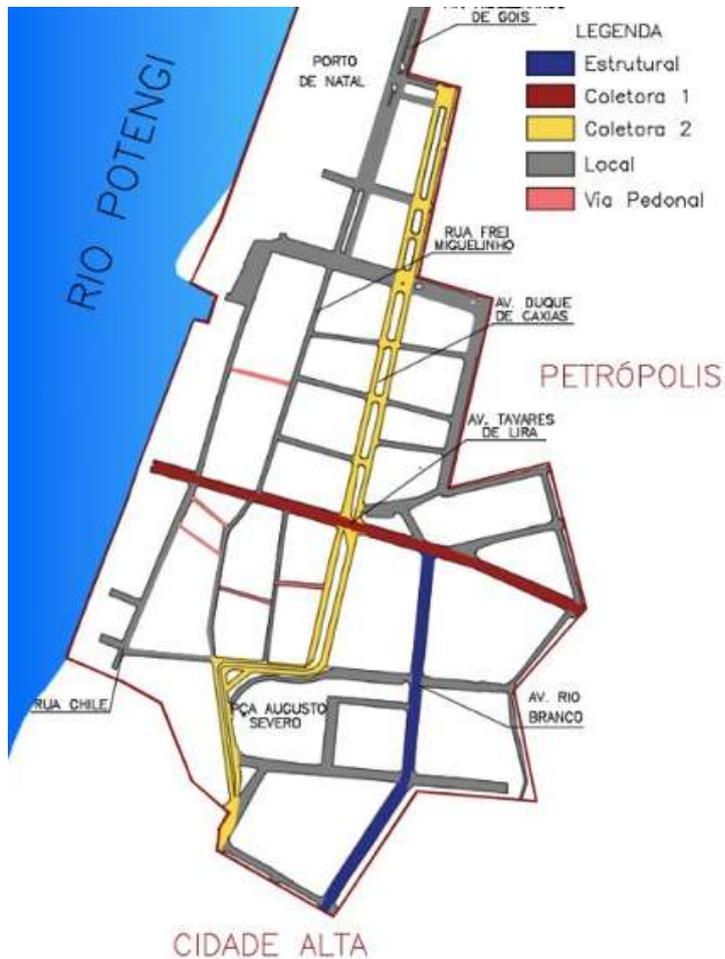
GABARITO

Quanto ao gabarito, a predominância é de um e dois pavimentos, determinando um perfil horizontal, o que contribui para a melhor circulação de ventos e ruídos no espaço.



Figura 39: Mapa de Gabarito - Ribeira
Fonte: Elaborado pela autora 2020

SISTEMA VIÁRIO



As vias influentes no entorno do terreno são vias estruturais e coletoras, porém são as vias locais as mais frequentes nas proximidades do edifício em estudo (ver tabela 02).

NOME DA VIA	CATEGORIA	CLASSE
Av. Deodoro da Fonseca	Estrutural	Arterial I - Articulação
Av. Rio Branco	Estrutural	Arterial I - Articulação
Av. Duque de Caxias	Coletora	Coletora II - Apoia a circulação das estruturais
Av. Tavares de Lira	Coletora	Coletora I - Distribuição do fluxo local e estrutural

NOME DA VIA	CATEGORIA	CLASSE
Av. Tavares de Lira	Coletora	Coletora I - Distribuição do fluxo local e estrutural
Rua Chile	Local	
Tv. Aureliano de Medeiros	Local	
Tv. Venezuela	Via Pedonal	
Tv. Argentina	Via Pedonal	



Figura 40: Mapa Ribeira - Sistema Viário.

Fonte: Rhenyara Lima (2016)

Tabela 02 e 03: Vias Principais, Ribeira

Fonte: Elaborado pela autora 2020

Ao analisar o trecho em análise da Ribeira com relação ao seu sistema viário, é possível identificar a hierarquia viária por meio da divisão das vias arteriais e coletoras, conforme o Código de Obras de Natal, observadas na figura abaixo.



Figura 41: Mapa de Sistema Viário, Polo Digital - Ribeira
Fonte: Elaborado pela autora 2020

Nesse sentido, em uma análise geral as ruas do bairro são em sua maioria estreitas, apresentando calçadas muito pequenas e por vezes a existência de ruas e travessas sem nenhuma calçada, os quais dificultam a mobilidade das pessoas. Porém nas principais avenidas, como é o caso da Tavares de Lira, a infraestrutura encontra-se em um estado de conservação favorável aos usuários do local, pois devido seu tamanho as calçadas são amplas, em média de três metros.

Ainda a respeito do sistema viário da Ribeira, nota-se a presença de três tipos de transportes intermodais nesse espaço, sendo eles:

- Transporte rodoviário;
- Transporte ferroviário;
- Transporte hidroviário.



Figura 42, 43, 44: Transporte rodoviário; Ferroviário; Hidroviário- Ribeira
Fonte: WorldCruises 2018

FUNDAMENTOS DA PAISAGEM

De acordo com Paula da Cruz Landim (2004), as características morfológicas das cidades espelham as etapas de construção do espaço urbano, e a paisagem urbana é constituída pela similaridade que confere homogeneidade, ou pela especificidade que confere particularidade de alguns períodos, ou seja, quanto de cada período, resultado de um processo histórico/cultural, sobrevive em cada nova paisagem.

O trecho em estudo apresenta alguns elementos que em uma análise do período histórico atual, podem-se detectar algumas características que, se, por um lado, dão significado e configuram a cidade contemporânea, por outro, prejudicam a sua percepção e apreensão, colocando intermediários entre sujeito e objeto e prejudicando, a própria produção cultural (LANDIM, 2004).

Alguns desses elementos permanecem até os dias atuais como por exemplo seus determinantes estruturais locais:

- Ruas estreitas;
- Materiais como paralelepípedo nas vias e lajota de concreto nas calçadas;
- Sons dos carros e motos;
- Vegetações arbórea (aroeira-do-sertão, mangueiras, cajueiros, coqueiros, entre outras);
- Iluminação via postes de concreto e ferro;
- Odor presente nos comércios e serviços destinados a pesca.

Assim, ao entender o processo histórico e cultural como produto resultante da ação física e/ou conceitual do homem sobre os espaços, pode-se dizer que a cidade, paisagem urbana, cidadão e percepção, inseridos no espaço e no tempo, criam diversas relações que configuram o processo histórico e cultural (LANDIM, 2004). Com isso, estão presentes no local determinantes globais como a cultura resultando de uma interação entre a configuração física e sua percepção do usuário, na qual a modificação desses elementos leva necessariamente a uma outra paisagem urbana.

ACESSO A ÁGUA ENCANADA

Em relação ao abastecimento de água da Ribeira é possível constatar de acordo com a tabela abaixo que a principal forma de abastecimento de água nos domicílios particulares da região é feita por meio da rede geral. Somente uma pequena percentagem é destinada à poços e outros meios, o que corrobora a presença de infraestrutura urbana nesse local.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2010

BAIRRO RIBEIRA	
PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	%
Rede geral	93,06
Poço ou nascente na propriedade	5,89
Poço ou nascente fora da propriedade	0,13
Outras	0,92
Total	100,00

Fonte: Tabela e Gráfico elaborados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Censo 2010).

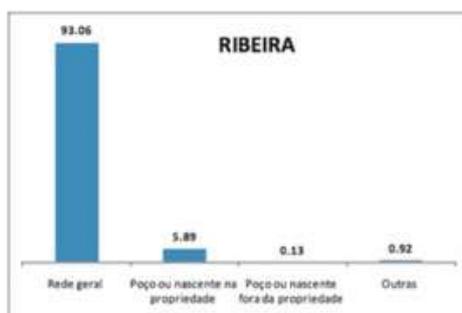


Tabela 04: Dados sobre abastecimento de água

Fonte: COOPERE, SECRETARIA ADJUNTA DE CONSERVAÇÃO, 2015

ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA

A respeito da iluminação pública e energia elétrica do bairro em estudo, constata-se que os números de ligações por uso residencial são bem maiores do que de uso de poder e serviço público (ver tabela 02). Tal fato possibilita inferir que a quantidade de uso residencial vem se expandindo pela localidade, diferentemente dos prédios de uso público.

5.4.1 Número de ligações por tipo de uso

TIPO DE USO	LIGAÇÕES	(%)
Residencial	693	54,06
Industrial	34	2,65
Comercial	466	36,35
Público*	79	6,16
Outros**	10	0,78
TOTAL	1.282	100,00

Fonte: COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte, 2007.

* Poder público e serviço público.

** Próprio, rural e iluminação pública.

Tabela 05: Dados acerca da energia

Fonte: COOPERE, SECRETARIA ADJUNTA DE CONSERVAÇÃO, 2015

Ainda sobre essa temática, segundo o jornal Tribuna do Norte (2016), a Ribeira foi o primeiro bairro da cidade a ter a iluminação de ruas e avenidas em LED, tecnologia fundamental para gerar uma economia no setor de iluminação pública. Essa iniciativa faz parte do Projeto de Eficientização Energética, desenvolvido pela Prefeitura do Natal, via Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR).

4.1.3. Condicionantes Legais

Após o estudo dos condicionantes históricos, físicos e ambientais, cabe a análise dos condicionantes legais para a evolução do MasterPlan. Nesta etapa, foram obtidas informações quanto às exigências legais do Plano Diretor de Natal e suas premissas quanto a Zona Especial de Preservação Histórica, o Código de Obras e Edificações do Município de Natal, Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico, a NBR 9050 sobre a Acessibilidade em Edificações e Equipamentos Urbanos. Além do IPHAN, pois trata-se de uma edificação localizada na delimitação poligonal de tombamento, que por sua vez, está localizada na Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), constituída pela Lei Municipal no 3.942, de 17 de julho de 1990.

PLANO DIRETOR

Segundo a Lei Complementar número 82 de 21 de junho de 2007, a área onde o Polo Digital se encontra é considerado uma zona adensável, caracterizado pelo artigo II:

Zona Adensável é aquela onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infraestrutura e a necessidade de diversificação de uso, possibilitem um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos de coeficiente de aproveitamento. (NATAL 2007)

São zonas com destinação específicas ou normas próprias no tocante ao uso e ocupação do solo, consideradas de regulamentação especial. O Polo Digital está na SZ-4 ou Subzona de Comércio e Prestações de Serviços, com gabarito limitado para até 7,5m. Segundo o Quadro de Prescrições Urbanísticas do Plano Diretor de Natal, indica a orientação segundo a Lei 3.175/84 para o caso de estacionamentos em ZEPH, porém no contexto de reuso de edifícios históricos, proposta defendida por este trabalho, não há pauta sobre os parâmetros a serem norteados no caso em questão.

LEI Nº 3.942/90 – ANEXO II – QUADRO DE PRESCRIÇÕES URBANÍSTICAS – FOLHA Nº 04

ANEXO Nº II - QUADRO DE PRESCRIÇÕES URBANÍSTICAS - FOLHA Nº 04														
ZONA: ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA - SUBZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS - SZ-4														
DENSIDADE: 550 hab/ha														
USOS		LOTE		EDIFICAÇÃO						OBSERVAÇÕES				
CON-FORME	TOLE-RADO	ÁREA MÍNIMA (m ²)	FRENTE MÍNIMA (m)	ÍNDICES URBANÍSTICOS			RECUOS MÍNIMOS				PILOTIS	GABARITO MÁXIMO	ESTACIO-NAMENTO	
				UTILIZAÇÃO	Ocupação	CONFORTO	FRONTAL	LATERAL	FUNDO					
	RU	250,00	10,00	1,0	50 %	250,00		1,50 (1)	3,00 (1)				(1) Vide anexo IX fl. 1 e art. 110.	
	RM-3	450,00	15,00		50 %	(2)		1,50 (3)	3,00 (3)				(2) ÍNDICE DE CONFORTO PARA RM-3	
	RM-4	450,00	15,00		50 %	(4)		1,50 (3)	3,00 (3)				Nº Quartos Área Índice de Conforto (b)	
	INS-1	VIDE ART. 51 DA LEI 3.175/84												2 ≤ 57,00 55,00 m ²
	INS-2	VIDE ART. 51 DA LEI 3.175/84												3 > 57,00 82,00 m ²
	S-1	250,00	10,00	1,6	80 % (5)			1,50 (3)	1,50 (3)				> 3 > 57,00 82,00 m ²	
	S-2	360,00	12,00	2,6	80 % (5)			1,50 (3)	1,50 (3)				Para cálculo do Índice de Conforto (b), não serão computados varandas, balcões e sacadas até 3,00 m ² .	
	CV-1	250,00	10,00	1,6	80 % (5)			1,50 (3)	1,50 (3)				(3) Vide anexo IX fls. 01, 4, 4a, 4b e 4c.	
	CV-2	360,00	12,00	2,6	80 % (5)			1,50 (3)	1,50 (3)				(4) ÍNDICE DE CONFORTO PARA RM-4	
	CA-1	250,00	10,00	1,6	80 % (5)			1,50 (3)	1,50 (3)				Área útil Índice de Conforto (b)	
	CA-2	600,00	15,00	1,6	80 % (5)			1,50 (3)					≤ 45,00 27,00 m ²	
	I-1	250,00	10,00	1,6	80 % (5)			1,50 (3)					> 45,00 ≤ 57,00 55,00 m ²	
	I-2	600,00	15,00	1,2	60 %			1,50 (3)					> 57,00 82,00 m ²	

Figura 45: Quadro de Prescrições Urbanísticas
Fonte: INTRUÇÃO DE ORDENAMENTO URBANO - NATAL, 2009.

CÓDIGO DE OBRAS

O art. 124 do Código de Obras de Natal, da Lei complementar nº 055, de 27 de janeiro de 2004, determina que não se faz necessário a área reservada para estacionamento em imóveis tombados ou de interesse histórico, cultural e artístico, independente do uso adotado.

Quanto ao conforto térmico que concerne a insolação, iluminação e ventilação do ambiente, o Código de Obras dita do art. 147 ao art. 156 da Lei complementar no 055 de 2004, as seguintes premissas:

Art. 147 - Toda edificação deve ser projetada com a observância e orientação dos pontos cardeais, atendendo, sempre que possível, aos critérios mais favoráveis de ventilação, insolação e iluminação.

Art. 148 - Para efeito de insolação, iluminação e ventilação, todos os compartimentos da edificação devem dispor de abertura direta para logradouro, pátio ou recuo.

Art. 149 - A edificação não pode ter aberturas voltadas para a divisa do lote com distância inferior a um metro e cinquenta centímetros (1,50m), conforme disposto no Código Civil Brasileiro.

Art. 150 - A superfície da abertura voltada para o exterior, destinada à insolação, iluminação e ventilação, não pode ser inferior a um sexto (1/6) da Área do compartimento, quando se tratar de ambientes de uso prolongado. Parágrafo único. A área definida no caput é de um oitavo (1/8), quando se tratar de ambientes de uso transitório.

Art. 151 - São dispensados de iluminação e ventilação direta e natural os ambientes que se destinam a: I - corredores e halls de área inferior a cinco metros quadrados (5,00m²); II - compartimentos que pela sua utilização justifiquem a ausência dos mesmos, conforme legislação própria, mas que disponham de iluminação e ventilação artificiais; III - depósitos de utensílios e despensa.

Art. 152 - Em qualquer caso de ventilação mecânica é obrigatória a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, registrada no CREA-RN, para a concessão do licenciamento da obra.

Art. 153 - Não são considerados ventilados ou iluminados os compartimentos cuja profundidade, a partir do local de onde provem a iluminação, seja superior a três (3) vezes o seu pé direito.

Art. 154 - Na edificação que tenha no máximo dois (2) pavimentos, os compartimentos de uso prolongado ou transitório, que não possam ser insolados, iluminados e ventilados por aberturas diretas para os logradouros ou imóveis vizinhos, podem utilizar-se de pátios e reentrâncias, desde que: I - o seu desenho permita a inscrição de um círculo de diâmetro de dois metros (2,00); II - Estejam a céu aberto, livre e desembaraçado de qualquer elemento construtivo;

Art. 155 - os compartimentos a que se refere o artigo anterior podem ser insolados, iluminados e ventilados através de pérgulas.

Art. 156 - os compartimentos de uso transitório podem ser iluminados e ventilados por abertura zenital, que deve ter área equivalente a seis por cento (6%) da área do compartimento. (CÓDIGO DE OBRAS DE NATAL, 2004).

Figura 46: Módulo de referência e área de manobra

Figura 47: Dimensionamento das Rampas..

Fonte: NBR 9050 (2004)

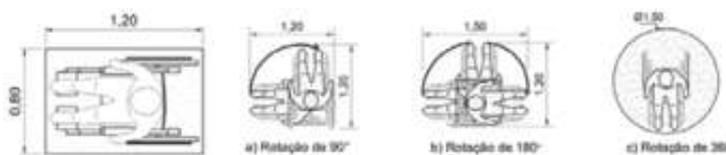


NBR 9050 - ACESSIBILIDADE

A NBR 9050:2004 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados referentes ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, considerando-se diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.

Principais recomendações:

- A circulação em linha reta deve prever o fluxo independente de transeuntes e/ou cadeirantes simultaneamente;
- A área de transferência deve ter no mínimo as dimensões do módulo de referência. (Figura 46);



- Objetos tais como corrimãos e barras de apoio devem ter seção circular com diâmetro entre 3,0cm e 4,5cm e devem ser afastados no mínimo 4,0cm da parede ou outro obstáculo;
- As informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário, nos espaços e equipamentos urbanos devem ser sinalizadas de forma visual, sonora ou tátil;
- Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição que não provoque trepidação em dispositivos com rodas;
- Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso até 5,0mm não necessitam de tratamento especial, já no caso de desníveis superiores a 5,0mm até 15,0mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%);
- Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas. Estas devem apresentar inclinação máxima de 8,33% e possuir patamares de descanso em cada 50m:

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15

- Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical. É estabelecido que as dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada, atendendo às seguintes condições: pisos (p): $0,28\text{ m} < p < 0,32\text{ m}$; espelhos (e) $0,16\text{ m} < e$
- $< 0,18\text{ m}$; $0,63\text{ m} < p + 2e < 0,65\text{ m}$. Entre os lances de escada, devem ser previstos patamares com dimensão longitudinal mínima de 1,20 m. Os patamares devem estar situados em mudanças de direção e a cada 3,20m de desnível, além de ter dimensões iguais à largura da escada;
- Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas. Não devem possuir arestas vivas e devem garantir boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular, sendo eles laterais devem prolongar-se pelo menos 30,0cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação e prejudicar a vazão;
- As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m. No caso das portas de sanitários, vestiários e quartos acessíveis em locais de hospedagem e de saúde, estas devem ter um puxador horizontal, associado à maçaneta;
- Os sanitários e vestiários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, no mínimo uma de cada;
- Para instalação de bacias sanitárias devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal. Junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80m a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação). A distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral ao vaso deve ser de 0,40 m, estando posicionada a uma distância mínima de 0,50 m da borda frontal da bacia. A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30 m além do eixo da bacia, em direção à parede lateral;

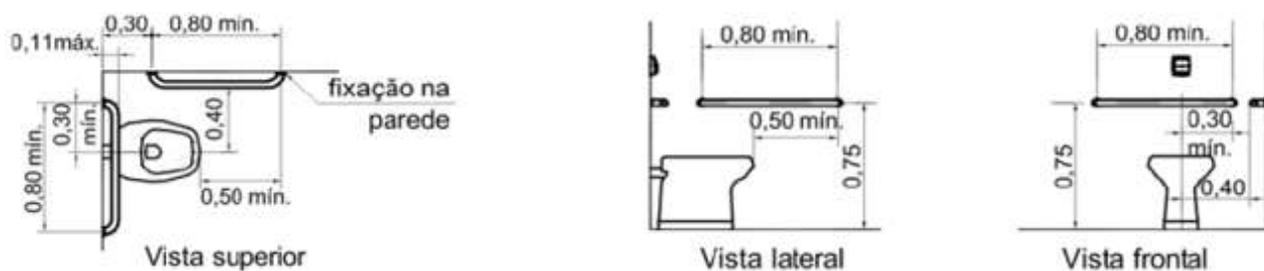


Figura 48: Bacia Sanitária, Barras de Apoio.
Fonte: NBR 9050 (2004)

- Os boxes devem ser providos de banco articulado ou removível, com cantos arredondados, superfície antiderrapante impermeável, profundidade mínima de 0,45 m, altura de 0,46 m do piso e comprimento mínimo de 0,70 m. Na parede de fixação do banco, deve ser instalada uma barra vertical com altura de 0,75 m do piso acabado e comprimento mínimo de 0,70 m, a uma distância de 0,85 m da parede lateral ao banco. Na parede lateral ao banco devem ser instaladas duas barras de apoio, uma vertical e outra horizontal ou, alternativamente, uma única barra em “L”.
- Os lavatórios devem ser suspensos, sendo que sua borda superior deve estar a uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73 m na sua parte inferior frontal. O sifão e a tubulação devem estar situados a no mínimo 0,25 m da face externa frontal, para ser possível a aproximação do cadeirante;
- Em relação ao estacionamento, a norma explicita que é dispensada a vaga adaptada para pessoas com deficiência quando o estacionamento possuir até 10 vagas, de 11 a 100 vagas, é exigida 1 vaga reservada à deficiente, e quanto houver mais de 100 vagas, é necessário que 1% sejam adaptadas. As vagas devem conter sinalização vertical, horizontal e estar ligada às principais rotas de entrada. Junto a essas vagas deve existir um espaço adicional, para circulação da cadeira de roda, de 1,20m de largura, que deve estar associado à guia de acesso à calçada.

PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO RN

Para cumprir os critérios básicos no que se refere a segurança, visando por meios técnicos de combate à incêndios, minimizar e evitar a propagação do fogo, proporcionar ações de socorro e garantir a evacuação com segurança. Ressaltando no que a seção II cita:

Seção II - ocupação comercial, mista e pública Art. 80 - As edificações classificadas de acordo com o Art. 60, incisos II, III e IV destas especificações, (ocupações, respectivamente, COMERCIAL, MISTA e PÚBLICA), devem atender as exigências de dispositivos de proteção contra incêndio de acordo com a área construída e altura da edificação: I - Edificações com altura inferior a seis metros, com área construída inferior a 750 m² : a) prevenção fixa (hidrantes) nas edificações classificadas no risco “C”; b) prevenção móvel (extintores de incêndio); c) sinalização; d) escada convencional. (CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO RN, 1974).

LEIS E NORMAS PATRIMÔNIO

Adentrando às Leis e Normas locais que norteiam e caracterizam o tipo de intervenção tratada neste trabalho, identificou-se no capítulo II, da Conceituação do Código de Obras de Natal, que compete o enquadramento da área compreendida em estudo, no seguinte conceito: “XLIX – reparos gerais, obras destinadas exclusivamente a conservar e estabilizar a edificação e que não impliquem na alteração das dimensões dos compartimentos.” (Código de Obras e Edificações do Município do Natal, 2004, p. 275). Ainda no capítulo II do Código de Obras, é citado o item dos Projetos: “IV – Categoria 4, destinado análise de projetos de imóvel de uso considerado impactante, imóvel de uso residencial multifamiliar ou de imóvel situado em áreas especiais ou sujeito a legislação especial.” (Código de Obras e Edificações do Município do Natal, 2004, p. 276).

No Capítulo III, “Art. 23 – As obras de restauração de prédios com valor arquitetônico, histórico, artístico e cultural só tem seu licenciamento concedido se observadas as normas específicas da legislação em vigor.” (Código de Obras e Edificações do Município do Natal, 2004, p. 278).

As Leis que foram citadas acima são apenas uma parte do documento que habita o Código de Obras do Natal, portanto, há Leis e Normas que também aderem as questões que envolvem o Restauo aplicando a Instrução Normativa IPHAN nº 1 de 25 de novembro de 2003 que trata sobre a acessibilidade e é exibida no 10º parágrafo que se deve:

1.1 Tendo como referências básicas a LF 10.098/2000, a NBR da ABNT e esta Instrução Normativa, as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público [...]” (Instrução Normativa IPHAN, 2003).

As intervenções, obrigatoriamente, são consideradas um caso específico, em que cada ação, deve-se avaliar alternativas e soluções em acessibilidade sem extinguir o que cabe a preservação do Bem cultural imóvel. O que pode delimitar essa avaliação, é a “possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes.” (Instrução Normativa IPHAN, 2003).

Ainda sobre a Instrução Normativa do IPHAN, que cita o cumprimento de leis quanto à acessibilidade, cabendo à condição autárquica do Instituto na fiscalização do Bem, quando este encontra-se em prejuízo de preservação, qualquer que seja seu responsável pelo imóvel deverá atender as exigências da LF 1.098, seguindo as orientações desta Instrução Normativa.

Cabe aos órgãos responsáveis por cada etapa, atender às Normas e Leis que abraçam esse tipo de intervenção. No entanto, todo objeto arquitetônico possui uma especificidade, este é proveniente de um conceito precedente, ou seja, o desenho de uma edificação é inteiramente originado da alma de uma época, da sociedade e seus valores (NETO, 1992, p. 266).

Toda e qualquer interferência em monumentos históricos pode causar prejuízo para toda vida, por esse motivo, a pesquisa histórica e o levantamento de dados históricos precisam ser rigorosos, evitando falsas interpretações que podem comprometer a veracidade e autenticidade do mesmo.





CAPÍTULO V



O MASTERPLAN

5.1. APRESENTAÇÃO DO POLO DIGITAL

O crescimento orgânico e sem planejamento dos grandes centros é uma realidade evidente em várias cidades brasileiras. A forma como a população se apropria de alguns espaços gera grandes problemas urbanos que cabe a órgãos públicos ou privados o papel de resolver. Para solucionar ou evitar esses problemas foi criado o **MasterPlan** para O Polo Digital da Ribeira, proposta urbanística de valor patrimonial em um trecho da Rua Chile, com a função de realizar o planejamento urbano de um bairro, ou parte dele, de forma flexível.

O MasterPlan possibilita traçar diretrizes de ocupação futura da área em estudo. Para chegar ao resultado final da proposta, foi feito, inicialmente, um diagnóstico do terreno, com estudo das legislações pertinentes e avaliação do potencial da região visados nos capítulos anteriores.

5.2. PROPOSTA URBANÍSTICA

5.2.1. A Ribeira

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Natal foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2010, e engloba parte dos bairros da Cidade Alta e Ribeira. “Por uma curiosa indiferença aliada aos interesses financeiros, Natal é uma cidade sem horizontes” Segundo CASCUDO[1] (1956):

Em Natal sempre há um pequeno espaço por onde os olhos poderiam enxergar as belezas circunjacentes imediatamente erguem um edifício, tomando o trecho num estreito espírito utilitarista. Onde se levantaria a Cadeia Velha na Praça André d’Albuquerque, presentemente uma residência particular, o Governador Alberto Maranhão destinaria a para construção do FORUM. Seria ‘também’ útil se reservasse para um passeio público oferecido ao povo. [...]

[...] Parecia resguardada para uma futura praça universitária porque estava vizinha à Faculdade de Direito construir-se-ia na vizinhança. Está como se vê, desaparecida. Mataram a praça com edifícios úteis, sem dúvida, mas responsáveis pelo assassinato de um local que seria voltado a destinos mais coletivos e lógicos no sentido urbanísticos do vocábulo. Como nunca se legislou anteriormente sobre o gabarito urbano, temos uma diversidade de padrões enfeitando o estético da cidade [...]

[...] Ocuparia o caminho, quase desocupado, entre os dois bairros, Cidade Alta e Ribeira. A visão de Pereira de Carvalho era justa e se o Jardim-Alameda tivesse nascido em 1853, teria oferecido aos natalenses anos e anos de recreio e alegria visual. [...]"

1 Acessado em 17 de jun 2020, disponível em: <https://www.sidia.com/manaus-estrutura-o-mais-novo-polo-digital-brasileiro/>

A partir desse trecho, observa-se a importância histórica e paisagística do Rio Potengi. Além de ser evidenciado a importância e a necessidade de existir espaços coletivos na Cidade Alta e Ribeira, e visualizar o Potengi como um componente fundamental a paisagem urbana e a memória potiguar.

Nesse contexto, a gestão do espaço urbano mostra-se um dos grandes desafios, principalmente se tratando da reabilitação e preservação dos centros urbanos. Diante disso, a Ribeira abriga ruas como a Tavares de Lira, Av. Duque de Caxias, Rua Câmara Cascudo, Rua Dr. Barata e Rua Chile.

A Rua Chile, apresenta grande valor histórico e é popularmente familiar por todos os natalenses, mas pouco se conhece sobre sua nomenclatura na época, no entanto segundo Lara Paiva (2015), o primeiro nome conhecido é **Rua da Alfândega**, batizado em 1808. Sabe-se que foi alcunhada assim pois a Alfândega iniciou-se entre eles, como controle dos produtos que chegavam ao porto. Até que, com o crescimento da cidade, foi renomeada para **Rua do Comércio**, por volta de 1860. A alfândega permaneceu na região, mas perdeu espaço para as grandes empresas que se instalaram.

Alguns exemplos dos primeiros negócios são o extinto Banco do Estado do Rio Grande do Norte (BANDERN), a Cook & Cia (uma companhia inglesa de alimentos), a empresa exportadora de algodão (Dinarte Mariz) e a maior atacadista de tecidos do Nordeste (João Galvão & Cia).

Deste modo, procura-se no decorrer da monografia, preservar a história do trecho da Rua Chile com projeto de requalificação, reconfiguração revitalização e restauração urbanística, paisagística e patrimonial, trazendo a economia digital para dentro do bairro.

A elaboração do presente MasterPlan no trecho da Rua Chile na Ribeira causa dificuldade social, individual e político, uma vez que há uma quase permanente falta de valorização do que se diz respeito ao Patrimônio Histórico em Natal. A arquitetura edílica sofre descaracterização da história contada em sua fachada, sobretudo no aparente desprezo para com a lembrança e no pouco caso que tem no futuro.

Alguns prédios estão ameaçados de ruírem pela falta de manutenção por parte de seus proprietários. A problemática abordada trata, também, da questão da atual imagem urbana em que se tem a necessidade de investigar a Ribeira e como as intervenções ocorridas têm lidado com os bens patrimoniais existentes nessa área histórica, de modo a sabermos como essas intervenções ocorreram, para quem foi dirigida e, o mais importante, se o patrimônio edificado foi realmente preservado.

Alguns causadores da degradação de bens históricos no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, provêm de patologias derivadas de fatores diversos, sendo esses: o homem, através do ato de vandalismo, problemas ambientais diversos e a falta de manutenção do bem.

A importância do monumento recorda com bastante expressão a um universo cultural. Esse, por sua vez, ate-se sob múltiplas formas, o que faz perceber em vários lugares do mundo, seja uma sociedade com escrita ou não. Sua definição não cabe inscrições, e ainda assim, estimulam pensamentos em funções diversas.

Ater-se à esse pensamento, no que concerne os edifícios em estado de ruínas, segundo Françoise Choay (2006, p. 17): “o papel do monumento, entendido no seu sentido original, perdeu progressivamente a sua importância nas sociedades ocidentais e tendeu a apagar-se, ao passo que a própria palavra adquirida outros significados.”

Baseado na observação do autor citado no parágrafo anterior, é inevitavelmente laborioso a aceitação dessa premissa. Porém há cidades no território brasileiro em que esse pensamento se ceifa, tal como Ouro Preto em Minas Gerais, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, “considerado o maior conjunto Barroco do mundo. Uma cidade setecentista em pleno século XXI.” (RESENDE, 2015).

Interessa-se, nesta monografia, conflitar com essas problemáticas dando não apenas vida noturna como vem sendo proposto ao bairro, mas, trazer a vida diurna com segurança e movimento de pessoas, com ênfase ao modo pendonal. Advoga-se a implantação de meios de trabalho para a nova geração digital dentro da reforma dos prédios patrimoniais, integrando-os com atividades de moradia e lazer. Isso se justifica pela existência de uma mudança de conscientização social nos jovens que procuram manifestar o sentido com a memória da cidade e que já buscam afetividade com a Ribeira.

É de consciência que os projetos de intervenção em áreas históricas são bastante delicados e complexos, pois esses bens culturais apresentam características especiais, uma vez degradados, não há como repará-los totalmente sem o dispêndio extensivo de recursos financeiros e humanos. O interesse patrimonial tem sido relegado em relação aos outros interesses públicos e governamentais, como: situações econômicas; turísticas e financeiras. Segundo Silvio Mendes Zanchetti (2003, p. 3) “constrói-se shopping centers culturais em áreas urbanas tombadas dos séculos XVIII e XIX, como se estivéssemos nas periferias ou em descampados [...] Enfim uma destruição do patrimônio em nome de uma pseudovalorização cultural de ativos imóveis”.

Na contramão desse pensamento que caminha a presente proposta de revitalização com um objetivo de descartar essa pseudovalorização. Como acontece na cidade de Natal, onde a população e turistas procuram ir às praias do que conhecer a história e cultura da cidade, que está presente na Ribeira. Teríamos, então, apenas as praias para oferecer aos turistas? Ivanildo Passos ressalta esse pensamento em:

“Na realidade, o turismo é responsável por uma das principais receitas do Estado do RN. Gera mais de 100 mil postos de trabalho e apresenta outras 54 atividades ligadas a si diretas ou indiretamente, com enorme potencial e perspectiva de desenvolvimento/expansão, dadas as características dos seus recursos naturais reconhecidamente Sol e Mar em Natal e entorno” (PASSOS, Ivanildo 2016)

Com todas as nuances que ocorreram no Bairro, observa-se que nos dias atuais o comércio está cada dia mais debilitado, assim como remete (COSTA, 2006, p. 98) “A utilização de forma predatória dos edifícios e espaços urbanos foi progressivamente arruinando todo um conjunto arquitetônico significativo de nossa história.”

Em sintonia e preocupação com o patrimônio edílico, ocorreu em diversas partes do mundo a revalorização de conjuntos históricos, dentre os quais podemos citar cidades como: Sevilha (Espanha), Lisboa (Portugal), Quito (Equador) e Londres (Inglaterra). No Brasil, temos experiências em algumas grandes cidades como: São Luís, Salvador e principalmente Recife, por exemplo.

5.2.2. A Referência

Na bibliografia relacionada que foi reunida para a realização deste projeto de pesquisa temos o trabalho intitulado “Porto Digital” realizado pelo urbanista **Gustavo Rocha**, ao discutir sobre um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil e é um dos representantes da nova economia do Estado de Pernambuco.

Localizado no Recife, sua atuação se dá nos eixos de software e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de games, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design. Desde 2015, o Porto Digital também passou a atuar no setor de tecnologias urbanas como área estratégica.

O livro “A História de Natal” por **Câmara Cascudo** em 1947, que relata aspectos importantes da época, fundamentais para o trabalho. “O Turista Aprendiz” por Mário de Andrade 1976, que percorreu o Norte-Nordeste do Brasil, entre 1937-38, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Essa é uma obra muito importante do ponto de vista da preservação do nosso patrimônio cultural. Foi uma das primeiras obras que ensinou aos brasileiros a olhar para o seu próprio país, a valorizar a sua cultura.

5.2.3 Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento

O programa de necessidades, para a proposta urbanística e paisagística do Polo Digital da Ribeira, foi desenvolvido a partir das intenções de uso dos edifícios e do local. No entanto, vale enfatizar aqui que o processo de disposição deste programa foi feito de modo a se encaixar na arquitetura pré-existente e, conseqüentemente, sofre alterações quando se chega ao produto de espaços e atividades presentes nas plantas deste estudo preliminar de reconfiguração, revitalização, requalificação urbanística.

Portanto, ao analisar a proposta em si, pode-se notar que as áreas não necessariamente vão seguir o pré-dimensionamento, ao mesmo tempo que pode contemplar mais espaços não programados na tabela abaixo. Mas que estão presentes por entender que se adequam à natureza das atividades ali desenvolvidas que foram pesquisadas através dos estudos de referência, ou pela consulta de sites e observação empírica de espaços semelhantes. Tem-se como programa espacial para a proposta a seguinte Tabela 06:



QUANTIDADE	SETOR	DESCRIÇÃO
01	Deck	Deck contemplando o Rio Potengi
01	Praça	Resgate da Praça Mauá - convivência/lazer
55	Paisagismo	Novas Árvores/Arbustos/Palmeiras
09	Restauro	Restauração de fachadas
07	Construção	Novos prédios para os setores do Polo Digital
04	Demolição	Demolição de prédios descaracterizados
06	Demolição	Demolição de galpões
01	Relocação	Peixada da Tita relocada para Praça
01	Cais	Resgate ao Cais da Tavares de Lira
35	Vagas	Criação de novas vagas externas
01	Estacionamento	Revitalizar e reformar o estacionamento existente
01	Jardim	Área do restaurante externa que contempla o Rio
01	Atracadouro	Prolongamento do Deck para pescadores e empresas
100	Bancos	Bancos públicos
70	Lixeiras	Lixeira Pública
10	Acessibilidade	Novas rampas de acesso acessíveis
18	Postes	Novos postes maiores que 5m
30	Postes	Novos postes menores que 5m
01	Centro Comercial	Inserido em um dos prédios
03	Setores	Setorização do Polo: Setor I, II e III
01	Auditório	Palestras, debates e apresentações
05	Alimentação	Restaurante frutos do mar, doceria, café, padaria
01	Farmácia	Para gerar independência do bairro
02	Banco	Para gerar independência do bairro
01	Salão de Beleza	Para gerar independência do bairro
01	PetShop	Para gerar independência do bairro
01	Mercadinho	Para gerar independência do bairro
01	Gráfica	Para gerar independência do bairro
01	Coliving	Moradia compartilhada para viver sustentavelmente
01	Salão de Convivência	Bar-Terraço - eventos
40	Salas	Destinada a Coworking ou não
01	Mercado do Peixe	Relocação da Peixada da Tita para Praça
10	Carts	Carrinhos, estilo foodtruck na Praça - Mercadinho
01	Setor I	Setor de Produção e Trabalho
01	Setor II	Setor de Produção e Trabalho
01	Setor III	Setor de Produção e Trabalho

5.2.4 Zoneamento

Para o grande Polo Digital, foi-se demolido e retirado alguns prédios descaracterizados e sem utilidade para o local (ver figura 49). A outra proposta do Polo Digital é requalificar, restaurar e reformar alguns dos edifícios e locais presentes na área em análise. Ainda na figura abaixo, consegue identificar as interferências urbanas e patrimoniais:



CONSTRUIR ACESSOS

CONSTRUIR

RESTAURAR

DEMOLIR

Figura 49: Zoneamento e Proposta do Polo Digital.
Fonte: elaborado pela autora 2020.

Também, há a proposta de reforma do Deck existente e a implantação de resgate a antiga Praça Mauá, que hoje encontra-se o Capitania dos Portos, que está a leilão. Depois de relacionados os prédios previstos para o MasterPlan, e dividi-los em três grandes setores (Produção, Público, Social, Trabalho e Serviços), zoneados no terreno como está demonstrado abaixo (figura 50).

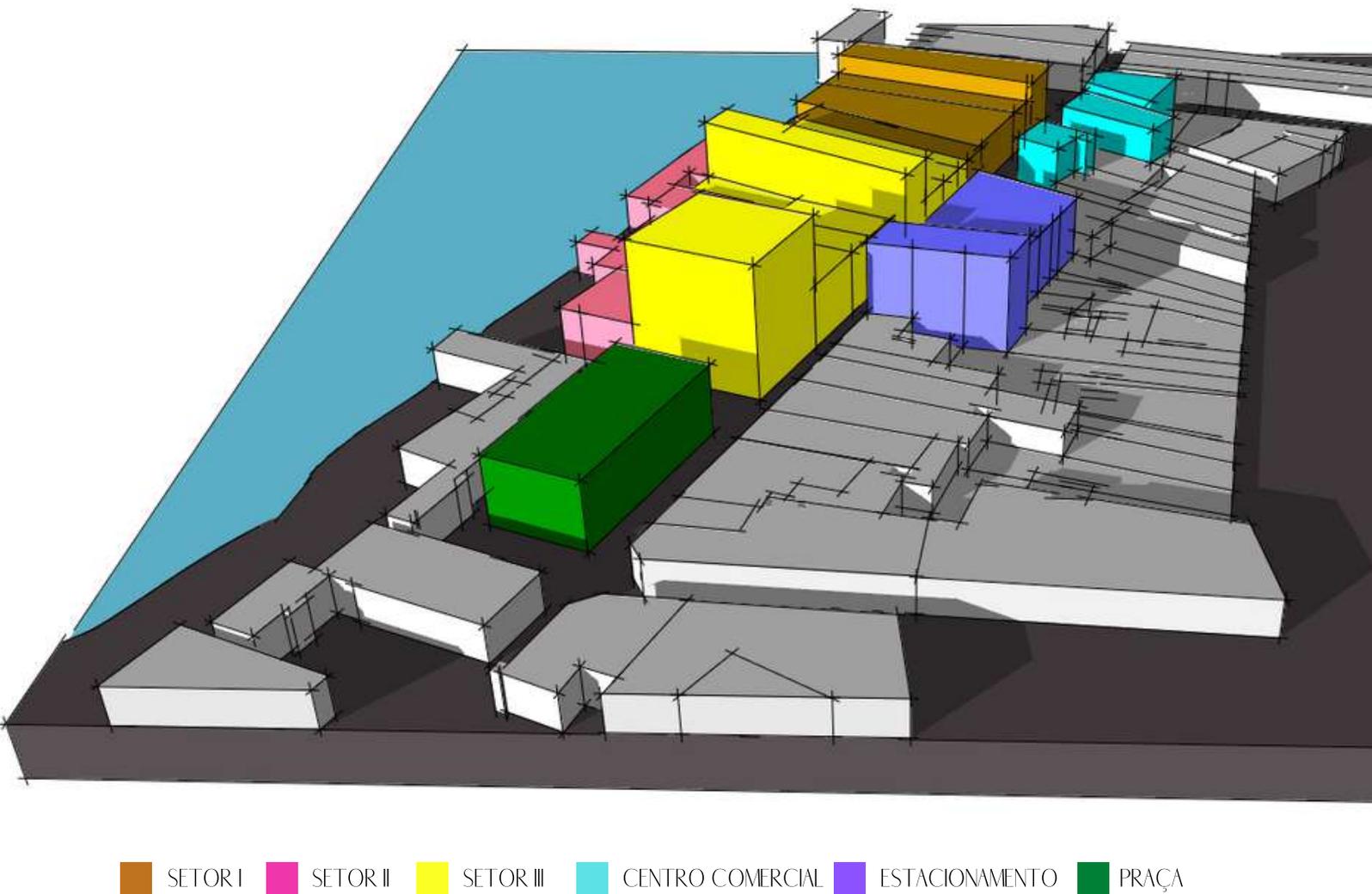


Figura 50: Zoneamento e Propostado Polo Digital.
Fonte: elaborado pela autora 2020.

5.2.5. Fluxograma

Devido a Pandemia gerada pela COVID-19, em 2020 não pôde ir a campo realizar pesquisas com moradores e pessoas que convivem no bairro. Por isso, na pesquisa de campo feita em 2019, no trabalho do 7º período, através de questionário quantitativo, foi possível obter maior visibilidade quanto as necessidades dos frequentadores e moradores do bairro da Ribeira no que se refere a um espaço de entretenimento e trabalho. A maioria dos entrevistados fizeram sugestões quanto ao restauro e o reuso das edificações abandonadas na área, chegando à uma das seguintes conclusões para a introdução desse Polo Digital no bairro >>

O Fluxograma foi pensado de tal maneira a produzir barreiras de fluxo de forma natural e fluida, pois há apenas alguns ambientes em que é desejável que os clientes/trabalhadores/turistas transitem. Ao mesmo tempo, foi elaborado com base em estudos de pesquisas, referenciais teóricos, projetuais e empíricos com quais foram possíveis funcionalidades:

PORCENTAGEM	ASSUNTO
80%	Aprova
15%	Indiferente
5%	Reprova

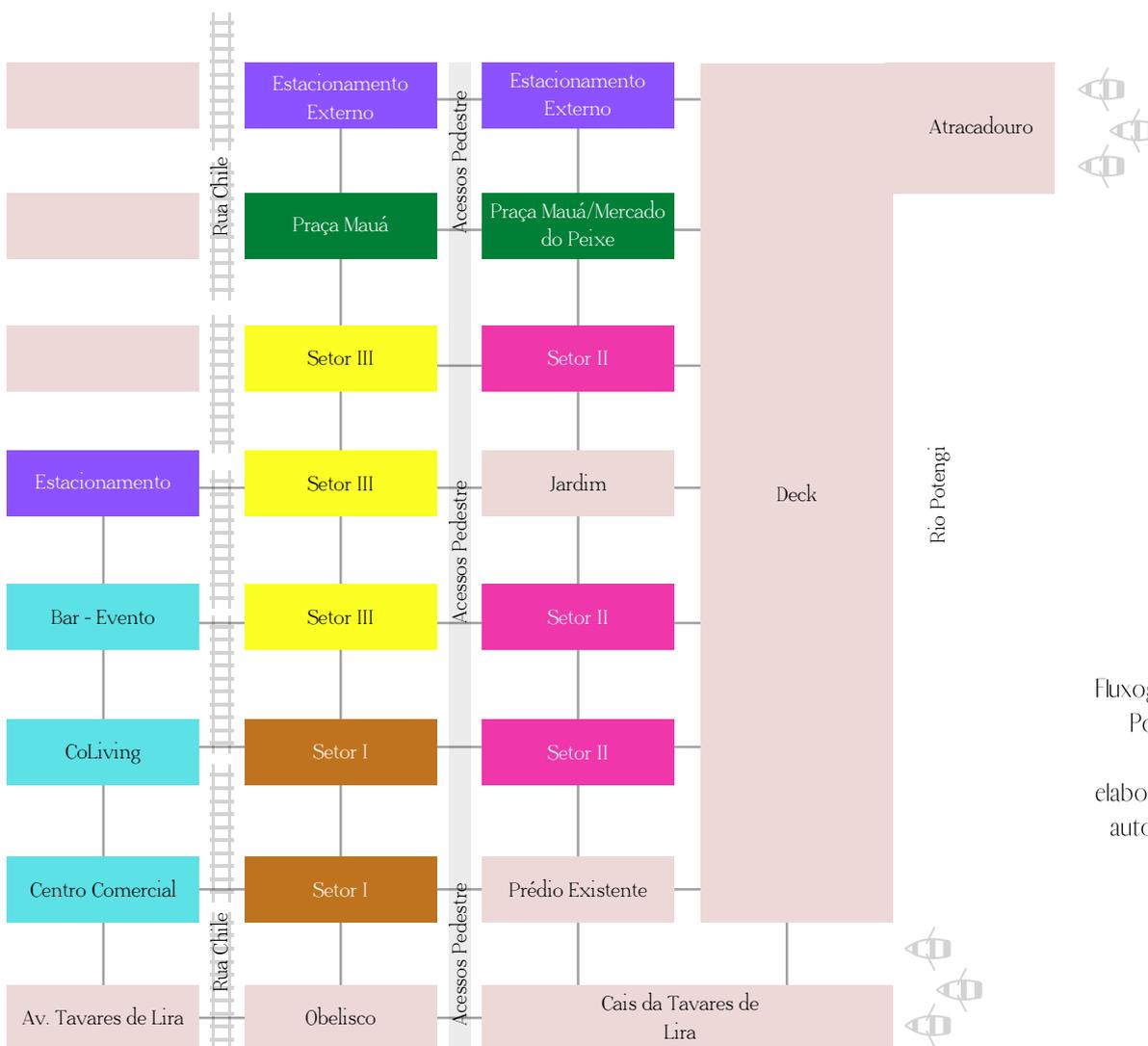


Figura 51: Fluxograma do Polo Digital. Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.5 Apresentação, Passeio e Desenvolvimento do MasterPlan

Ribeira Digital tem como foco a intervenção urbanística em uma área de valor patrimonial e a partir de teorias e histórias sobre o restauro e patrimônio edificado, é analisado a possibilidade de uma requalificação, restauração, reconfiguração, revitalização por meio de um MasterPlan, sobre a inserção do Polo Digital em alguns dos prédios na Rua Chile.

A proposta visa uma arquitetura eclética e contemporânea, restaurando fachadas de edifícios existentes trazendo a memória da época e reformando o seu interior respeitando e requalificando sua estrutura original com o estilo da arquitetura atual que vivemos.

No mesmo sentido para entender essa perspectiva e por meio de diagnósticos, é desenvolvido uma nova paisagem urbanística para área que contempla o Rio Potengi, procurando reverter o processo de degradação e abandono.

Em síntese, a proposta traz como filosofia uma visão que almeja incentivar a inclusão digital, o incremento da economia local, a urbanidade e impulsionar um estilo de vida mais contemporâneo e mais sustentável.









CRIAÇÃO



- Síntese do programa
- Síntese do espaço
- Referências
- Definição de um conceito
- Definição de um partido
- Desenvolvimento de uma proposta
- A proposta final

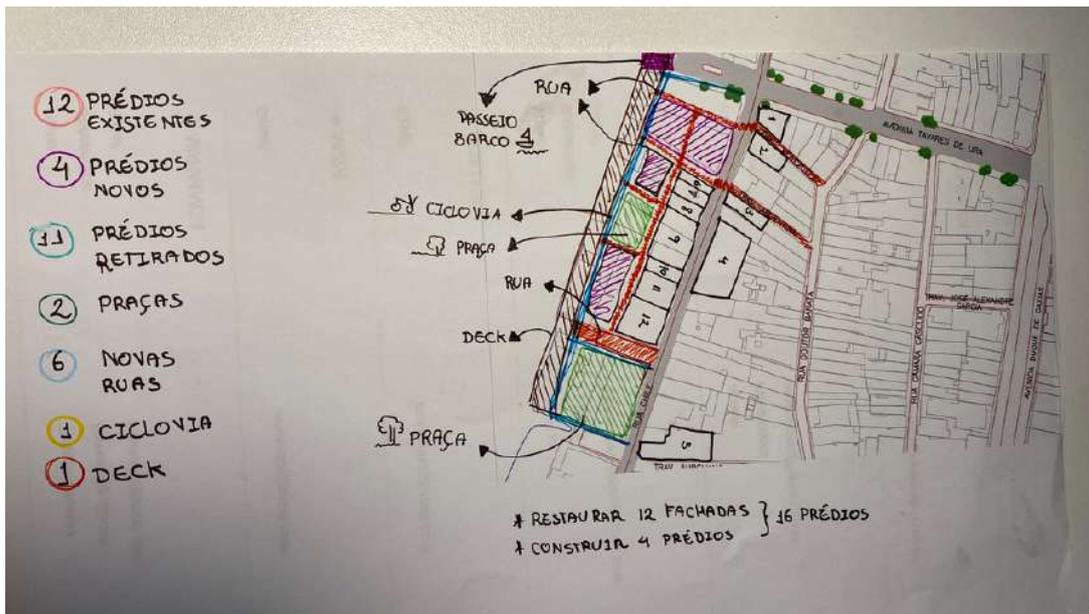
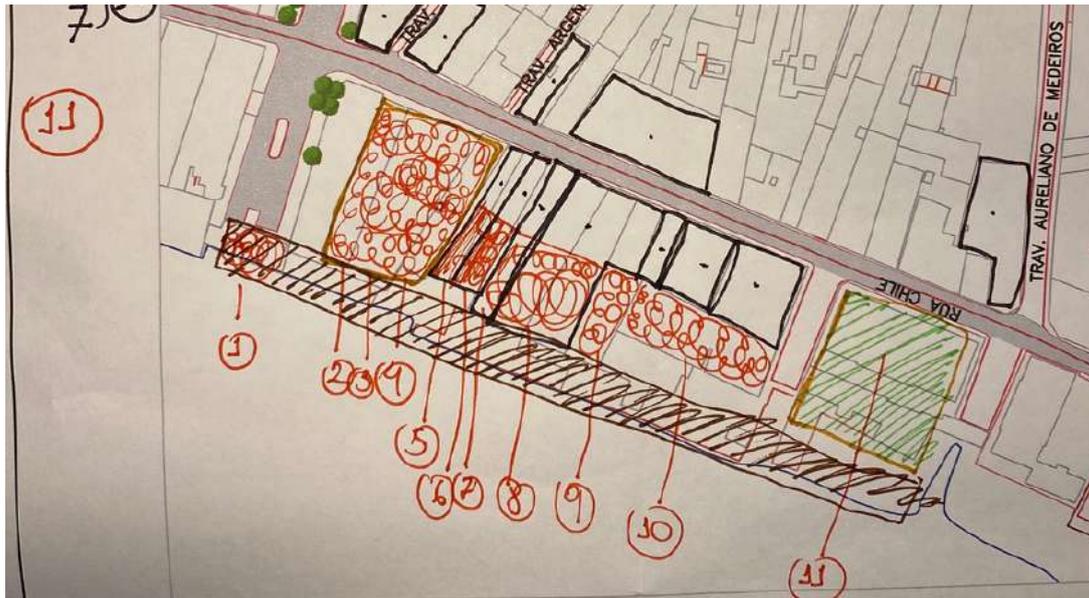
Na etapa de criação do Masterplan começa pelo recorte urbano da área patrimonial do bairro da Ribeira. O mundo está cada vez mais urbanizado e com centros urbanos mais consolidados. Não havia uma folha em branco que tivesse a disposição para criar como quisesse. Embora, havia prédios em desuso e a melhor beleza natural: pôr do Sol no Rio.

A intervenção urbana necessitava de um planejamento menos mutável e que fosse flexível. Na criação, segundo Bjarke Ingels Group, pode-se dizer que quanto mais complexo são as relações sociais e a integração com o entorno, mais flexível devem ser as próprias soluções. Ou seja, é expressado que deve-se levar em consideração todas as transformações para o bairro.

A intenção do Masterplan não é resolver todos os problemas do bairro, mas sim, revitalizar a área e integrar o entorno com a proposta do Polo Digital que atraísse turistas, moradores e setores de trabalho.

*Viver de maneira sustentável;
 Priorizar os pedestres;
 Fazer as pessoas caminharem/usar bicicleta;
 Atrair e incentivar a reabilitar a ribeira;
 Fazer fachadas voltadas para o rio potengi. (por que tão de costas??)*

*Restaurar a fachada do Arpege.
 É arpege ou arpage?*





A proposta está dividida em seis grandes espaços, nomeados de Setor I, Setor II, Setor III, Centro Comercial, Estacionamento e Praça. Cada espaço contempla grandes áreas e objetivos para um grande Polo Digital. A ideia é tornar a Ribeira um bairro independente, onde não exista a necessidade de se locomover de um bairro para outro a fim de resolver quaisquer problema que o usuário vá enfrentar no seu dia a dia de trabalho.

Inserir um novo fluxo de pessoas na região não significa que as pessoas que já moram no bairro se sintam excluídas de participar do novo cenário urbano. A proposta prioriza a criação de espaços públicos acessíveis com a tentativa de atrair turistas, moradores da grande Natal e moradores da região. A ferramenta de mobiliário urbano dentro dos espaços públicos é de grande importância no Polo, já que, está contemplado pelo Pôr do Sol no Rio Potengi.

A maior ideia é criar fachadas voltadas para o Rio, logo, a proposta se utiliza das aberturas existentes em madeira dos prédios serem substituídas por apenas finas esquadrias em aço e ter janelas em vidro. Sendo assim, beneficiado também, com a luz natural, eliminando a iluminação artificial em uma grande parte do dia. Para os novos prédios não é diferente, foi-se planejado grandes aberturas, sendo janelões e portas em vidro.

Em relação as alturas dos prédios, foi respeitado o gabarito existente e de forma escalonada. Os prédios da Rua Chile são mais altos do que os novos prédios próximos ao Rio Potengi, fazendo a tentativa de que os usuários não perdessem a paisagem natural com um novo bloco a sua frente.

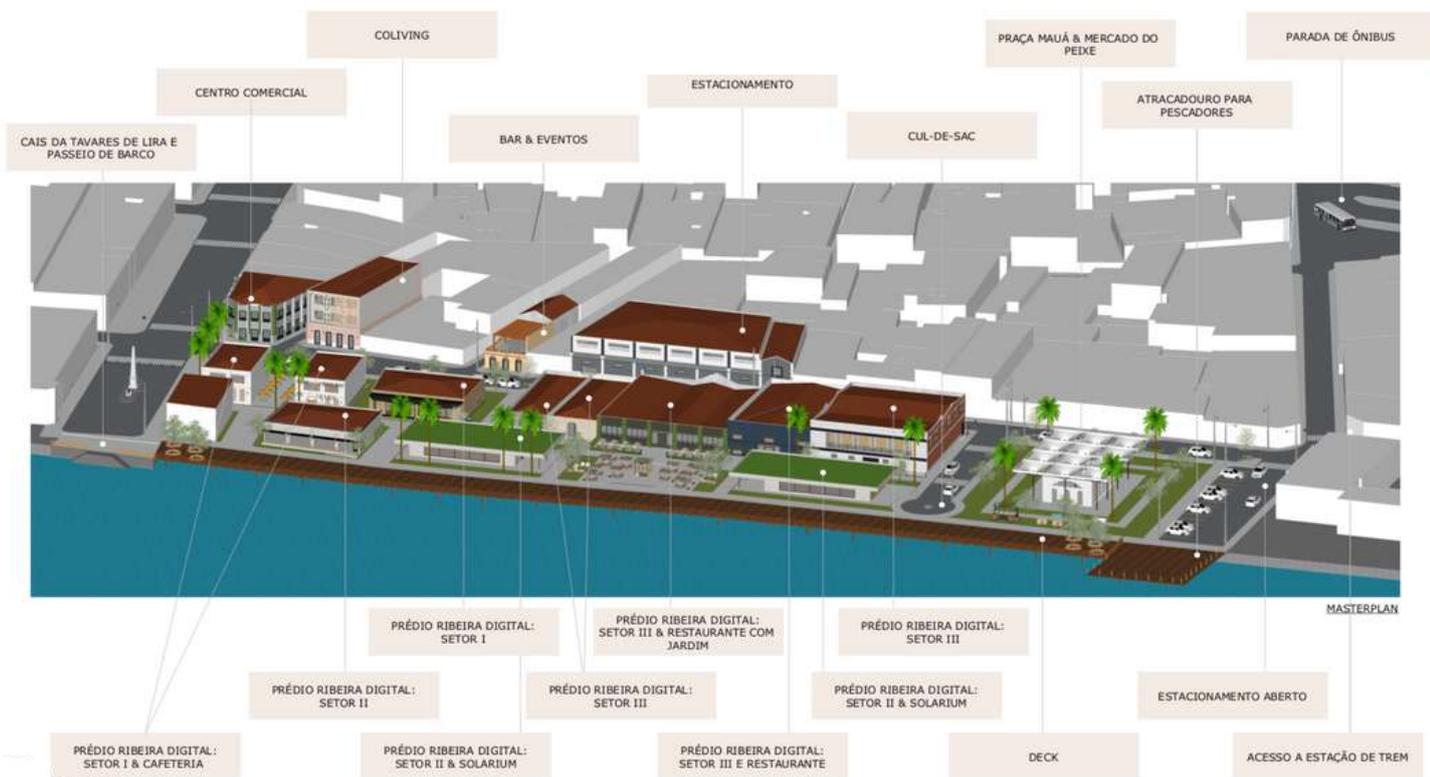
Nos prédios históricos a sua alvenaria conta com pelo menos 30cm de espessura, dificultando a entrada de calor no edifício. A solução de encontrar um conforto térmico ideal para todos os setores, principalmente para os novos, foi de planejar um fluxo de vento que pudesse alcançar todos os blocos. Foi-se planejado grandes aberturas entre prédios gerando uma ventilação cruzada. Os acessos são largos e não há barreiras.

Além de gerar ventilação, as circulações foram pensadas para pessoas, na filosofia de viver de maneira mais sustentável. As conexões entre e inter-blocos são de fácil acesso e bem iluminadas durante a noite. No núcleo central da proposta existe um grande largo com a ideia de um elemento de contemplação a lazer. Composto por cadeiras do restaurante, bancos e música ao vivo.

Como ainda não alcançamos essa filosofia de bairro pedonal, foi-se pensado em aumentar o numero de vagas de estacionamento para carros. Na rua Chile há um estacionamento e que nesta proposta o estacionamento merecia uma reforma e a inserção de um novo pavimento. Além do edifício garagem, as ruas são culturalmente locais de estacionamento de carros, logo, planejou-se utiliza-la também.

Mencionando ruas, é proposto Cul-de-Sac para Uber e demais serviços de motoristas da nossa era. Local destinado a embarque e desembarque rotativo próximo a Praça e o Setor III.





O Restauro

Para a proposta de restauração das fachadas dos prédios na rua Chile, foi-se realizado um **mapa de danos** que consiste em informações a respeito do estado de conservação geral do edifício. Por meio da representação das alterações sofridas por seus materiais e estruturas ao longo do tempo e seu desenvolvimento consiste no registro criterioso das patológicas gráficas com os quais se representam as diversas categorias e níveis de degradação identificados, constituindo-se em uma legítima e importante instância de diagnóstico dos bens culturais, (IPHAN, 2013)

No caso das edificações históricas, se feito um mapa de danos ilustrativo, na medida em que se pôde agrupar grande número de informações relativas a quantidade, qualidade e intensidade das avarias dos materiais e estruturas dessas construções.

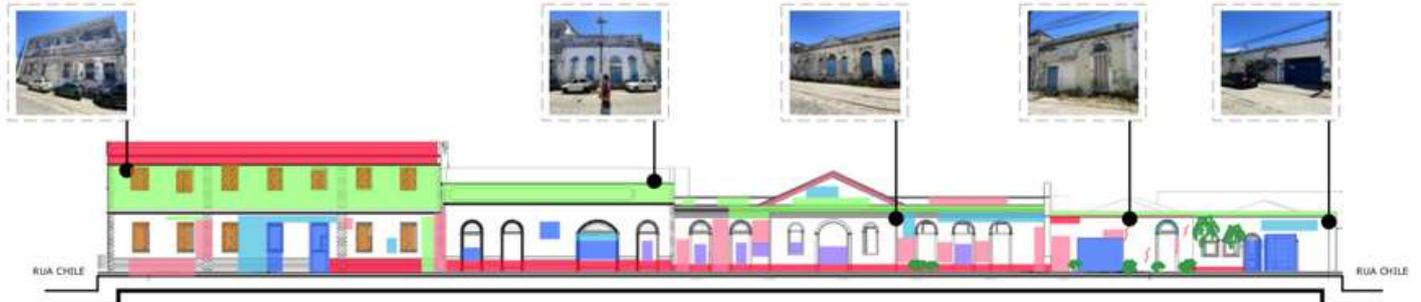
O conhecimento das causas das patologias que atingem os edifícios é essencial para um plano de restauro. “Como patologias entendem-se os sintomas que aparecem na edificação decorrentes de causas diversas que provocam degradação dos elementos que compõem as construções” (BRAGA, 2003 A, p.87). De acordo com Braga (2003 A), existem três agentes causadores de degradação nas edificações, são eles: “(1) o homem, através de atos de vandalismo; (2) causas imprevistas, como guerras, ou mesmo problemas ambientais incontrolláveis, como furacões, maremotos etc.; e (3) em sua grande maioria, o próprio meio ambiente em que o edifício está inserido” (BRAGA, 2003 A, p.87). Além de atos de vandalismo, o homem contribui para a formação de patologias nas edificações através de: intervenções e/ou uso inadequados e falta de manutenção como é comum de se encontrar na Rua Chile.

No total foram identificadas 11 patologias que foram agrupadas na legenda abaixo seguindo do plano de ação:

LEGENDA	AÇÃO
 DESMORONAMENTO	RECONSTRUIR OS DOIS ANDARES QUE DESMORONARAM
 MADEIRA DEGRADADA	RETIRADA E SUBSTITUIÇÃO
 PICHADO	LIMPEZA E PREPARAÇÃO PARA PINTURA
 PRESENÇA DE VEGETAÇÃO	RETIRADA CUIDADOSA
 MANCHA DE UMIDADE	REPARO E PREPARAÇÃO PARA PINTURA
 DESPLACAMENTO DE REBOCO/TIJOLO	REPARO E PREPARAÇÃO PARA REVESTIR
 FERRUGEM	RETIRADA E SUBSTITUIÇÃO
 FISSURA	RASPAGEM, LIMPEZA E FECHAMENTO
 INDÍCIO DE REPARO RECENTE	REMOÇÃO CUIDADOSA
 CROSTA NEGRA	LIMPEZA E PREPARAÇÃO PARA PINTURA
 BOLOR	RASPAGEM, TRATAMENTO E REVESTIR



Figura 53:
Patologias,
mapa de
danos e Plano
de ação
Fonte:
elaborado pela
autora, 2020.



MAPA DE DANOS AA' 1/200



RESTAURO AA' 1/200

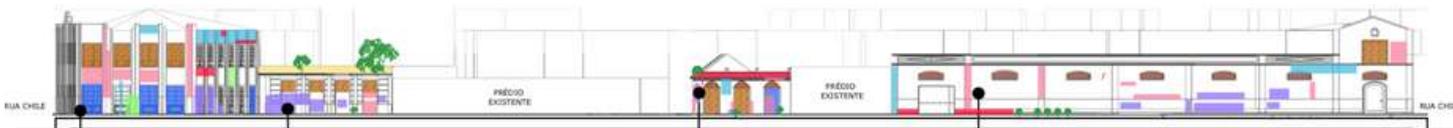
USO DE CORES QUENTES REMETENDO A PRIMAVERA, UTILIZAÇÃO DE ESQUADRIAS EM AÇO & VIDRO, PRESERVAÇÃO DOS DETALHES PINTADOS EM BRANCO.

USO DE CORES QUENTES REMETENDO A PRIMAVERA, UTILIZAÇÃO DE ESQUADRIAS EM AÇO & VIDRO, PRESERVAÇÃO DOS DETALHES PINTADOS EM BRANCO.

USO DE CORES QUENTES REMETENDO A PRIMAVERA, UTILIZAÇÃO DE ESQUADRIAS EM MADEIRA & VIDRO, PRESERVAÇÃO DOS DETALHES PINTADOS EM BRANCO.

USO DE CORES QUENTES REMETENDO A PRIMAVERA, UTILIZAÇÃO DE ESQUADRIAS EM AÇO & VIDRO, PRESERVAÇÃO DOS DETALHES PINTADOS EM CINZA.

USO DE CORES NEUTRAS REMETENDO A PRIMAVERA, UTILIZAÇÃO DE ESQUADRIAS EM AÇO & VIDRO, PRESERVAÇÃO DOS DETALHES PINTADOS EM CINZA.



MAPA DE DANOS BB' 1/200



RESTAURO BB' 1/200

UTILIZAÇÃO DE CORES PASTEL, REMETENDO AO AZUL DO RIO, COM GRANDES ABERTURAS EM AÇO E VIDRO PARA O RIO POTENGI. PRESENÇA DE JARDIM VERTICAL E TUDO APARENTE BRANCO.

UTILIZAÇÃO DE CORES PASTEL, MAIS SUAVES, COM GRANDES ABERTURAS EM AÇO & MADEIRA E VIDRO PARA O RIO POTENGI. PRESENÇA DE JARDIM VERTICAL, NOVO PAVIMENTO EM CONCRETO E CORRADO PROTEGENDO DO SOL.

UTILIZAÇÃO DE CORES PASTEL, REMETENDO À MADEIRA, COM GRANDES ABERTURAS EM AÇO E VIDRO PARA O RIO POTENGI. UTILIZAÇÃO DE NOVO PAVIMENTO COM SOLARUM E COBERTURA EM REGULADO COM PRESENÇA DE VEGETAÇÃO SOBREANDO E REVESTIMENTO DE CIMENTO AFARENTE.

UTILIZAÇÃO DE CORES PASTEL, ABERTURAS EM AÇO E VIDRO PARA O RIO POTENGI. UTILIZAÇÃO DE NOVO PAVIMENTO EM BLOCOS DE CONCRETO BRANCO E MADEIRA.



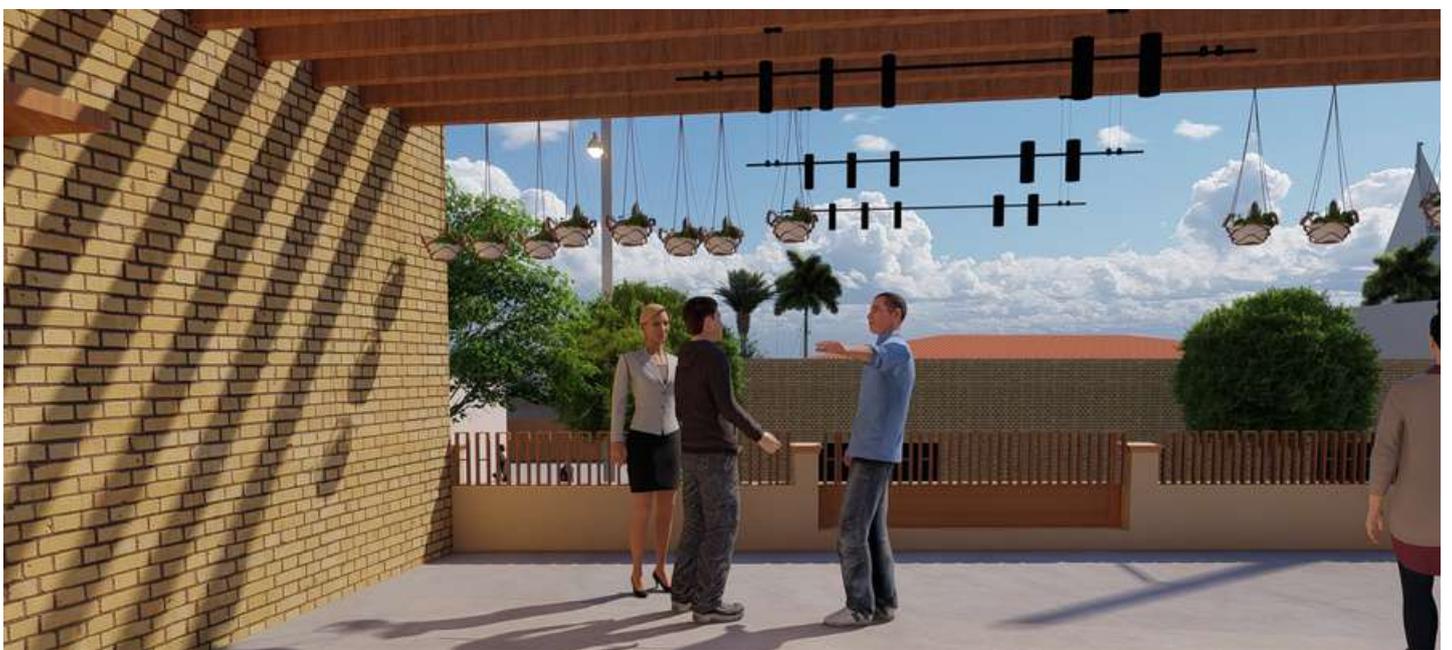


105 RIBEIRA DIGITAL





107 RIBEIRA DIGITAL





























121 RIBEIRA DIGITAL







021A
A150



125 RIBEIRA DIGITAL









O Centro Comercial é o início do Polo Digital, a partir do primeiro prédio de esquina com a Rua Chile e Av. Tavares de Lira. No prédio restaurado, empregou-se uma cor que remetesse ao azul do Rio Potengi e foi criada uma parede verde nos detalhes existentes da sua fachada. O centro comercial conta com estrutura de térreo mais um, e cercado de aberturas em vidro, permitindo a entrada de luz natural e possibilitando o visual de todo Polo. Como uma das propostas do Masterplan é dotar a Ribeira de mais autonomia, foi planejado que o bairro precisaria de setores comerciais facilitando o dia a dia das pessoas, como: farmácia; bancos; salão de beleza; petshop; mercadinho; gráfica; livraria; casa lotérica; assistência técnica; loja de computação; entre outros. Ainda no mesmo prédio, há a bilheteria para o passeio de barco que parte do Cais da Tavares de Lira, que foi restaurado mantendo sua estrutura original da escadaria de pedras e novo guarda corpo em madeira.

No segundo prédio do Centro Comercial, encontra-se o antigo Arpage, com a proposta de coliving, na qual foi reformado e restaurado. Em consequência da estrutura existente ter desmoronado, restando apenas o térreo, o plano foi recriar os dois andares que ruíram com uma arquitetura regional e contemporânea. O coliving é uma moradia compartilhada, servindo de apoio as pessoas que trabalham no Polo ou quem deseja passar alguns dias de férias na Ribeira. Contém recepção, área de armazenamento de bagagem, sala de estar comum, suítes, apartamentos com copa, copa comum e área comum de lavagem e secagem de roupa.

O terceiro prédio, ainda na Rua Chile, teve sua fachada restaurada e acrescentou-se mais um pavimento. O prédio é destinado a um bar no térreo e, no pavimento superior, um salão de festas fechado e ao ar livre, tornando-se um solarium onde qualquer pessoa pode ter acesso.

O quarto e último prédio do Centro Comercial é o estacionamento (prédio garagem) que já tem essa função hoje em dia na Ribeira. Tal como os outros, também se foi reformado e restaurado, acrescentado um pavimento a mais, gerando mais vagas para carros.

O Setor I do Polo Digital conta com três prédios, sendo dois de uso misto (escritório/salas mídias digitais no andar superior e no térreo uma padaria/café e doceria) e um voltado a mídias digitais.

O Setor II são os novos prédios voltados a escritórios. São eles com o menor gabarito, respeitando a altura dos prédios posteriores, e os privilegiados com fachadas, em vidro, voltadas para o Rio Potengi. Cada prédio comporta quatro escritórios.

O Setor III são prédios voltados para a proposta do restaurante frutos do mar com um grande largo ao ar livre com música ao vivo e jardins. Funciona na parte da tarde e da noite. Conta, também, com prédios para setores de criação e produção (escritórios/salas) e o prédio de esquina, perto da praça (antigo Norte Pesca), é destinado a uma parte continuar com a norte pesca, e as demais para restaurante e criação e produção

das mídias digitais (escritórios/salas). Por fim, no seu último andar, possui um auditório e mais salas de produção. As fachadas frontais foram projetadas para o Rio Potengi, sendo mais discretas. Já as fachadas voltadas para a Rua Chile, tem a proposta mais chamativa com cores vibrantes, dando mais destaque ao restauro.

A Praça é um resgate histórico que se remete a antiga praça Mauá, existente na Rua Chile, na qual foi retirada para construção de um prédio. A praça contempla um belo cenário com árvores e bastante verde e com áreas de passeio, corrida e aberta para karts. Os carrinhos são selecionados e com verificação de produtos, funcionando durante todos os dias da semana, incluindo finais de semana. Todos os karts são registrados no Polo Digital, para que seu local de comércio seja fixo. Sem comércio de fora.

Além desses atrativos, a praça recebe o Mercado do Peixe, antiga Peixada da Tita que se encontrava na escadaria do Cais da Tavares de Lira. Com uma nova estrutura em lona tensionada, vãos abertos, para que os pescadores/mercadores fiquem conectados com o entorno. Os pescadores que forem fazer sua venda no Mercado do Peixe são registrados no Polo Digital para que seu local de venda, também, seja fixado e apenas do proprietário. Sem comércio de pescadores de fora.

As ruas foram pensadas no novo fluxo de pessoas que dará na região. Foram reformadas duas ruas para facilitar o embarque e desembarque de pessoas para o Polo e com novas vagas de garagem ao ar livre. Na Rua Chile, a rua manterá sua configuração original incluindo os trilhos do trem, sendo planejada a ter um único sentido de fluxo de veículos. As calçadas foram aumentadas em sua largura, com atenção aos aspectos de acessibilidade de acordo com a NBR9050. O Polo está próximo da estação de trem urbano e de diversos pontos de ônibus, permitindo fácil acesso de pessoas que chegam/partem da região.



CAPÍTULO FINAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo avaliar os conhecimentos obtidos durante o curso e aprofundar a exploração de temas específicos. Foi escolhido uma intervenção urbanística em área de valor patrimonial enquanto realização do último trabalho, requerido a esta monografia de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

Durante a realização do trabalho, foram constatadas todas as dificuldades do parâmetro de Patrimônio e Restauro e suas responsabilidades incubidas ao arquiteto e urbanista. Foi um desafio mergulhar nas teorias e cartas patrimoniais, nas estratégias e encontrar um meio de projetar um MasterPlan que respeitasse todas as normas dentro de um centro histórico e seu entorno.

De acordo com o que foi apresentado na proposta, a intenção foi fazer aberturas voltadas para o Rio Potengi, conectando pessoas com a paisagem natural. Além de tentar criar meios para que, parte da Rua Chile, voltasse com sua vitalidade e ganhasse o restauro dos seus belíssimos prédios que ainda contam sua história em suas fachadas. Claro, isso conta com grande investimento financeiro e bastante tempo, porém, como mostra outros estudos referenciados, é possível que tal Plano desse certo. O objetivo consistiu em tornar o melhor ambiente de inovação e empreendedorismo nas áreas de TIC e de Economia Criativa. Como missão e propósito, um Polo Digital pretendeu afirmar-se como um dos principais pilares da economia do futuro e ser essencial em um desenvolvimento na Ribeira. A principal meta estratégica foi ter, pessoas ocupadas em atividades de alta qualificação profissional, maior valor agregado em empreendimentos inovadores e trazer vida durante o dia, a tarde e a noite para o bairro.

Conclui-se que o MasterPlan, em uma área especial da história de Natal, tenha sido capaz de atender às condições funcionais, técnicas e formais. A discente termina este trabalho com satisfação e espera-se que esta monografia possibilite o surgimento de outras abordagens e pontos de vista diferentes sobre o mesmo tema. Pois, a Rua Chile, merece atenção e ações de preservação junto às demais ruas que ainda vivem na Ribeira.

REFERÊNCIAS

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. **Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada**, 2014

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro, 2011.

BRAGA, Márcia. **Conservação e Restauro**: Arquitetura Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes e Ofícios, n. 5. 261p.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1989

CASCUDO, L. C. **História da cidade de Natal**. 3. ed. Natal: IHG, 1999.

CASCUDO, L. C. **Histórias & Escritas: Minadouros da Cidade de Natal** A República, 10 jul. 1956

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução por Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, LDA, 2006.

DEL RIO, Vicente. Projeto de arquitetura: entre criatividade e método. In: DEL RIO, Vicente. (ORG.). **Arquitetura: Pesquisa de Projeto**. São Paulo: Pro Editores, 1998.

IPHAN. **Manual de apresentação de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Grupo Tarega/Ipphan – Programa Monumental/ BID 2003, p. 1.

IPHAN/DEPAM. **Orientação para usuários de bens tombados**. Brasília: Ipphan - Fiscalização / 2009. p. 2-13.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 3ª ed.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação.** São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro.** Cotia,SP: Ateliê Editorial: Ateliê Editorial, 2008.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: As cidades do interior paulista.** São Paulo: UNESP, 2004. 132p.

LISBOA (Capital). Lx Factory. **O guia essencial de turismo e da cidade de Lisboa.** Lisboa, 2018. Disponível em: <<https://www.lisbonlux.com/lisbon/lx-factory.html>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARANHÃO, Haroldo. **CENTRO CULTURAL CAPITANIA DAS ARTES (CCCA).** Natal-RN. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo Mestrado Profissional em Arquitetura, projeto e meio ambiente.

NASCIMENTO, Gerson. **RIBEIRA: UM ESTUDO GEOHISTÓRICO DO BAIRRO DA ZONA LESTE DE NATAL-RN.** 2015. 37 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <http://ava.unim.edu.br/20191/pluginfile.php/22986/mod_resource/content/0/ARTIGO%2002_sobreRibeira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NOVAES, Camila Soares. **Pixel Coworking: espaço de trabalho compartilhado.** 2013. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PAIVA, Lara. **O que precisa saber sobre a Rua Chile em Natal.** Brechando, sem ano. Disponível em: <<https://www.brechando.com/2015/09/0-que-precisa-saber-sobre-a-rua-chile-em-natal/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PASSOS, Ivanildo (economista do IBGE). In: **SOLIMAR. Planejamento estratégico e marketing para o turismo do Rio Grande do Norte.** Diagnóstico Produto 3, Natal, 2016

PINHEIRO, Philippe. **QG Espaço de Coworking: o espaço de trabalho contemporâneo e a influência do conceito colaborativo.** 2014. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

ROSSI, Aldo. **Para una arquitectura de tendencia.** Escritos: 1956-1972. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1977.

SILVA, F.F. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade.** São Paulo: Ed. Peirópolis, 2003, p. 17-122.

TOLEDO, M.P. de (2012) **Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana** : o caso do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Transformar ou conservar os nossos centros históricos?** Disponível em: <<http://carlota.cesar.org.br/arqbr/newstorm.noticia.apresentação.ServletDe Noticia?codigo>> Acesso em: 04 mar. 2020.

GLOSSÁRIO

CARTS: um pequeno veículo com duas ou quatro rodas que você empurra ou puxa para transportar objetos grandes ou pesados

COLIVING: é um tipo de comunidade intencional que fornece moradia compartilhada para pessoas com afinidades de intenções. Isso pode variar desde se reunir para atividades como refeições e discussões nas áreas comuns, até se estender ao compartilhamento do espaço de trabalho e empreendimento coletivos, como viver de maneira mais sustentável.

COWORKING: é um modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação, podendo inclusive reunir entre os seus usuários os profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes. É uma maneira utilizada por muitos profissionais autônomos para solucionar o problema de isolamento do modelo de trabalho conhecido como teletrabalho. Além disso é uma ótima alternativa para aumentar sua produtividade e fazer novos contatos de negócios através do networking. Pessoas e empresas usuárias de coworking também utilizam este modelo de trabalho para estabelecer relacionamentos de negócios onde oferecem e/ou contratam serviços mutuamente. Alguns destes relacionamentos também visam favorecer o surgimento e amadurecimento de ideias e projetos em equipe.

CUL-DE-SAC: é uma expressão de origem francesa e de outras línguas românicas, tais como normando, occitano, catalão, etc, que se traduzida literalmente, significaria fundo de saco. É característica dos subúrbios anglófonos. O termo também é utilizado com a função de designar "becos-sem-saída" e "ruas sem saída".

CLUSTER: consiste em computadores fracamente ou fortemente ligados que trabalham em conjunto, de modo que, em muitos aspectos, podem ser considerados como um único sistema. Diferentemente dos computadores em grade, computadores em cluster têm cada conjunto de nós, para executar a mesma tarefa, controlado e programado por software.

REELANCER: é também conhecido popularmente no Brasil pela expressão frila, é o termo inglês para denominar o profissional autônomo que se autoemprega em diferentes empresas ou, ainda, guia seus trabalhos por projetos, captando e atendendo seus clientes de forma independente. É uma tendência muito em alta no mercado de tradutores, relações públicas, jornalismo, design, propaganda, Web, tecnologia da informação, música e muitos outros.

HOME OFFICE: é o escritório em casa. É possível trabalhar home office a partir de três tipos de arranjo: sendo funcionário de uma empresa (modalidade chamada de teletrabalho), sendo freelancer (trabalhando por projetos avulsos) ou como empresário de uma empresa home based (que tem sua sede em uma residência). Com a expansão das redes de comunicação e a popularização dos dispositivos portáteis como laptops, smartphones e tablets, este tipo de trabalho atravessou as paredes da casa e ganhou o mundo, permitindo que atividades sejam realizadas de qualquer lugar onde exista um sinal de internet disponível.

MASTERPLAN: é uma palavra em inglês que pode ter muitos significados. Para os profissionais estritamente urbanistas, pode representar o planejamento urbano de uma cidade considerando-a como um organismo vivo – que se modifica e se altera constantemente.

RETROFIT: é um termo utilizado para designar o processo de modernização de algum equipamento já considerado ultrapassado ou fora de norma.

STARTUP: é uma empresa jovem com um modelo de negócios repetível e escalável, em um cenário de incertezas e soluções a serem desenvolvidas. Embora não se limite apenas a negócios digitais, um startup necessita de inovação para não ser considerada uma empresa de modelo tradicional.

TELECOMMUTING: também chamado de teletrabalho, trabalhando em casa, trabalho móvel, trabalho remoto e local de trabalho flexível. É um acordo de trabalho no qual os funcionários fazem não comutar ou viajar (por exemplo, de ônibus, bicicleta ou carro, etc.) para um local central de trabalho, como um prédio de escritórios, armazém ou loja.



















































